



UNIVERSIDADE POSITIVO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN
Curso de Especialização em Indigenismo

**ALTA TENSÃO NA FLORESTA: OS ENAWENE NAWE
E O COMPLEXO HIDRELÉTRICO JURUENA**

CUIABÁ-MT
MARÇO DE 2010

JULIANA DE ALMEIDA

**ALTA TENSÃO NA FLORESTA: OS ENAWENE NAWE
E O COMPLEXO HIDRELÉTRICO JURUENA**

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação no Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Indigenismo, da Operação Amazônia Nativa e da Universidade Positivo.
Orientador: Professor Doutor Ivo Schroeder.

CUIABÁ-MT
MARÇO DE 2010



UNIVERSIDADE POSITIVO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
OPERAÇÃO AMAZÔNIA NATIVA - OPAN
Curso de Especialização em Indigenismo

**ALTA TENSÃO NA FLORESTA: OS ENAWENE NAWE
E O COMPLEXO HIDRELÉTRICO JURUENA**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em INDIGENISMO. Na data de 30/04/2010, a aluna Juliana de Almeida teve seu trabalho avaliado por Msc. Ivar Luiz Vendroscolo Busatto, Dra. Joana Fernandes, Dra. Ana Maria Ribeiro e Dr. Ivo Schroeder; e foi considerada apta a receber o título de especialista, pelo programa de pós-graduação da Universidade Positivo, com o conceito ____.

CURITIBA, 30 DE ABRIL DE 2010.

Professor Doutor Mario Sergio Michaliszyn
Coordenador do Curso

Professor Mestre Ricardo Tomasini
Responsável pela Disciplina de Tópicos Especiais

Professor Doutor Ivo Schroeder (OPAN)
Professor Orientador

Para os Eñawene Nawe, em especial,
à Kawali,
mestre na arte dos caminhos dos cantos e da cura,
que dedicou sua vida à difícil tarefa de guardar
e cultivar a sabedoria do seu povo.

AGRADECIMENTOS

Aos Enawene Nawe, pela oportunidade do encantamento através da beleza e intensidade de suas vidas; pelo privilégio de assistir ao *Yaõkwa* sentada num banquinho, apreciando um quentinho e delicioso *makenadali*;

Ao Fausto Campoli, meu grande companheiro, pelo exemplo de uma vida de dedicação e empenho voltados à transformação do mundo e da realidade dos povos indígenas;

Aos amigos da Operação Amazônia Nativa, pelas boas conversas e pela troca de experiências nesses três anos de convivência;

Aos amigos do Quilombo André Lopes, que através da sua fascinante maneira de encarar a vida transformaram a minha história;

Ao Programa Comunidades Quilombolas, da UNICAMP, pela oportunidade de traçar um rumo profissional que resulta em uma imensa realização pessoal;

Aos meus pais, que mesmo sem compreender direito o meu trabalho, sempre me depositaram muita confiança e apoio para que eu pudesse alcançar os meus objetivos.

RESUMO

A monografia aborda as relações dos Enawene Nawe, habitantes do noroeste de Mato Grosso; diante da implantação do Complexo Hidrelétrico Juruena (composto por 02 UHE e 09 PCH). Prensado entre duas facetas do modelo desenvolvimentista que tem guiado a “ocupação” da Amazônia, o território enawene nawe demarca o limite entre a agroindústria tecnificada que dominou o cerrado, na Chapada dos Parecis; e a extração predatória da madeira sumariamente seguida da instalação da pecuária, na Serra do Norte. A expansão da “fronteira elétrica” nessa região na última década, somada à consolidação da fronteira agrícola, tem trazido mudanças radicais à paisagem e, conseqüentemente, à vida das populações que aí vivem imemorialmente.

A implantação do Complexo Juruena atinge em cheio a espinha dorsal da vida enawene nawe. Estima-se que os maiores impactos ambientais incidirão sobre os ecossistemas aquáticos em decorrência do aumento no desmatamento das matas ciliares, de alterações na qualidade da água, da mudança nos ciclos de vazante e cheia e do assoreamento e contaminação dos rios e áreas alagáveis, criatório de peixes da região. Isso pode gerar conseqüências incalculáveis para um povo que tem nos rios, nas lagoas e nos peixes, elementos centrais de sua vida e recursos imprescindíveis para a realização dos seus ritos que estão profundamente ligados à sua noção de territorialidade. Com uma vida pautada por referenciais próprios, anualmente os Enawene Nawe empregam grandes esforços para a realização de quatro ciclos rituais dedicados aos espíritos *Yakaliti* e *Enoli*. As atividades cerimoniais que envolvem performances, dramatizações, muita música, oferecimento de bebidas e comidas, jogos e diferentes modalidades de pesca; ocupam plenamente o calendário anual deste povo que é dono de uma intensidade cultural admirável.

O Complexo Juruena será instalado na parte alta do rio Juruena, um dos principais cursos d’água a atravessar o território indígena e também paisagem com a qual os Enawene Nawe guardam profundas relações históricas e mitológicas. A densa relação entre a cosmologia enawene nawe e o seu território indica que as questões ambientais, na realidade, são vistas à luz dos riscos implicados diretamente ao sistema social. Diante disso levantam-se questões sobre o modo como se processam as concepções desse povo frente à implantação destes empreendimentos no entorno do seu território demarcado. O trabalho está atento, de maneira especial, à compreensão dos mecanismos internos que influenciam a participação e o processo de tomada de decisão dos Enawene Nawe no âmbito das negociações com os órgãos governamentais durante o licenciamento ambiental das obras.

PALAVRAS-CHAVE:

1. Enawene Nawe, 2. Complexo Hidrelétrico Juruena, 3. Mato Grosso, 4. Impactos ambientais, 5. Licenciamento ambiental.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAI – Análise Ambiental Integrada

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

APA – Área de Proteção Ambiental

ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico

CGH – Central Geradora Hidrelétrica

CGPIMA – Coordenação Geral do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EPE – Empresa de Pesquisas Energéticas

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GT – Grupo de Trabalho

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias

ISA – Instituto Sócio Ambiental

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MIA – Missão Anchieta

MME - Ministério das Minas e Energia

MT – Mato Grosso

MW – Megawatts

NAL – Núcleo Local

ONG – Organização não-governamental

OPAN – Operação Amazônia Nativa

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

PIN – Posto indígena

RIMA – Relatório de Impacto Ambiental

SEMA/MT - Secretaria Especial de Meio Ambiente de Mato Grosso

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidade de Conservação

UHE - Usina Hidrelétrica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Terras Indígenas sob influência do Complexo Hidrelétrico Juruena. Fonte: Nova Terra Geoprocessamento, 2008	3
Figura 2 - Croqui de uma casa comunal. Fonte: Silva, 1998.....	9
Figura 3 - Lugar das flautas na Casa do <i>Yaõkwa</i> . Fonte: Silva (1998).....	14
Figura 4 - Trajeto da estrada que ligaria Sapezal à Juina, Fonte: Dal Poz (2006)	26
Figura 5 - Projetos inclusos no PROINFA-PAC-I. Fonte: Eletrobrás, (2009).	33
Figura 6 - Potencial hidrelétrico por sub-bacia. Fonte: PDE 2008-2017, (2009).....	34
Figura 7 - Terras Indígenas no entorno do Complexo Juruena. Fonte: FUNAI (2008). ...	37
Figura 8 - Pontos Inventariados pela EPE.	62
Tabela 1 - Grupos preferenciais no revezamento clânico do <i>Yaõkwa</i> : Fonte: Silva (1998).	16
Tabela 2 - Empreendimentos do Complexo Juruena, Fonte: AAI (2007).....	36
Tabela 3 - Situação Jurídica das Terras Indígenas consideradas nos estudos antropológicos do Complexo Juruena. Fonte: Mappa Engenharia (2007).	37
Quadro 1 - Especialidades e práticas. Fonte: Santos (2003)	19
Quadro 2 - Etapas de implantação das PCHs.	35
Quadro 3 - Etapas de licenciamento do Complexo Juruena. Fonte: Neves, (2007).	38
Gráfico 1 – População enawene nawe por clã. Fonte: Silva (2010).....	16

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I - OS ENAWENE NAWE.....	9
CAPÍTULO II - PEQUENAS USINAS, GRANDES NEGÓCIOS	32
CAPÍTULO III - OS ENAWENE NAWE E O COMPLEXO JURUENA	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	96
ANEXO 1	99

INTRODUÇÃO

O trabalho de um antropólogo, a despeito do tema declarado, tende a ser uma expressão de sua experiência de pesquisa, ou, mais precisamente, do que a experiência de pesquisa fez a ele. Isso certamente vale no meu caso. CLIFORD GEERTZ

Um velho mestre de cantos anuncia sua previsão: o mundo já não é mais o mesmo e o conhecimento secular do seu povo, único capaz de harmonizar a desigual relação com os espíritos, ameaça desfalecer: “[...] Vocês, brancos, estão destruindo tudo. Derrubam a mata, sujaram as águas dos rios... Os *Yakaliti* estão insatisfeitos e a sua ira está sendo levantada. Todos nós vamos morrer! A diferença é que nós sabemos disso, mas vocês não. [...]” (Kawali, em entrevista à equipe do ABC News, em agosto de 2008).

Este trabalho aborda parte da história de um povo que tem nos rios, nas lagoas e nos peixes, elementos centrais de sua vida: os Enawene Nawe, povo aruaque da Amazônia Meridional, residentes imemoriais do Vale do rio Juruena (noroeste de Mato Grosso). Alegres e extrovertidos, são reconhecidos pelos seus rituais e por uma peculiar característica alimentar: o peixe é a principal fonte de proteínas de sua dieta¹. Ocupam, tradicionalmente, as regiões das cabeceiras dos rios, com os quais possuem uma ligação profunda. Os rios são seus caminhos e também dos *Yakaliti*, seres gananciosos, insaciáveis e imprevisíveis, que, se não saciados, podem causar doenças e até a morte dos Enawene Nawe. O cerne da vida deste está no processo de apaziguamento destes seres (assim como na harmonização das relações com outro conjunto de espíritos, denominados *Enoli*, como veremos adiante) em uma ação de pacificação sem a qual a vida não poderia existir.

A aproximação entre os Enawene Nawe e a sociedade brasileira se deu através da frente jesuíta da Missão Anchieta, em 1974. No entanto, até o final da década de 1990 eram poucas as ocasiões em que eles se deslocavam para os centros urbanos da região, em busca de atendimento especializado de saúde, ou para realizar atividades associadas ao processo de regularização do território e, em geral; sempre acompanhados por

¹ Alguns homens consomem carne vermelha quando estão nas cidades, um novo hábito que não é compartilhado pelas mulheres e idosos. Eles evitam ingerir água in natura, preferindo o consumo de *oloniti* - bebida feita a base de mandioca -; de *ketera* - mingau de milho - ou hidromel.

indigenistas da MIA ou da OPAN². A situação se altera quando os Enawene Nawe adquirem sete motores de popa, fruto da negociação com proprietários rurais do município de Sapezal para a abertura de uma estrada ilegal no interior da terra indígena.

A Terra Indígena Enawene Nawe, com 742.088 hectares, abrange três municípios: Sapezal/MT, Juina/MT e Comodoro/MT; estando localizada numa faixa de transição entre o cerrado e a floresta sobre a qual os Enawene Nawe possuem um profundo conhecimento que lhes garante o sucesso na ocupação de uma área de solos pobres em nutrientes.

Pode-se considerar que a terra indígena é um limite entre dois modelos de ocupação recente da região. Ao sul desta, o cerrado cede involuntariamente seu espaço para a ampliação da moderna agroindústria que amplia, anualmente, sua produção de grãos. Já ao norte, é a pecuária extensiva que ornamenta as paisagens que, há menos de trinta anos, eram decoradas por majestosos castanhais. Isso porque a região foi alvo da política desenvolvimentista que incentivou a migração de sulistas para a Amazônia³.

Tendo experimentado um passado recente de relacionamentos mais intensos com a sociedade brasileira, em 2003 os Enawene Nawe se deparam com uma situação, totalmente inusitada. A instalação do Complexo Hidrelétrico Juruena no rio que é um dos principais cursos d'água do seu território coloca em risco a integridade dos recursos hídricos e pesqueiros e atinge, em cheio, a espinha dorsal da sua cosmologia pautada pela harmonização das relações entre homens e espíritos através de extensas cerimônias, dentro das quais, o peixe é um dos recursos mais estimados, seja pela sua importância alimentar, seja pelo suporte que este garante ao universo de reciprocidade compulsória entre homens e espíritos.

O Complexo Juruena é composto por 02 UHEs e 09 PCHs. Entre as empresas responsáveis pelo empreendimento destacam-se a Juruena Participações e a Maggi Energia, essa última, de posse de Blairo Maggi, governador de Mato Grosso entre os anos de 2003 e 2010. Apesar das usinas estarem localizadas fora da terra indígena, a

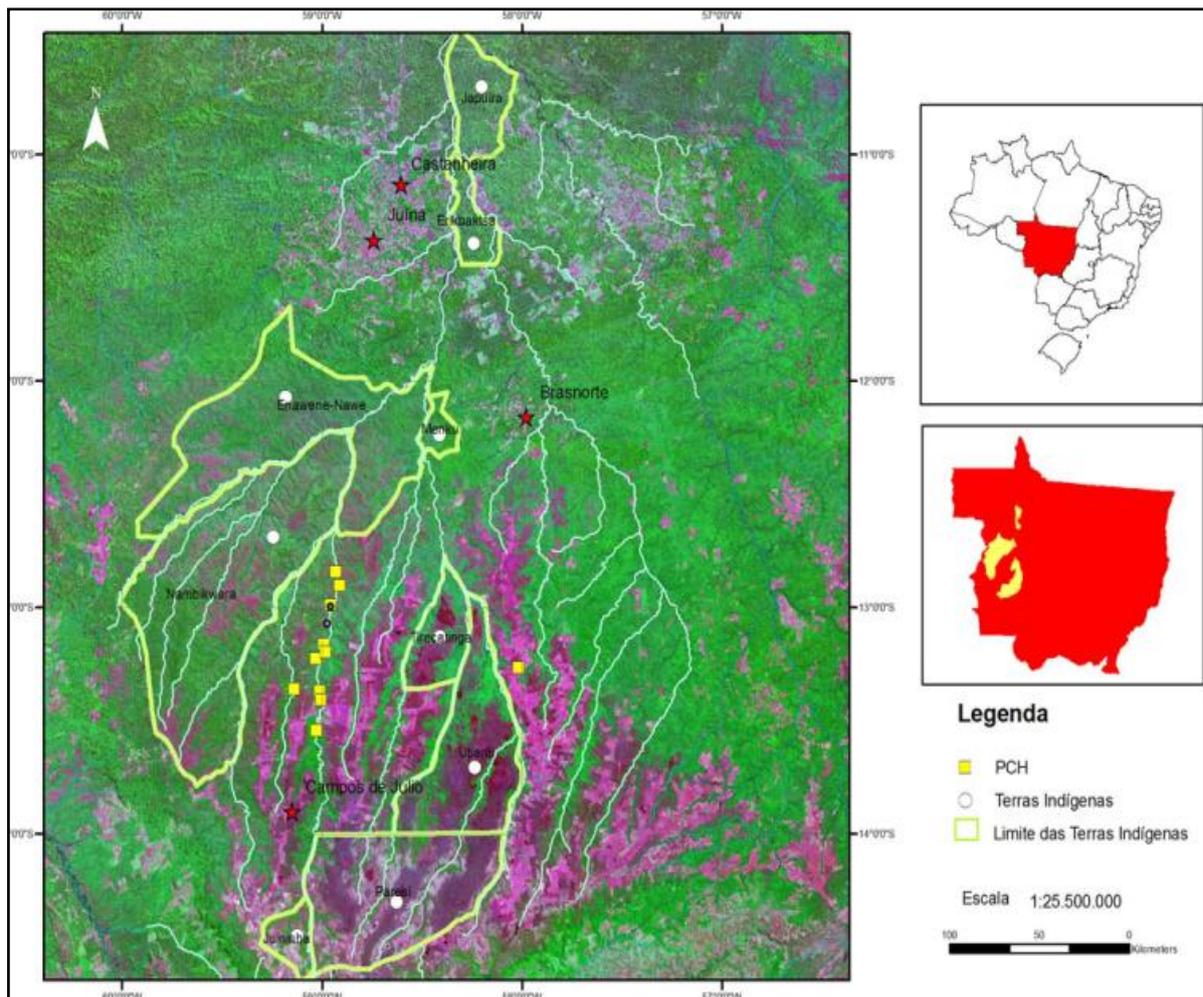
² A OPAN é uma entidade mato-grossense que desenvolve trabalhos nas áreas da defesa do território, economia, saúde e educação junto às populações indígenas.

³ A migração de inúmeras famílias rumo ao norte do país carrega ainda muitas outras histórias que se cruzam no enredo deste trabalho, como a migração de famílias do Paraná para o norte do país, deslocadas das terras alagadas em decorrência da construção da Usina de Itaipu (Neves, 2007); e tantos outros temas instigantes que indicam um campo muito rico para futuras análises.

implantação de onze barramentos em menos de 110 km de rio pode trazer consequências incalculáveis à vida econômica e cerimonial dos Enawene Nawe, já que as análises ambientais apontam que sua instalação coloca em risco os ecossistemas aquáticos, em decorrência do aumento no desmatamento das matas ciliares, de alterações na qualidade da água (devido ao seu turbinamento sequencial), da mudança nos ciclos de vazante e cheia e do assoreamento e contaminação dos rios e áreas alagáveis, locais reconhecidos como criatório de peixes da região.

Além dos Enawene Nawe, outros quatro povos indígenas também serão impactados pelas obras, são eles: Paresi (Aruaque), Nambiquara (Nambiquara), Rikbaktsa (Macro-jê) e Myky (Myky).

Figura 1 - Terras Indígenas sob influência do Complexo Hidrelétrico Juruena.
Fonte: Nova Terra Geoprocessamento, 2008



Antes mesmo de entrar em operação, o Complexo Juruena deixou um rastro de conseqüências. No licenciamento são desprezados os efeitos gerados pela sistemática presença de consultorias em busca de dados para a elaboração de estudos. Discussões, conflitos e desarranjos sociais implantados pelo processo anterior à construção, que apesar de relevantes, são desconsiderados por empreendedores e governo, mas que ilustram bem o cenário de “alta tensão”⁴ entre os Enawene Nawe e os agentes interessados na produção de energia na bacia do rio Juruena.

Além dos povos indígenas e dos empreendedores também se inserem nesse contexto outros atores. De um lado, os órgãos licenciadores interessados na concretização das obras (ANEEL, SEMA-MT, FUNAI, Prefeitura de Sapezal, Prefeitura de Campos de Júlio). Do outro lado, Ministério Público Federal e ONGs (em especial a entidade matogrossense, OPAN; mas também a Britânica Survival International).

É a partir daqui que passo a fazer parte dessa história. Minha participação nesse contexto não se limita ao âmbito desta pesquisa. Desde 2007 atuo como indigenista junto aos Enawene Nawe através da OPAN. Já na minha segunda estadia na aldeia ficou claro o quanto a implantação do Complexo Juruena interferia na vida desse povo. A aldeia estava em alerta, todos estavam muito afoitos. Um grupo havia descoberto que as obras das PCHs já estavam em andamento e eles debatiam arduamente o que fazer diante dessa situação. A notícia havia, simplesmente, mobilizado toda a aldeia.

Quando cheguei aos Enawene Nawe a proposta de trabalho era bem delineada: atender a demanda de alfabetização e ensino da língua portuguesa entre um grupo de jovens. Mas, no dia-a-dia do trabalho, a cobrança contundente vinda dos Enawene Nawe diante do contexto, foi direcionando minha atuação para questões políticas do grupo, entre as quais, a implantação do Complexo Juruena ganhava um enorme destaque. Isso me permitiu um posicionamento privilegiado de observação em relação ao modo como eles iam reagindo e construindo suas estratégias ao longo do licenciamento.

Este trabalho se propõe a analisar os posicionamentos (no plural em decorrência das flutuações e dissidências internas) dos Enawene Nawe frente a implantação do Complexo Juruena à luz do seu relacionamento com os demais atores envolvidos no

⁴ O termo “alta tensão”, presente também no título desta monografia, faz referência à uma reportagem de autoria de Spency Pimentel, sobre a expansão da produção de energia hidrelétrica na região amazônica.

processo (órgãos licenciadores, ONGs, MPF, demais etnias e empreendedores). Tendo em vista a importância das fontes orais para a reconstrução do processo segundo a ótica enawene nawe, optou-se pela utilização do trabalho de Max Gluckman⁵ como direcionador da análise destas. Num cenário de interação entre diversos atores que tentam, a todo o momento, validar suas posições e interesses no âmbito da instalação do empreendimento, podemos esperar os efeitos que essas relações exercem sobre os sistemas em disputa. Neste trabalho interessa apenas as implicações geradas para a ordem social enawene nawe.

Num processo turbulento que teve como ápice uma ação dos Enawene Nawe no canteiro da obra mais próxima da terra indígena, a PCH Telegráfica, levanta-se questões sobre o porquê, mesmo diante de riscos tão grandes (como a alteração na qualidade da água e possível diminuição dos peixes), que colocam em xeque elementos centrais no processo de apaziguamento e harmonização das relações entre homens e espíritos (premissa básica de toda a estrutura cerimonial enawene nawe); eles optam por negociar os recursos indenizatórios do empreendimento, dando o aval para a construção deste.

A monografia parte da hipótese de que, para os Enawene Nawe, a exploração de energia no entorno da terra indígena guarda uma contradição: a ameaça contra a integridade dos recursos hídricos e pesqueiros do território é confrontada, pelos indígenas, com a possibilidade de uma pretensa autonomia (econômica) vislumbrada por meio do acesso aos recursos da compensação oferecida como indenização pelos impactos não-mitigáveis do empreendimento. Como vimos acima, desde a intensificação do contato no final de década de 1990, a demanda por recursos financeiros deixou de ser uma questão irrelevante. A substituição das canoas de madeira pelos motores de popa trouxe a dependência econômica gerada pela necessidade de combustível - em quantias exorbitantes - para a garantia dos rituais. No contexto atual, para os Enawene Nawe, não ter acesso à gasolina significa limitar os cerimoniais e, conseqüentemente, atizar a ira dos *Yakaliti* e *Enoli*⁶, o que implica, a cabo, no fim de sua sociedade.

Para pensar as soluções criativas que surgem com a interpretação enawene nawe diante do Complexo Juruena e elucidar os pontos determinantes no seu posicionamento

⁵ Gluckman (1987).

⁶ Os *Enoli* são uma categoria de seres diferenciada dos *Yakaliti*. Habitantes do *eno* (céu), eles mantêm relações de proteção e ancestralidade com os Enawene Nawe.

ao longo deste processo, utilizou-se a concepção desenvolvida por Marshall Sahlins⁷, que aborda a reavaliação de categoriais sociais frente a interação entre evento e estrutura.

As oscilações e mudanças de posição dos Enawene Nawe ao longo do processo, o surgimento de conflitos internos, a verificação de estratégias coletivas de negociação e pressão são exemplos de alguns dos pontos de interesse da pesquisa. Parte-se do pressuposto que a incorporação de bens industrializados ao sistema cerimonial é um ponto chave para compreender as escolhas destes ao longo do processo de licenciamento.

Para realizar esta monografia foi necessário o exercício de voltar ao passado, através das minhas anotações de campo, e retomar informações que haviam sido registradas a título de diário e não como dados direcionados para esta pesquisa. Estas anotações se inserem numa dinâmica que retoma muito mais uma “participação observante”, do que uma “observação participante”, já que elas se inserem dentro do cotidiano da minha atuação enquanto indigenista da OPAN. Também foi realizado um levantamento bibliográfico prévio sobre os Enawene Nawe, como ponto direcionador dos estudos etnográficos sobre este grupo.

O delineamento do relacionamento entre os Enawene Nawe e os demais atores se apresenta como recurso metodológico importante no processo de compreensão das estratégias indígenas. Buscando elucidar alguns dos elementos presentes na sua argumentação, a investigação contou com a documentação produzida pelos Enawene Nawe ao longo do processo, que foi alvo de sistematização e análise. A documentação foi acessada através de um levantamento realizado no Arquivo da OPAN.

Outra importante fonte de informações foi a realização de entrevistas com representantes dos Enawene Nawe⁸ e indigenistas da OPAN. Estas foram direcionadas por meio de roteiros que orientaram a coleta dos dados. A análise se ateve também aos depoimentos públicos dos Enawene Nawe, acessados em jornais e revistas por meio de levantamento realizado via internet.

⁷ Sahlins (1997a).

⁸ Em relação à entrevista com os Enawene Nawe, cabe esclarecer que ela foi realizada de maneira coletiva, no pátio da aldeia, em novembro de 2008. Tendo em vista que existe um processo em curso na Polícia Civil, relacionado a manifestação na PCH Telegráfica, optou-se por omitir os nomes dos entrevistados como medida de proteção, já que a ação política realizada pelo grupo está sendo encarada, juridicamente, como criminosa. Outras falas dos indígenas foram obtidas através de entrevistas concedidas a meios de comunicação, além de registros de reuniões.

Neste trabalho, a grafia das palavras em língua enawene nawe segue a orientação da proposta de padronização da escrita desenvolvida pela linguista Ubiray Rezende⁹. O esquema elaborado por Rezende (2006) adota as normas da “Convenção para a Grafia dos Nomes Tribais”, da Associação Brasileira de Antropologia, e visa estabelecer uma uniformização mínima da escrita em materiais desenvolvidos sobre os Enawene Nawe.

Os objetivos específicos, descritos abaixo, colaboram para a execução da tarefa a qual a monografia se propõe.

1. Traçar um esquema geral da organização social dos Enawene Nawe em busca de pontos relevantes para a análise proposta;
2. Explanar sobre as etapas desde o planejamento até a implantação do Complexo Juruena;
3. Descrever as etapas do licenciamento, com foco nas situações de interação dos indígenas com os demais atores envolvidos, elucidando as estratégias indígenas;
4. Identificar os pontos determinantes no processo de tomada de decisão dos Enawene Nawe, no âmbito do licenciamento do Complexo Hidrelétrico Juruena.

A monografia está organizada em três partes que visam cumprir os objetivos da pesquisa. O Capítulo I – *Os Enawene Nawe*, apresenta um esquema geral dos aspectos sociais e cosmológicos do grupo à luz dos pontos de interesse desta monografia, em especial, os trabalhos de Silva (1998) e Santos (2003) fornecem dados para este panorama. As descrições de Lisbôa (1985) abordam o período de intensificação das relações com a sociedade brasileira. Já os trabalhos de Jakubazko (2003) e Dal Poz (2006) são analisados em busca de similaridades entre o tema desta pesquisa e o episódio que envolveu a tentativa de abertura de uma estrada ilegal no interior da terra indígena. Cabe assinalar que a maior parte da bibliografia etnográfica foi produzida por pessoas que atuaram com este grupo por meio OPAN, no âmbito de seu Projeto Enawene Nawe.

O Capítulo II – *Pequenas usinas, grandes negócios*; descreve o percurso a partir do planejamento do empreendimento, abordando como o Complexo Juruena vai se favorecer dos benefícios da legislação das PCHs para se legitimar num contexto turbulento no qual a sua implantação sofreu uma forte onda de contestações por parte de alguns grupos locais e do MPF. Na arte do tema destacam-se os trabalhos de Neves

⁹ Rezende (2006).

(2007), que aborda os conflitos gerados entre os órgãos que participam do licenciamento, em decorrências de diferentes interpretações da legislação, e de Souza (2009), que analisa a viabilidade da implantação do Complexo Juruena tendo em vista os questionamentos sobre a legitimidade dos estudos ambientais.

O Capítulo III - *O Enawene Nawe e o Complexo Juruena*, apresenta a descrição linear do processo de licenciamento e instalação do Complexo Juruena. Esse ponto direciona o debate para o foco da pesquisa, que é compreender as estratégias que direcionam a interlocução dos Enawene Nawe com os demais atores envolvidos seguindo a orientação teórica de Gluckman (1987) e Sahlins (1997a) cujos estudos debatem os processos de transformação das estruturas sociais tendo em vista, no caso do primeiro autor, a relação entre eventos e situações sociais; ou no caso do segundo, a relação entre a estrutura e a história. Albert (2002) oferece subsídios para a análise dos discursos indígenas diante do processo de “ecologização” destes.

Os trabalhos de Leal (2006) e Baines (2001) contribuem com a problematização do relacionamento entre Estado e Povos Indígenas quando da instalação de obras de infra-estrutura, com foco principal de análise em contextos de implantação de usinas hidrelétricas e exploração de minérios. No debate proposto por estes autores ganha destaque a participação ativa da FUNAI como mediadora e facilitadora das negociações entre governo e populações indígenas.

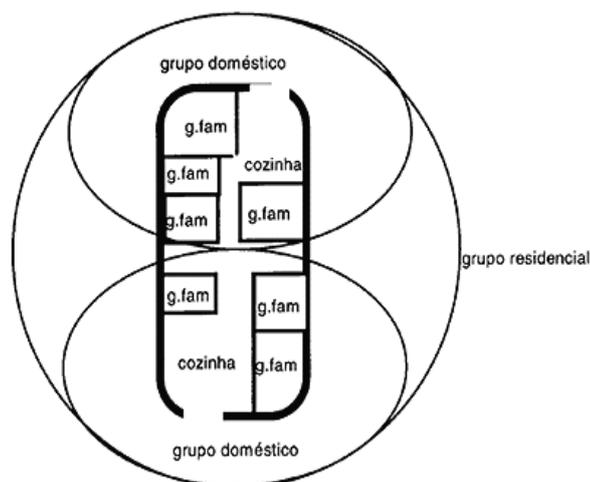
Por fim, as *Considerações Finais* retomam os debates e reflexões dos capítulos anteriores e traçam um contorno das perspectivas e dos consequentes desafios que estarão colocados para os Enawene Nawe, em decorrência da implantação do Complexo Hidrelétrico Juruena.

CAPÍTULO I - OS ENAWENE NAWE

Gente de ossos fortes, pés ligeiros e riso fácil. FAUSTO CAMPOLI

Os Enawene Nawe possuem uma população de 545 habitantes¹⁰ que vivem em uma única aldeia localizada no rio Iquê, tributário do Juruena, na porção sul da terra indígena. A atual aldeia, *Halataikiwa*, é composta por dezesseis edificações, sendo quinze residências comunais (*hakolo*) e uma Casa das Flautas (*Yaõkwa ehakolone*), onde são armazenados os instrumentos e algumas indumentárias rituais. As casas são grandes edificações que abrigam inúmeros grupos familiares, conforme o esquema de Silva:

Figura 2 - Croqui de uma casa comunal. Fonte: Silva, 1998.



As residências são ocupadas por diversos grupos familiares que, ligados por relações de parentesco, se associam com outros grupos familiares formando grupos domésticos dentro dos quais se organiza a produção de alimentos. O conjunto de grupos domésticos de uma casa forma o grupo residencial¹¹.

Já a Casa do *Yaõkwa* representa a presença constante dos espíritos no espaço aldeão. Em formato cônico, associado a um morro (numa referência a morada dos *Yakaliti*, e também da pedra de onde os Enawene Nawe saíram, segundo o mito de origem), essa edificação possui uma coluna central embaixo da qual, o *Yakaliti*, *Kote*,

¹⁰ Dados do Convênio OPAN-FUNASA (2009).

¹¹ Ao contrário do apontado por Silva (1998), durante a construção de uma nova aldeia, os diversos grupos residenciais se revezam em pares e um constrói a casa do outro, já que, na concepção enawene nawe, neste momento os *Yakaliti* são os construtores.

guarda os cantos. Quando um visitante chega à aldeia, em geral ele é acomodado em uma das residências. Mas essa situação não ocorre com todos. Relatos apontam a acomodação de visitantes na Casa das Flautas, o que demarcaria uma situação de hostilidade, como aponta Jakubazko:

Enquanto os visitantes bem vindos ou moradores forasteiros são incorporados pela dinâmica social Enawene Nawe - "adotados" por núcleos familiares, instalados no interior das residências, recebendo insígnias de inserção no universo social Enawene Nawe, enfim: domesticados, submetidos à sua ordem social, neutralizando a alteridade; os Cinta Larga, por exemplo, quando estiveram em visita (1981), ficaram alojados no interior da Casa das Flautas a casa dos Yaokwa (clãs), reduto dos entes sobrenaturais (2003, p.91).

O centro da aldeia é caracterizado como um local de sociabilidade masculina (com encontros diários no início da manhã e fim de tarde quando se conversa sobre diversos assuntos de interesse do grupo) e também palco das performances rituais.

O seu modelo de produção é regulado por padrões próprios. O calendário ritual organiza os plantios das espécies agrícolas centrais (mandioca e milho) e secundárias (feijão, batatas, carás, etc); além das expedições de pesca (nas modalidades de barragem, timbó, anzol, arpão) e coleta (mel, castanha do brasil, jenipapo, etc). Sua dinâmica de ocupação espacial lhes permite percorrer periodicamente grande parte do território (tanto o demarcado quanto o não-demarcado) a fim de cumprir o calendário de responsabilidades clânicas envolvido no jogo de reciprocidade com os *Yakaliti* e *Enoli*.

A vida ritual dos Enawene Nawe é tão rica e intensa que podemos afirmar que ela move o cotidiano deste povo, como aponta Rodgers (2006): “[...] durante todo o ano enawene nawe há sempre alguma atividade ritual/sazonal acontecendo: ou se está em performances músico-coreográficas na aldeia, ou se está em expedição a partes alhures de seu território – sendo que mesmo em muitos períodos de expedição, os que ficam na aldeia também realizam performances diariamente. [...]” (Rodgers, p.3).

O ano nativo é dividido em quatro períodos rituais articulados – *Yaõkwa*, *Derohe*, *Saloma*, *Kateoko*¹² - que regulam as relações sociais, econômicas e com o meio

¹² Alguns Enawene Nawe apontam o que seria um quinto e um sexto ciclo ritual, o primeiro chamado de *Menolila*, e o segundo chamado de *Menolilaokose*. Os dois são realizados em períodos intercalados dos demais cerimoniais.

ambiente. Estes ciclos constituem a única maneira de manter a harmonia com os *Enoli* e *Yakaliti*, estes últimos, donos dos recursos naturais e causadores de doenças e mortes quando não são saciados pelas ofertas dos Enawene Nawe. Já, com os *Enoli*, habitantes do *eno* (céu); eles guardam relações mais amistosas, ligadas a relação de ancestralidade. Dizem os Enawene Nawe que eles são como seguranças que os acompanham em situações de risco.

A realização dos rituais *Yaõkwa* e *Derohe*, associados aos *Yakaliti*, regula as atividades de plantio e pesca. Os rituais *Saloma* e *Kateoko*, associados aos *Enoli*, regulam as atividades de coleta de mel, pequenas pescarias familiares e pescarias coletivas com timbó em algumas lagoas marginais dos rios. Estas atividades são entendidas por Rodgers (2006) como elementos fundamentais para a vida cerimonial deste grupo: “[...] as expedições de pesca e o cultivo do milho e da mandioca compõem as atividades imprescindíveis para a mobilidade e funcionamento da “máquina ritual” enawene nawe. [...]” (Rodgers, p.4).

Como aponta Silva (1998) “[...] o calendário cerimonial estabelece as condições sociais (e cósmicas) da produção [...]” (Silva, p.15). Assim, o seu modelo de produção está salvaguardado pelas práticas rituais que o regula. Conforme aponta Santos:

O extenso e complexo calendário ritual enawene é organizado em função de suas cerimônias devotadas a estas e outras subjetividades, em que o peixe aparece como item catalisador. Balizador das pescas de caráter coletivo, seu calendário é formalizado nos rituais (...) (2003, p.171).

Mesmo diante de um novo contexto pautado pela vida em um território demarcado, os Enawene Nawe demonstram preferir manter o seu padrão de ocupação seguindo a lógica da ocupação imemorial, que abrange uma área muito maior do que os 742.088 hectares homologados, uma situação que, às vezes, culmina em conflitos por uso de recursos com outros agentes regionais, tais como proprietários rurais e outras etnias¹³. Isso porque eles não adotam uma visão compartimentalizada ou meramente utilitária do

¹³ Boa parte dos pontos de pesca utilizados pelos Enawene Nawe se encontra fora do território demarcado, com destaque para as lagoas *Hoone* e *Marada*, localizadas em propriedades particulares; as barragens erguidas nos rios *Maxikiyawina* e *Hoyakawina*, localizadas em área nambiquara e a barragem erguida no *Adowina* (rio Preto), localizada em área sob estudos, já que os indígenas exigem a sua demarcação. Além destas áreas, outras localizadas dentro e fora da terra indígena são utilizadas para as pescarias cerimoniais e de subsistência.

território. Este está entrelaçado com sua concepção de vida (ritual, mitos, religiosidade, distribuição geográfica dos recursos, etc). Sua cultura é intrinsecamente associada às particularidades da hidrografia e do ciclo ecológico. Por isso, qualquer alteração no regime das águas ou na ictiofauna pode trazer conseqüências incomensuráveis ao desenvolvimento ritual, fato reconhecido, pelo Complemento do Componente Indígena:

A médio e longo prazo, pelo efeito cumulativo do conjunto das PCHs, esses impactos tendem a aumentar, causando alterações na qualidade da água – também pelo sucessivo turbinamento -, na dinâmica fluvial do rio, influenciando diretamente os organismos dos ecossistemas aquáticos, principalmente os peixes que são muito sensíveis Às modificações do meio em que vivem, constituindo o grupo animal mais evoluído que depende exclusivamente da água. (2007, p.22).

O oferecimento de bebidas e peixes, conforme afirma Santos (2003), é considerado a única forma de apaziguar a ira dos *Yakaliti*:

O peixe, vale dizer, é o artigo mais nobre da culinária enawene, figurando como símbolo de status, ainda que fugaz (até seu consumo), entre as famílias. Sua importância se dá, também, na relação do grupo com os seres pantagruélicos, os iakayreti, detentores do poder de vida e morte, sensivelmente aplacados com a oferta e consumo de peixe. (2003, p.118).

Foi justamente por compreender a importância desse processo de harmonização dos espíritos que a antropóloga Virginia Valadão não teve dúvidas ao escolher o nome de “O Banquete dos Espíritos” para o documentário realizado por ela, sobre o *Yaõkwa*, o mais longo ritual dos Enawene Nawe, com aproximadamente sete meses de duração¹⁴.

Nas palavras de Santos (2003): “[...] Sempre preocupados em produzir e oferecer comida aos iakayreti, os Enawene-Nawe organizam, exclusivamente para eles, fartos banquetes, onde são vertidas bebidas ao chão, que, segundo os Enawene-Nawe, seguem diretamente para suas imensas panelas de pedra já bem posicionadas sob a terra. [...]” (Santos, p.75). A maior parte dos recursos (naturais e financeiros) acessados pelo grupo são envolvidos pela ótica da interdependência entre homens e espíritos.

¹⁴ Em 2009, o ritual *Yaõkwa* teve duração de dez meses em decorrência da falta de peixe durante as barragens de pesca e do falecimento do mestre de cantos *Kawali*.

O peixe tem função central dentro deste “banquete”. Ele é a moeda de troca, oferta apaziguadora da fúria e da belicosidade dos *Yakaliti*. É justamente para obtenção do pescado – para subsistência, ou fins cerimoniais - que eles realizam grandes expedições de pesca. De acordo com Santos:

Considerado como o mais nobre e desejado alimento, o peixe é usado como símbolo maior do pagamento do “preço da noiva” e da conquista sexual, como retribuição aos serviços de cura xamânica e aos fitoterápicos administrados aos convalescentes e adolescentes “iniciados”. Ele é, sobretudo, o mais importante tributo destinado aos deuses e espíritos: aos enore-nawe (Super-consangüíneos) pela proteção, e aos iakayreti (Super-afins) para que não façam mal nem causem a morte das pessoas (2003, p. 166).

O *Yaõkwa* é o ritual mais conhecido, e também o mais extenso. A cada dois anos os nove clãs se revezam no papel de anfitriões para realização do cerimonial. Esse rodízio visa apaziguar a relação com os espíritos *Yakaliti*, como aponta Rodgers:

A música dedicada ao ritual *yãkwa*, o qual ocupa sete meses anuais, é dos espíritos subterrâneos, dos yakayriti: dos yaka nawe - em linguagem ritual = povo flechador -, e eles não sobem à superfície para brincar em serviço... há mesmo um excesso dessa presença, essa presença é acachapantemente afetante: o que se pode fazer é entrar vertiginosamente em sua dança para ritmicamente conviver com a inexorabilidade faminta (literalmente!) de suas volições, de seu querer interminável...! (1996).

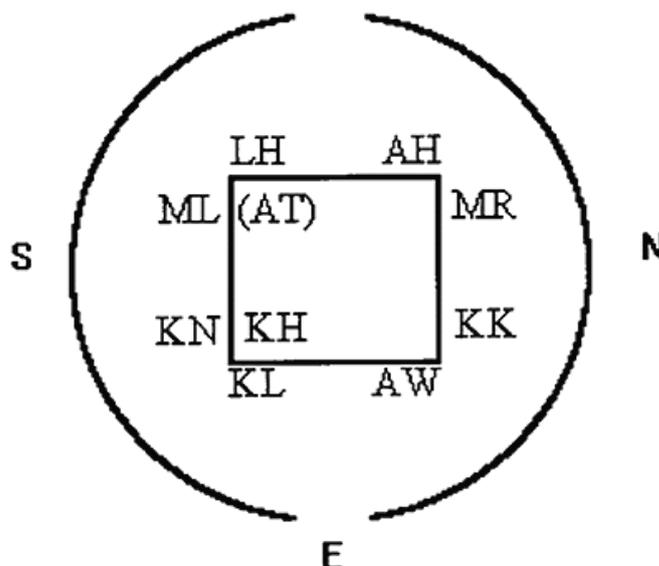
Cada clã está relacionado a um conjunto de espíritos e flautas aos quais os Enawene Nawe devem ofertar peixe, sal e bebidas. O descumprimento destas obrigações implica na represália violenta da legião de *Yakaliti*, como aponta Santos (2003): “[...] Os iakayreti, espíritos habitantes da paisagem e “senhores dos peixes”, são seres que vivem na sua dependência, e que, se não forem fartamente alimentados, ceifarão suas vidas [...]” (Santos, p.11). Sendo assim, os Enawene Nawe se revezam bienalmente num ciclo de dez anos, que ao seu final deve ter contemplado todo o conjunto de espíritos. O revezamento para realização do *Yaõkwa* está diretamente relacionado com a organização clânica que abrange homens, espíritos, instrumentos musicais e território, como aponta Rodgers:

Entre os Enawene Nawe, música e território, estética e ecologia, estão estreitamente associados através de uma relação ritualizada com a

ancestralidade. Para esse povo indígena, a topologia territorial – amplamente reconhecida e detalhadamente nomeada pela população em geral – está surpreendentemente associada de forma direta a uma topologia musical da casa de flautas na aldeia (*hayti*) – algo bastante incomum nesse contexto sociocultural. O elo vital e motor dessa relação estreita é o ritual: toda a vida enawene nawe depende de uma vigília ritual ininterrupta a qual refaz continuamente uma espécie de ciência dos caminhos (*awiti*), os quais, entre outras coisas, ligam o território à casa de flautas através da noção de pertencimento clânico. Os *caminhos* atuam em várias dimensões cognitivas como vetores norteadores de toda reinvenção vital e cotidiana de sua sociocosmologia; a ciência de como percorrer, extrair, produzir, mas também desfazer e cuidar desses caminhos e seus ecossistemas (...) Essa ciência dos caminhos compõe uma estética no sentido mais amplo do termo: trata-se de uma ecologia estética, uma ecologia músico-ritual. (2006b, p. 2 e 3).

Os Enawene Nawe estão organizados em nove grupos exogâmicos e patrilineares: *Aweresese* (AW), *Kairole* (KL), *Kawekwalise* (KK), *Kawinalili* (KN), *Mairoete* (MR), *Anihali* (AH), *Lolahaese* (LH), *Maolokoli* (ML) e *Kaholase* (KH)¹⁵. A análise de Silva (1998) aponta para uma classificação hierárquica destes em duas ordens: os (*aoli*) principais e os (*kahene*) adventícios, representada espacialmente, pela ordem de armazenamento das flautas no interior da Casa das Flautas, conforme seu modelo:

Figura 3 - Lugar das flautas na Casa do *Yaõkwa*. Fonte: Silva (1998).



¹⁵ De acordo com Silva (1998a), o clã *Atosairi*, representado na figura 03 pela sigla AT, seria um grupo extinto dos Enawene Nawe.

Conforme o modelo acima, os instrumentos musicais dos clãs mais expoentes são guardados na parte frontal da edificação, voltados para o leste que na aldeia é pontuado pelo *Yaōkwa Awitira*, caminho por onde retornam os homens-espírito após as barragens de pesca do ritual *Yaōkwa*. Seguindo a sequencia hierárquica, na porção esquerda (norte) são armazenadas as flautas de posição subsequente aos clãs referendados na parte frontal. Os instrumentos dos clãs adventícios são armazenados na parte inferior-direita (oeste-sul). Este local de armazenamento dentro da Casa do *Yaōkwa* foi, segundo Silva (1998), determinado pela ordem de chegada dos clãs à aldeia onde eles se uniram após uma série de catástrofes, epidemias e ataques que os estavam dizimando:

Os poucos sobreviventes dessas tribos, guiados pelos espíritos celestes e subterrâneos de seus respectivos clãs, foram um por um se dirigindo a uma determinada aldeia, a dos formadores do aweresese, um dos clãs principais. À proporção que chegavam, dirigiam-se à casa-dos-clãs onde depositavam suas flautas em uma determinada posição, que, segundo os Enawene Nawe, se mantém idêntica até hoje (1998a, p. 08).

A união dos diferentes grupos clânicos numa única aldeia representa o pacto social fundante deste povo. Podemos dizer que o cerne da sociedade enawene nawe é o caldo cultural gestado a partir da junção destes diferentes grupos e de acordo com o pacto firmado por eles, para selar a sua junção, como aponta Santos:

Para tanto, estabeleceram uma espécie de contrato social em que cada um dos clãs (as velhas tribos) abriria mão daquilo que era considerado aberrante, reprovável e pouco apropriado para uma verdadeira sociedade: conservariam apenas aquilo que fosse aprovado por todos como digno e bom. (2003, p.97).

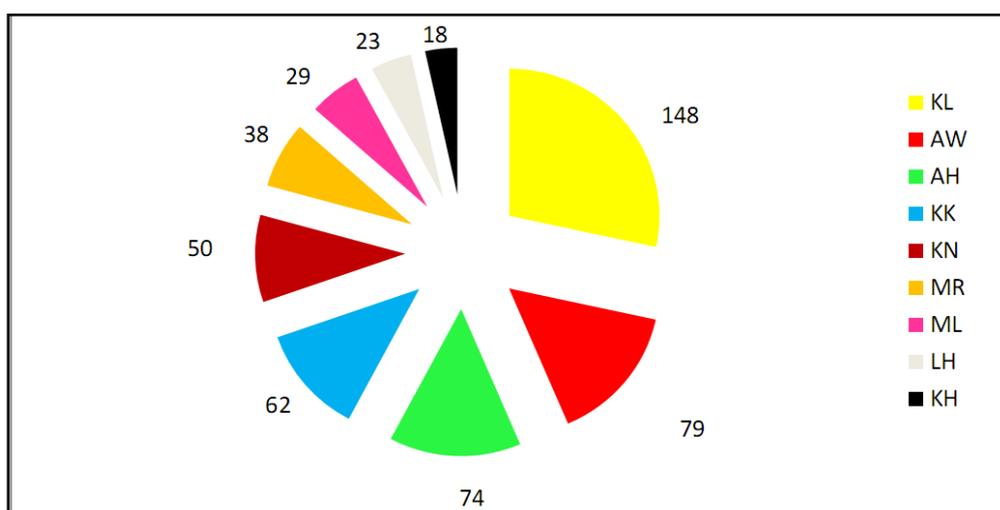
Essa mesma segmentação se faz presente no mito de origem, na seqüência de saída da pedra, habitadas por eles antes de viverem neste mundo. Essa seqüência pode apresentar algumas alterações, de acordo com o informante que a relata. A versão mais recorrente aponta que os clãs *Aweresese*, *Kawekwalise* e *Kairole* foram os primeiros a sair. Segundo Silva (1998), essa hierarquia é decisiva para a execução dos cerimoniais já que o rodízio clânico para execução do *Yaōkwa* associa os clãs preferenciais com os clãs adventícios, de acordo com uma seqüência pré-determinada, apresentada abaixo.

Tabela 1 - Grupos preferenciais no revezamento clânico do Yaõkwa: Fonte: Silva (1998).

PRINCIPAIS	ADVENTÍCIOS
Aweresese	Lolahese
Kawekwalise	Maolokoli
Mairoete	Kawinalili
Anihali	Kaholase
Kairole	Ø

Ainda, Silva (1998) traça que o revezamento dos clãs na função de anfitrião do ritual *Yaõkwa*, também deveria seguir uma estrutura prévia de rodízio. Para além da estrutura pré-estabelecida, fica claro que o revezamento não é determinado única e exclusivamente por uma lógica linear contínua, estando muito mais sujeito as demandas e necessidades espirituais diagnosticadas pelos xamãs (*Sotaliti/Sotaloti*), que podem a qualquer momento, inverter posições dentro desse rodízio¹⁶¹⁷.

Atualmente existe uma disparidade muito grande entre a população de cada clã, sendo alguns deles, muito mais numerosos do que os demais, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1 – População enawene nawe por clã. Fonte: Silva (2010).

¹⁶ “[...] Os yãkwa, homens-espíritos, modalidade sazonal de músicos-pescadores, tomam duplamente os modos yakayriti: a) nas expedições de pesca: para que possam com seu auxílio pescar, quando saem por três meses anuais na vazante para as barragens de pescas, e por um mês na estação seca para a pesca em lagoas; e b) nas performances na aldeia, para que possam com seu auxílio cantar, tocar e dançar, diariamente, através do uso de suas “flautas” (ou melhor, aerofones variados e alguns idiofones), por ocasião dos longos períodos aldeãos de troca cerimonial (abril-junho; agosto-setembro; janeiro). [...]” (Rodgers, 2006).

¹⁷ Em 2009 o clã *Kairole* foi “incluído” como anfitrião em decorrência de doenças que estavam sendo causadas pelo excedente - não aproveitado - de mandioca em suas roças

Em 2007 foi registrado um casamento intra-clânico. Indagados sobre o assunto os Enawene Nawe não se mostraram confortáveis para falar da situação argumentando apenas que as uniões endogâmias são uma possibilidade não-preferencial dentro do seu sistema de parentesco, mas que foi a saída encontrada diante da grande disparidade entre o número de indivíduos dos clãs.

Segundo os Enawene Nawe, o inchaço populacional de determinados grupos contribui para a valorização do seu status interno, fator é reconhecido por Jakubazko:

Dentre os clãs aore, já indicamos que Aweresese corresponde à importância histórica do status de clã ancestral fundador, enquanto os Kailore, além de numerosos e de concentrar expressivo capital simbólico (Pessoas / saberes / alianças), são ainda o clã que apresenta o maior número de Pessoas preparadas para lidar com as interações voltadas para a exterioridade, seja na relação com os entes sobrenaturais (Yakairiti), seja com o "mundo", sempre presentes nas iniciativas e decisões vinculadas a estas interações (2003, p. 78).

Como vimos, o *Aweresese* é o clã com maior prestígio e essa importância vem de fatores mitológicos. Segundo Silva (1998), foi este que recepcionou os demais grupos na aglutinação dos diferentes grupos em uma única aldeia, em decorrência de decréscimo populacional. No entanto, conforme aponta Jakubazko (2003), a hierarquia clânica não é a única determinante para a organização sócio-política dos Enawene Nawe, que inclui outros elementos significativos. Segundo ela:

A influência política se dá através da posição que o indivíduo ocupa na sociedade referente ao clã a que pertence, alianças instauradas, qualidade da performance nas realizações rituais, papéis sociais desempenhados (especialidades / saberes acumulados), categoria de idade e manipulação da tradição genealógica (2003, p. 78).

Dessa maneira, o prestígio está associado, entre outras coisas, ao número de alianças que você consegue estabelecer com os demais clãs através de matrimônios. Além deste, outros elementos também se entrecruzam nessa trama para determinar o status dos indivíduos nesta sociedade. Como aponta Jakubazko (2003), há um destaque grande para os ciclos geracionais, determinados pelas categorias de idade:

Deste modo, as etapas de nomeação, além de vinculadas diretamente às categorias de idade (marcador social para o indivíduo), estão diretamente associadas ao contexto maior de Gerações (marcador social para o tempo). É o reconhecimento da geração vindoura que transfere, altera os sentidos conferidos às posições e status na sociedade. Assim, na organização social Enawene Nawe, temos uma sociedade estratificada em: geração dos jovens, geração dos nascidos – crianças/ primogênitos; geração dada pela posição de pais; geração dos avós. (2003, p.121 e 122).

A cada fase da vida o indivíduo é dotado de obrigações e responsabilidades que são imprescindíveis na ocupação de papéis sociais e da transmissão interna dos conhecimentos. A importância dos Ciclos Geracionais e das Categorias de Idade ganha destaque dentro de um contexto no qual é expressivo o aumento populacional, em especial, da população jovem. De acordo com Silva (2008), esta aumentou consideravelmente desde os primeiros registros: “[...] Em 1981, o contingente com idade entre 0 a 7 anos (37 pessoas) correspondia a 24% da população. Em 2008, este contingente passa a corresponder a 39% (186 pessoas) [...]” (Silva, p. 02)¹⁸.

O prestígio do indivíduo pode estar também associado ao status sazonal proporcionado à determinados indivíduos de acordo com a posição ocupada dentro de cada ciclo ritual. Os rituais contam com ciclos de revezamento clânico para sua execução. A cada ciclo, determinados indivíduos carregam certas responsabilidades que incluem, em geral, o direcionamento dos cerimoniais. De acordo com Mendes:

Dizem os Enawene-Nawe que o honerekayti é alguém que se encarrega de transmitir a “palavra bonita” (aware xinakahã) aos pescadores. Este seu papel de conselheiro é exercido já na aldeia, antes mesmo da saída para as pescarias. O honerekayti é, acima de tudo, um mestre de cerimônias, designado especialmente para coordenar os ritos das pescas nos rituais de yãkwa e lerohi. (...) Em todas as atividades que mobilizam os rituais de salumã/kateokõ, aparecem dois tipos de personagens, ikinio e wakaniare(lo). Ikinio são, de um lado, os homens pertencentes a dois ou mais grupos clânicos, e de outro, as esposas dos harekare, mulheres de diferentes clãs; wakaniare(lo) são todos os demais da aldeia, mulheres e homens a partir de cerca de dez anos de idade. (2003, p.172 e 176)

Ainda, as especialidades figuram como elemento de extrema importância dentro da organização social dos Enawene Nawe. Existem vários tipos de especialistas: os

¹⁸ A população enawene nawe passou de 97 pessoas, em 1975 (MIA, 1975), para 529 indivíduos, em 2009 (OPAN/FUNASA, 2009).

baratali/baratalo (herbalistas), os *sotaliti/sotaloti* (xamãs), os *howenatali/howenatalo* (benzedores), os *eholalali/eholalalo* (envenenadores ou feiticeiros) e os *sotakatali* (mestre de cantos), conforme a sistematização realizada por Santos:

Quadro 1 - Especialidades e práticas. Fonte: Santos (2003)

Especialista	Tradução	Funções e práticas
<i>sotayreti</i>	xamã	<ul style="list-style-type: none"> - cura doenças; - retira substâncias deletérias do corpo; - acessa o patamar superior; - contacta e invoca as divindades celestes; - recupera e repõe a alma (<i>hesekonase</i>) retida pelas árvores e a planta de mandioca; - executa tapagem contra a fuga da alma usando <i>yakoti</i>
<i>hoenaytare</i>	soprador	<ul style="list-style-type: none"> - sopra objetos, lugares e pessoas quando estas estão submetidas às regras de <i>kadena</i>; - sopra as manivas de mandioca para o plantio; - protege contra o ataque dos <i>atahare-wayate</i> e (do espírito) da planta de mandioca (<i>atolo</i>); - lança males, doenças e morte às pessoas
<i>sotakatare</i>	cantador	<ul style="list-style-type: none"> - detém os textos e partituras musicais; - repassa a memória coletiva ao grupo; - canta diante do doente grave para reter sua alma
<i>baraytare</i>	fitoterapeuta	<ul style="list-style-type: none"> - conhece, manipula e prescreve plantas medicinais
<i>iholalare</i>	feiticeiro	<ul style="list-style-type: none"> - fabrica e manipula substâncias venenosas; - detém poderes e forças do mal; - promove doença e morte das pessoas

O *sotakatali* é a especialidade com maior prestígio e também uma das mais difíceis de exercer, como descreve Rodgers (2006): “[...] Os *sotakatare* são como guias do povo enawene nawe por entre esses caminhos, e é a sua sabedoria, a sua ciência, que imprime singularidade ao modo de vida enawene nawe. [...]” (Rodgers, p.3). Além da extrema dedicação despendida para aprendizado e memorização dos cantos, o *sotakatali* tem que estar atendo a uma série de regras comportamentais que incluem a parcimônia, a concentração, a evitação do sono, etc. Os Enawene Nawe são o povo da música e, por isso, não é mero acaso que os *sotakatali* sejam as figuras de destaque dentro desse cenário, conforme indica Jakubazko:

Os Sotakatare, por sua vez, consistem numa categoria de agentes sociais que, assim como os outros, dominam especialidades de vital importância para a ordem social Enawene, no entanto são considerados como os grandes pensadores, filósofos dessa sociedade, sendo imensa a admiração, prestígio e autoridade a eles conferidos. (2003, p. 47).

O seu ofício tem uma função primordial na garantia da harmonia entre homens e espíritos e, conseqüentemente, na garantia da existência de seu povo. Rodgers (1996) apresenta uma clara definição dessa relação (in) tensa:

Um povo, cujas eternas idas e vindas que são, na verdade, o único caminho possível para o conhecimento, o aprendizado profundo – e portanto para se preservarem da morte através da sábia administração do ritual -, que pressupõem o adensamento das distâncias relativas entre um ponto do território e sua aldeia, entre uma casa de um determinado conjunto de yakayriti e a casa de flautas, entre um motivo musical (ritmo, melodia e texto) e outro, entre um determinado conceito e outro, o único meio, portanto, para se jogar o jogo político das temporalidades sobrepostas. (1996, p. 07)

Como vimos, a influência política de cada indivíduo dentro da sociedade depende da combinação de diferentes fatores, de caráter hereditário (hierarquia clânica), sazonal (categoria de idade e personalidades rituais) e permanente (especialidades). Internamente, cada um dos nove grupos clânicos organizam também padrões hierárquicos, destacando assim os seus membros mais expoentes. Esse modelo se assemelha à observada por Costa (1985) entre os Paresi, cuja estrutura social também inclui uma classe de especialistas e um sistema de hierarquia clânica, sendo muito reconhecida a capacidade de “saber falar”, “falar bonito”, ou, para os Enawene Nawe, “*awali xinakaha*”. A qualidade de “saber falar” é apreciada tanto em relações externas, quanto internas. Como observa Basini (2003), a arte da oratória é um atributo de grande prestígio entre os Enawene Nawe:

Quando um enawene se explana, argumenta, reflexiona, ele realiza um movimento com suas duas mãos. Este se inicia no tórax, logo se-localiza na garganta, sai dela, e acaba num desenho de flor de lótus. Este gesto descreve o percurso do conhecimento, do saber, seu caminho e sua geografia. Outras iconografias apresentam-se: o pensador grego que apóia sua cabeça na mão; ali esta seu centro de gravidade. O físico ou o matemático moderno enquanto decifra equações coloca seu lápis na fonte. Mas awenewotá: o pensar, não esta no cérebro, mas nas cordas vocais. Isto explica a relevância da palavra, ela se torna realidade, gravidade. A eloqüência do orador traça as grandes linhas de decisões, a formação de saberes, a produção de conhecimentos. (2003, p. 09).

O exercício da fala e do debate é praticado cotidianamente em encontros matutinos e vespertinos que ocorrem no pátio da aldeia, conforme Basini (2003): “[...] É no espaço físico e temporal: o pátio da aldeia, onde têm lugar os fóruns. Ali os oradores - intelectuais produzem o pensamento [...]”. Com certeza, o Complexo Juruena e as estratégias de lidar com esse contexto foram muito debatidas nesses encontros diários.

Segundo Costa (1985), Marechal Rondon indicava a existência de dois tipos de chefia: os *amure* e os *utiariti*. Ainda, o sistema de chefia associado à hereditariedade que deve ser reafirmada através da ocupação de uma posição que lhe garanta o devido prestígio. Segundo Costa (1985), existem os chefes familiares, os chefes de aldeias e uma espécie de chefe mais ampla. A transmissão é hereditária para o primogênito, mas o status só se estabelece quando este demonstra bom desempenho nas práticas associadas ao bom líder: apaziguar ânimos, falar de maneira agradável, organizar as atividades cotidianas e rituais. No caso dos Enawene Nawe, a fidalguia está presente no clã *Aweresese* e o herdeiro deste deve validar sua posição através da capacidade política e do bom desempenho no desenvolvimento de especialidades, em especial, a de *sotakatali*.

Com a aproximação entre os Enawene Nawe e diversas frentes da sociedade brasileira, o “saber falar” ganha outras dimensões. Com isso, um novo perfil passou a ter destaque dentro do atual contexto. Saber falar português, ser alfabetizado e saber se relacionar com agentes externos tem sido uma das performances mais almejadas, principalmente, pelos jovens. Segundo os Enawene Nawe, o ofício de *sotakatali* é o de maior prestígio, mas também o que impõe maiores restrições a vida de quem deseja exercê-lo. Por outro lado, exercer a função de “relações internacionais” não acarreta regras e proibições. A associação entre antigas e recentes especialidades de prestígio tem sido a estratégia de diversas famílias e clãs para consolidar o seu status dentro do grupo.

No entanto, o relacionamento entre novas e antigas modalidades nem sempre é harmônico. O fortalecimento de determinados jovens¹⁹ frente à sociedade brasileira, em especial no relacionamento com o órgão indigenista oficial; em detrimento dos *sotakatali*, tem culminado em desentendimentos internos. Determinados grupos familiares, à procura de ascensão, buscam a afirmação de seu status social através do

¹⁹ Em geral, incluídos na categoria de idade denominada *enetonasali*, ou seja, casados com mais de um filho

estabelecimento de relações externas estratégicas. Situação semelhante é analisada por Costa (1985) entre os Paresi, de acordo com o relato registrado por ela:

O ezeqwahaseti era um líder de verdade. Muito sabido. Sabia falar, dar orientação. (...) O ezeqwahaseti era um ‘capitão de verdade’. Não igual a esse JG que diz que é capitão dos Paresi, não. (...) Ele diz que é depois da FUNAI, depois que virou atendente, que fez curso. (1985, p.159).

A representação simbólica do líder para os Enawene Nawe está condensada na figura de *Wadali*, antepassado que guiou o grupo na saída da pedra. A noção de chefia, em sua associação com o ancestral mítico, abrange as características citadas acima: fala calma, capacidade de comunicação, de contornar situações conflituosas e manter as boas relações e convivência na aldeia. Em contraposição ao *Wadali*, seu irmão *Wayalioko* é o personagem humanizador da mitologia. *Wayalioko* “dificulta” a vida dos Enawene Nawe ao descumprir regras sociais, mas, em contraposição, por meio de suas peripécias, ensina a necessidade da força para vencer a batalha da vida.

Kiwxi, como era chamado Vicente Cañas - que junto à frente da MIA, realizou a aproximação com os Enawene Nawe, em 1974 - encarnava a representação do líder. Sua generosidade, suplantada pelo oferecimento das ferramentas de metal e pela cura de doenças através de um método totalmente alienígena, era reforçada pela sua dedicação ao aprendizado do mundo enawene nawe. Nos últimos anos de vida, Kiwxi realizava até curas por sucção, atuando como *sotaliti*. Machado (2008) nos apresenta uma interpretação similar ao analisar a relação de Rondon com os Paresi:

Como uma reencarnação de Wazare, Rondon chegou nas aldeias dos Haliti como o chefe dos chefes, um amure, um salvador, um mediador, determinado a protegê-los contra a violência e a exploração dos terríveis imóti, a designação dada aos não-índios. Também o herói, em suas expedições, cruzava as cabeceiras do chapadão, redefinindo o território e renominando o mundo.(2008, p. 20).

Gerou um grande tumulto na aldeia quando os três Enawene Nawe que primeiramente avistaram os jesuítas, contaram para as mulheres que um deles, chamado *Waitowa*, ao ver as reluzentes ferramentas no barco dos forasteiros gritou para estes: “[...] Ei, dá um machado pra mim! [...]”. O temor das mulheres era que a partir desse grito, o

grupo de estrangeiros descobrisse e aniquilasse os Enawene Nawe²⁰, que adoram se gabar do fato de que, muito antes de os missionários terem os avistado, eles já estavam os seguindo e monitorando seus deslocamentos. De acordo com Jakubazko:

(...) segundo eles, o encontro com a Missão Anchieta é resultado de um processo de decisões tomadas por eles na permissão da aproximação, considerando que até aquele momento o movimento de retirar-se e isolar-se era a estratégia recorrente. Desse modo, para a visão dos Enawene Nawe, esse encontro, não é resultado de sucessivos investimentos expedicionários e sim, fruto da decisão e permissão deles para a efetivação dessas novas relações. (2003, p.73)

Na versão enawene nawe do contato, destaca-se o fato do *sotaliti*, *Ataina*, ter previsto a chegada dos forasteiros e ter anunciado, de antemão, que estes se tornariam parte da vida dos Enawene Nawe, posto que passariam a viver juntos. Esse recado lhe foi dado por um *Enoli*, durante uma de suas viagens no surto xamânico e foi um fator relevante para a decisão do grupo de não matar os recém chegados²¹.

A estratégia utilizada pela frente missionária fez com que os Enawene Nawe vivenciassem uma situação totalmente atípica de aproximação com a sociedade brasileira²². Nessa época a missão jesuíta revia o seu modelo de atuação, influenciada pela Declaração de Barbados, de 1971 e, por isso, os Enawene Nawe não foram catequizados. Guiados por ideais de autodeterminação indígena e pela estratégia da encarnação, foram os indigenistas da missão que se deixaram enawenecizar. A cada

²⁰ Como observou Jakubazko (2003), os Enawene Nawe sabiam da existência dos *enoti* (não-índios) muito antes destes poderem imaginar a sua existência. Contam eles que o jovem *Waitowa* foi levado a força pelos *enoti* e depois de muito tempo longe conseguiu retornar e reencontrar seus parentes, para quem ele relatou as experiências e descobertas desses anos vivendo fora. Segundo o mito de origem, os *enoti* teriam saído desta pedra junto com os Enawene Nawe, mas guiados por *Lareokoto*, seguiram em outra direção, levando consigo o machado de ferro, enquanto que o machado de pedra ficou de posse de *Wadali*, ancestral dos Enawene Nawe.

²¹ Mas reconhecem que os machados e facões oferecidos durante a aproximação dos missionários também foi determinante para essa decisão.

²² Escaldados por erros cometidos na frente de contato que se aproximou dos Tapayuna - conhecidos como Beijo-de-Pau -, que culminaram na morte de 60% da população em decorrência de um surto de gripe levado pelo jornalista da FUNAI que acompanhava o grupo, desta vez os jesuítas optaram por uma aproximação paulatina e gradual, focada na imunização dos indígenas. Disso culminou o fato de os Enawene Nawe não terem enfrentado grandes epidemias, nem grandes perdas populacionais tão comuns aos primeiros anos de contato.

retorno dos forasteiros, a carga de donativos e a doação sistemática de ferramentas, aproximava e consolidava a convivência entre indígenas e missionários.

Mas se a relação com os jesuítas era de proximidade, o mesmo não acontecia com outras frentes brasileiras que estavam se aproximando do território enawene nawe. Temendo o saque destas, eles cometem dez assassinatos contra invasores. No primeiro caso as vítimas foram dois topógrafos, conforme aponta Lisbôa:

Alarmados com a invasão, foram ao acampamento mas não havia ninguém no local – apenas um trator de esteira que danificaram. No início de setembro, retornaram ao local, quando mataram dois homens e feriram outros dois que ali faziam trabalhos de medição. (...) a equipe de trabalhadores estava a serviço do fazendeiro Eloy Monteiro de Carvalho, para demarcar terras pretensamente tituladas pelo governo estadual, e deparou com um grupo de quinze índios nas imediações do rio Preto, onde ocorreu o ataque - agredidos a golpes de borduna e facões, morreram o topógrafo João Batista dos Santos e o picadeiro Oswaldo Vargas, e conseguiram fugir os sobreviventes Nerino Rodrigues de Camargo e Manuel de Oliveira Costa e Silva (1985, p. 94).

No segundo episódio envolvendo a tentativa de expropriar o território indígena, em 1986, uma família inteira foi vitimada, de acordo com a reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, de edição de 17 de julho de 1986:

Em julho de 1986, desta feita nas cabeceiras do rio Canoas, um afluente da margem esquerda do rio Iquê, próximo ao eixo da estrada Juina-Vilhena, foram mortos pelos Enawene-Nawe oito pessoas de uma mesma família – Antônio Ferreira, sua esposa e mais seis filhos. A gleba havia sido grilada pelo fiscal da Secretaria da Fazenda de Mato Grosso, Joaquim Campos Dourado, depois loteada e vendida e revendida a dezesseis famílias (...) (O Estado de Mato Grosso, 1986).

Em decorrência dessas mortes, como represália, o missionário Cañas foi assassinado em 1987, num entreposto localizado dentro da área enawene nawe. A partir de então a MIA deixou os trabalhos que foram assumidos pela OPAN que deu continuidade ao atendimento de saúde e ao processo de demarcação, utilizando metodologias próximas às da missão, conforme aponta Basini:

La intervención pionera del misionero jesuita Vicente Cañas y la continuidad de la organización no gubernamental Operação Amazônia Nativa - OPAN, luego de su asesinato en 1987, se destacan por cristalizar un estilo de actuación conocido entre los opanistas por “intervención mínima”. En síntesis, un modelo de encarnación heroica, propia de la que abrazaron algunos simpatizantes de la Teología de la Liberación, y a seguir, un “humanismo de izquierda” pautado por el mimetismo y la defensa de la autonomía cultural (...). (2007, p. 25 e 26).

Mas a Terra Indígena Enawene Nawe foi homologada apenas em 1996, pelo Decreto Presidencial s/n de 02 de outubro. Como grande parte das terras indígenas brasileiras, ela não contempla por completo a área de ocupação tradicional. Desse modo, a micro-bacia do rio Preto, área de importância histórica e cosmológica e também local de concentração de inúmeros recursos naturais indispensáveis às condições de vida dos Enawene Nawe (tais como: castanha-do-brasil, jenipapo, etc), não foi incluída na terra indígena. A reivindicação indígena pela demarcação dessa área, como veremos à frente, é um item de extrema importância na pauta de negociações para a implantação do Complexo Juruena.

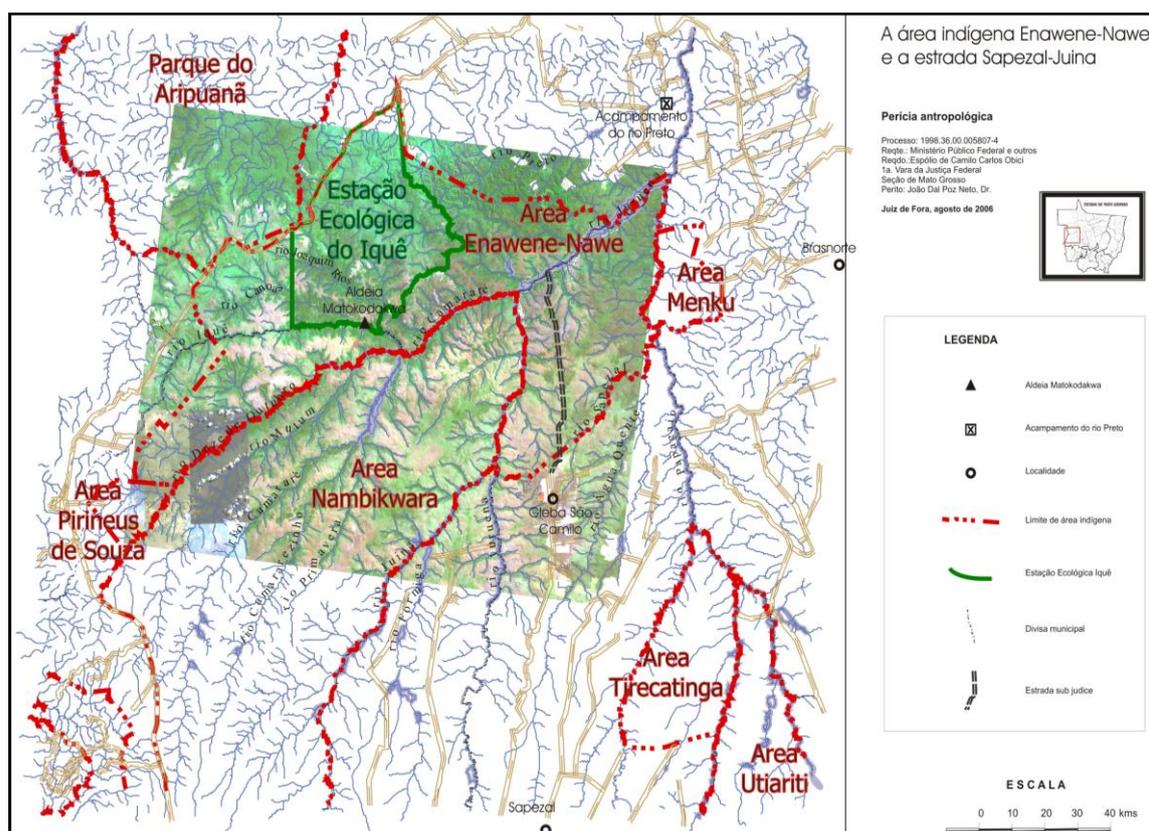
Um ano após a homologação, o sojicultor André Maggi comandou a tentativa frustrada de abrir uma estrada ilegal no interior da terra indígena. Segundo Dal Poz (2006), os seus planos eram dois: baratear os custos de escoamento da produção de soja da Chapada dos Paresi através da redução do trajeto; e implantar na área enawene nawe um sistema de arrendamento de soja similar ao que existe atualmente em áreas paresi.

Mas se na visão indigenista a abertura da estrada se configurava como um processo de aliciamento, não necessariamente era esta a visão enawene nawe sobre a situação: “[...] Enquanto os Enawene Nawe falavam firmemente em trocas, negociações (...); as autoridades, os indigenistas e a imprensa falavam em aliciamento. [...]” (Jakubasko, 2003, P. 101). Empolgados pelos bens ofertados em troca da autorização e apoio para consolidar a estrada, os Enawene Nawe se voltam contra a OPAN, acusando esta de estar com ciúmes de suas relações com os fazendeiros (Jakubasko, 2003).

As negociações para a liberação da estrada causaram inúmeras consequências internas. A desigual participação dos grupos familiares e clânicos nas transações culminaram no surgimento de conflitos, em pequenas fissões sociais e no aproveitamento desigual dos bens ofertados como moeda de pagamento gerando uma crise em um povo cujas práticas rituais e produtivas estão todas direcionadas para o equilíbrio através da

distribuição dos resultados (Dal Poz, 2006). A situação culminou num ciclo de epidemias e na morte de três pessoas vinculadas a chefes clânicos, uma circunstância associada ao abandono do plantio de milho e à fúria dos espíritos *Yakaliti*.

Figura 4 - Trajeto da estrada que ligaria Sapezal à Juina, Fonte: Dal Poz (2006)



A tentativa de abertura desta estrada marca também o contexto de expansão dos referenciais enawene nawe sobre a sociedade do entorno do seu território. Em posse dos motores de popa e dependendo da gasolina para se deslocar, os Enawene Nawe passam a realizar cada vez mais viagens para os centros urbanos da região²³. Com isso, os indigenistas da OPAN deixam de se constituir como um personagem privilegiado nas relações com o grupo indígena, conforme Jakubaszko (2003): “[...] A OPAN deixa também de figurar como referência central no papel de interlocutora quase exclusiva e passa a ser o que realmente é – uma parceira nos interesses e na luta desses povos pela sua autodeterminação. [...]” (Jakubaszko, p. 110 e 111).

²³ Mesmo com a intensificação dos deslocamentos dos Enawene Nawe para os centros urbanos mais próximos de sua terra indígena, as relações que eles estabelecem com a população desse entorno são quase que exclusivamente de fins comerciais.

É possível observar que, num primeiro momento, a estrada foi apresentada aos Enawene Nawe como um fato consumado, posto que quando os motores de popa foram oferecidos, parte dela já havia sido aberta²⁴. Como consequência do episódio, os motores de popa e a gasolina passaram a figurar na vida dos Enawene Nawe como um potencializador das práticas de pesca e coleta de mel, em especial, as expedições prescritas nos cerimoniais, como aponta Basini (2007):

Los barcos no solo agilizan actividades de pesca y de plantío en las rozas de maíz, sino permiten con rapidez la vigilancia y la protección de su territorio. Entre los principales viajes fluviales, se destacan anualmente el Yãokwa, donde casi todos los hombres navegan por diferentes ríos de la región, construyendo represas para la pesca (...). (2008, p. 30).

Essa situação nos indica que, assim como afirma Sahlins (1997b), os objetos estrangeiros podem ser incorporados aos sistemas locais de maneira a reforçá-los, não necessariamente desarticulando-os:

Além das virtudes materiais dos bens estrangeiros, os objetos e experiências do mundo exterior são incorporados nas comunidades natais como poderes culturais. Eles exercem influência positiva sobre as relações locais, desempenhando papéis críticos para a reprodução das sociedades natais (1997, p. 15).

A troca das canoas de madeira por motores de popa e barcos de alumínio exige um esforço exorbitante para obter o combustível (ou recurso para comprar o combustível) necessário para realizar as atividades rituais de pesca e coleta. Como aponta Basini (2003), “[...] Qualquer deslocamento pela via fluvial necessita de gasolina! A gasolina constitui um bem tão indispensável como disputado. [...]” (Basini, p. 10).

Como aponta Basini (2007) “[...] Los enawene tal vez posuen la flota náutica mayor que un pueblo indígena de 430 individuos pueda ostentar. (...) El 90% de los recursos que salen de sus beneficios sociales, así como de la venta de artesanías y ocasionalmente pescado se destina a la compra de combustibles y motores. [...]” (Basini, p.29). Mas as fontes de renda dos Enawene Nawe (em especial os benefícios sociais: aposentadorias rurais e auxílios maternidade) não são suficientes para atender a fatura

²⁴ A estrada foi embargada pelo MPF após ser denunciada.

demandada pelos rituais e diante desse déficit, uma nova atividade foi incorporada por eles nos últimos anos: sentindo a proximidade das expedições cerimoniais eles se preparam para realizar incursões em busca de apoio para a compra do combustível através de parcerias com as prefeituras da região, com a FUNAI e com a OPAN.

Assim como a estrada não era um fim em si mesmo, a implantação das PCHs também se desdobra em outras situações: abertura de estradas, retirada de madeira para ser utilizada nas obras, aumento dos vetores de doenças tropicais, instalação das linhas de transmissão para transportar a energia produzida; que são desdobramentos mais diretos dessas obras. Diante de tantas omissões era de se esperar outras falhas nos estudos. Descaracterizando a região, por esta não estar incluída em nenhuma terra indígena, os estudos antropológicos do Complexo desprezaram as relações dos Enawene Nawe com o local de instalação do empreendimento. Entre outros pontos, a parte alta deste rio retoma o palco de encenação do mito de origem, relatado no documentário de Valadão (1996):

Antigamente os Enawene moravam dentro da pedra. Um dia um raio atingiu a pedra e fez um burquinho. Um passarinho acordou e saiu. Lá fora ele viu as flores, comeu peixe-agulha, comeu lobó, comeu traíra, olhou os rios, as árvores, e voltou para dentro da pedra. Na volta, o passarinho passou bem apertado pelo buraco dentro da pedra ficou pensativo e calado. Vendo o passarinho assim, o chefe Wadare falou: - o que houve titio, você está doente? Não, sobrinho, eu sai por aquele buraco eu vi lá fora, é bonito! eu peguei lobó... eu vi lá fora, é bonito! Wadare, meu sobrinho, eu vi tudo lá fora, é bonito! venham comigo, vamos sair lá fora, é bonito! Wadare chamou o picapau de cabeça vermelha e disse: aumente este buraco para a gente sair! O picapau foi batendo, toc, toc... e abriu um buraco do tamanho dessa porta as pessoas foram saindo da pedra e cada povo tomou um rumo²⁵.

Esta pedra está localizada nas cabeceiras do rio Papagaio (afluente do Juruena), num local que é reivindicado pelos Paresi como área indígena. Após a saída da pedra, guiados pelo ancestral mítico, *Wadali*, os Enawene Nawe passam por um período de deslocamento ao encontro do local que seria considerado como seu território por excelência, que se estende até a foz do *Tonowina* (rio Juina-Mirim).

²⁵ Um dia os filhos de um *Enoli*, que brincavam próximo a essa pedra, se assustaram com o barulho que vinha desta em decorrência do jogo de bola de cabeça que os Enawene Nawe disputavam em seu interior. O *Enoli* enviou um raio que acertou a pedra e fez uma pequena fenda e foi por essa fenda que o pássaro saiu.

Existem também laços de origem cosmológica com o alto rio Juruena. Foi no salto do Juruena que o tabu das flautas às mulheres foi rompido quando *Doliro*, filha do *Yakaliti Kañawali*, sobreviveu à condenação lhe imputada pelo fato de ela ter visto as flautas sagradas do *Yaõkwa*²⁶, após ter se banhado com uma erva - *mekali* - com efeitos purificadores. O caldo desta erva caiu nas águas do Juruena formando a espuma que, até os dias de hoje, corre abaixo do salto. Esse mito está presente em cantos do *Yaõkwa* e em versos de cura dos *howenerekati*: “[...] *Hiyeyalo Yaõkwa, hiyeyalo Yaõkwa* (Você viu o *Yaõkwa*). *Maiha yako nowayowa, maiha yako nowayowa* (Não, eu não o vi) [...]” (Dalokwaliatokwe Kairole).

No ritual *Saloma*, a referência ao salto do Juruena, considerado território e local da aldeia dos peixes, aparece na seguinte canção: “[...] *Hanawina maolo haheririkiwana. Toxiwina maolo haheririkiwana*. [...]” (Dalokwaliatokwe Kairole). Já no *Yaõkwa*, a referência à região de implantação do Complexo Juruena aparece na seguinte canção que fala sobre a aldeia dos peixes, onde eles realizavam seus rituais. Nessa história, os peixes convidam uma mulher muito bonita, chamada *Ayadero*, para dançar no pátio de sua aldeia: “[...] *Kohase nawe awerohanaita* (Os peixes estão dançando). *Halakolo Ayadero ekakwa*. (De braços dados com *Ayadero*). [...]” (Dalokwaliatokwe Kairole).

Segundo Santos & Santos (2008), antigamente, para os Enawene Nawe, os peixes eram dotados de características antropocêntricas que foram perdidas, ao longo do tempo, em decorrência do descumprimento de determinadas regras sociais:

Segundo os Enawene-Nawe, no começo dos tempos os peixes dominavam a língua dos humanos, a arte do canto, da composição, da instrumentação e da dança; tinham a habilidade do benzedor, *hoenaytare*, isto é, de soprar e proferir textos mágicos; obedeciam a certas regras de parentesco e de hierarquia, viviam em aldeias e praticavam rituais, tais como os humanos. A condição social e antropocêntrica primeira dos peixes definia, de antemão, a natureza e o grau de interação entre eles e as demais espécies e criaturas do universo. Tais relações se apoiavam em estatutos de equidade entre sujeitos com semelhantes posições sociais e compromissos jurídicos. Fatos marcantes, porém, envolvendo assassinato e antropofagia, desestabilizaram a condição equiestatutária entre peixes e humanos, fazendo com que os primeiros fossem arremessados para o limbo da sociabilidade, sem que isto tenha acarretado a perda ou a laminação integral de sua condição antropocêntrica. (2008, p. 07).

²⁶ Um traço marcante dos povos indígenas do noroeste de Mato Grosso é o tabu das flautas que não podem ser vistas pelas mulheres. Entre os Enawene Nawe não existe essa proibição.

Dessa maneira, os cantos prenunciam o caráter transitório da existência, posto que este pode ser rompido, a qualquer momento, diante do descumprimento das obrigações sociais, tal como ocorreu com os peixes ao perderem o seu ancestral, de acordo com o mito relatado por Santos & Santos:

Depois de ter devorado alguns indivíduos da comunidade dos gaviões, o peixe dokose, líder e avô de todos os peixes, resolveu também vitimar um garoto enawene. Em resposta, os gaviões e os próprios Enawene decidiram arquitetar sua morte, conseguindo, com a força e astúcia da harpia, arremessá-lo para fora d'água. Mas, com a morte de dokose, os peixes perderam definitivamente sua memória histórica, esqueceram para sempre o que haviam aprendido: a música, a arte da cura, o papel sócio-político. Outra perda considerável foi sua capacidade de comunicação com os humanos e, com ela, o comprometimento das qualidades antropocêntricas. Com isso, os peixes foram relegados a uma condição quase negativa de sociabilidade com os humanos (2008, p.07 e 08).

Observa-se que as relações mitológicas e produtivas entre os Enawene Nawe e o rio Juruena, ultrapassam os limites da área demarcado. Cabe aqui um comentário a respeito da noção que os Enawene Nawe possuem sobre território. Para eles, a paisagem não é mera invenção da natureza e de sucessivas eras geológicas do planeta, como afirma Rodgers (2006): "[...] Trata-se, portanto, de uma ecologia ancorada em fortes referências territoriais e musicais, inextricavelmente imbricada em todos os aspectos da eferescente vida social enawene nawe. [...]" (Rodgers, p.3).

A paisagem, enquanto morada dos espíritos, foi também construídas por estes. A geografia corresponde a uma noção de ocupação imemorial dos *Yakaliti* – retomada através dos cantos e sopros de cura²⁷ - que transitam num intenso vai-e-vem ao longo do território, como aponta Santos & Santos (2008): “[...] Os iakayreti deslocam-se pelas águas dos rios e pelas profundezas da terra. Sua moradia são os acidentes e outros locais da paisagem natural: ilhas, morros, cachoeiras, lagoas, brejos e corredeiras e barrancas de rio. [...]" (Santos & Santos, p. 5). Sendo estes ocupantes incontestáveis da região, são eles também os donos dos recursos naturais e cabe, aos Enawene Nawe, retribuir com fartura a concessão destes para a utilização dos recursos.

²⁷ Situação similar, onde há uma relação imbricada entre canto e territorialidade é analisada por Sylvia Caiuby Novaes, em seu artigo “Paisagem Bororo – de terra a território”.

Por tudo isso, podemos afirmar que, onde um de nós vê um morro, um Enawene Nawe pode ver um majestoso conjunto habitacional da legião de *Yakaliti*; onde um de nós vê uma bela cachoeira – ou bom ponto para se instalar uma hidrelétrica -, um Enawene Nawe vê o pátio da aldeia dos peixes onde eles dançam e celebram seus próprios rituais. Estas relações estabelecidas entre os Enawene Nawe e o alto rio Juruena são desconsideradas pelos estudos antropológicos do Complexo Juruena.

CAPÍTULO II - PEQUENAS USINAS, GRANDES NEGÓCIOS

Se os grandes empreendimentos causam impactos, de modo geral, os pequenos passam despercebidos. NARCI SOUZA

No capítulo anterior buscou-se a compreensão da organização social dos Enawene Nawe, entendida como fator determinante no processo de tomada de decisão do grupo. Nesta parte do trabalho a análise se volta para o Complexo Juruena e o entendimento da construção política e econômica que viabilizou o empreendimento, mesmo diante de um panorama de contestação e de um clima de alta tensão entre algumas dos povos indígenas impactados e os agentes interessados na produção de energia no rio Juruena.

A partir de meados dos anos 90, novas possibilidades foram surgindo para superar o desgaste político gerado pela instalação de grandes hidrelétricas. As PCHs aparecem como alternativa viável tanto do ponto de vista ambiental, quanto social. Elas foram criadas como uma opção para democratizar a geração de energia (tendo em vista o menor volume de investimentos), além de dar maior segurança e estabilidade ao SIN²⁸.

Conforme o próprio nome diz, são hidrelétricas de porte menor, com capacidade de geração de energia entre 01 e 30 MW, e com área alagada de, no máximo, 03 km²²⁹. Vistas como uma possibilidade estratégica numa situação de transição para a economia de baixo carbono, as PCHs acumulam pontos positivos a seu favor: Dispensa de licitação para obtenção da concessão; isenção do pagamento pelo uso de bem público; isenção relativa da compensação financeira paga aos estados e municípios; comercialização imediata; redução de 50% no pagamento pelo uso das redes de distribuição e transmissão; isenção da aplicação de 1% de sua receita líquida em pesquisa e desenvolvimento do Setor Elétrico e menor impacto ambiental (quando vistas isoladamente).

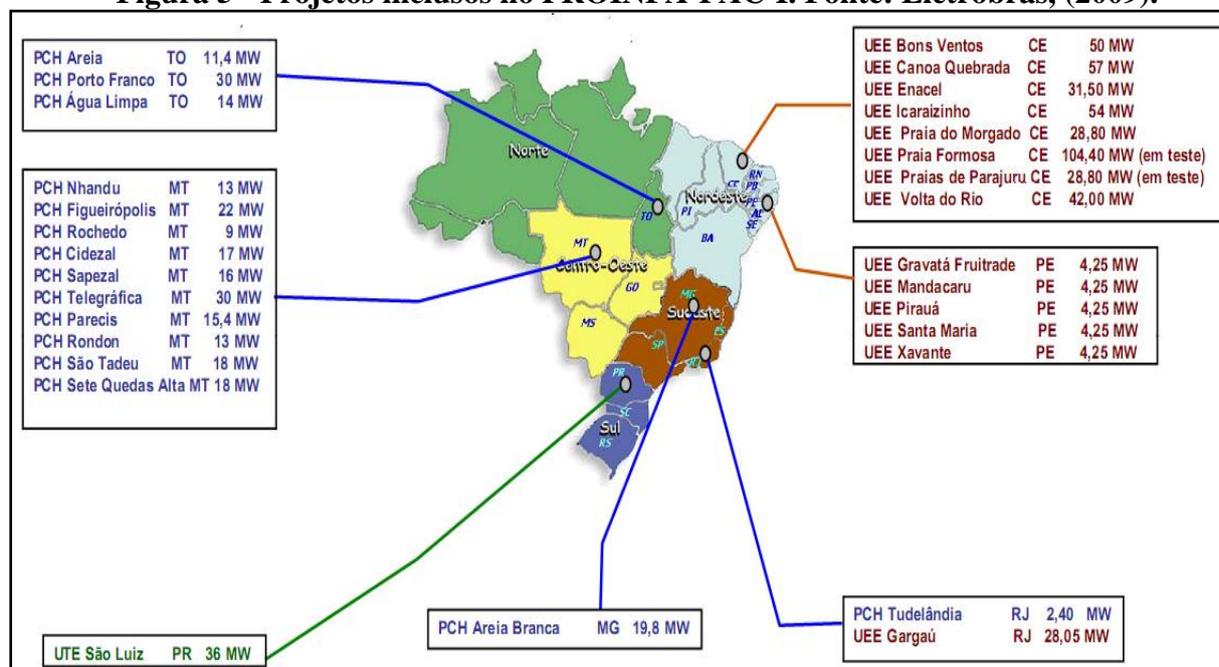
²⁸ Após entrar em operação, as PCHs demandam um pequeno número de funcionários, dependendo apenas do ciclo de chuvas ou reparos que podem influenciar sua produção. O excedente pode ser comercializado diretamente no SIN e os custos de investimento são pagos em quatro anos, sendo que a concessão cedida às empresas produtoras é de trinta anos.

²⁹ Segundo a Resolução no 394, da ANEEL, de 04 de dezembro de 1998.

Mesmo consideradas como investimentos menores, as PCHs são uma ótima oportunidade de negócios. O capital financeiro percebeu rapidamente essas potencialidades e conseguiu captar nas brechas da legislação, oportunidades de investimentos altamente rentáveis. Com isso, as PCHs passaram do patamar de “alternativa de democratização do setor elétrico” para um grande filão mercado que se amplia a cada dia. Segundo a ANEEL, atualmente, somente em Mato Grosso, existem 21 PCHs com potência instalada de 454,4 MW, 16 PCHs em construção e outras 17 PCHs em outorga que juntas aumentarão em 526,5 MW a sua capacidade instalada.

Além das vantagens citadas, as PCHs ainda contam com o benefício do PROINFA, um programa de incentivo à geração de energia limpa, criado em 1995. Com isso, o BNDES, empresta a juros baixíssimos, até 70% dos recursos necessários para a sua implantação. No caso do Complexo Juruena, cinco, de suas nove PCHs foram agraciadas com um financiamento no valor de R\$ 360 milhões³⁰. São elas: PCH Cidezal, PCH Sapezal, PCH Telegráfica, PCH Parecis e PCH Rondon³¹.

Figura 5 - Projetos inclusos no PROINFA-PAC-I. Fonte: Eletrobrás, (2009).



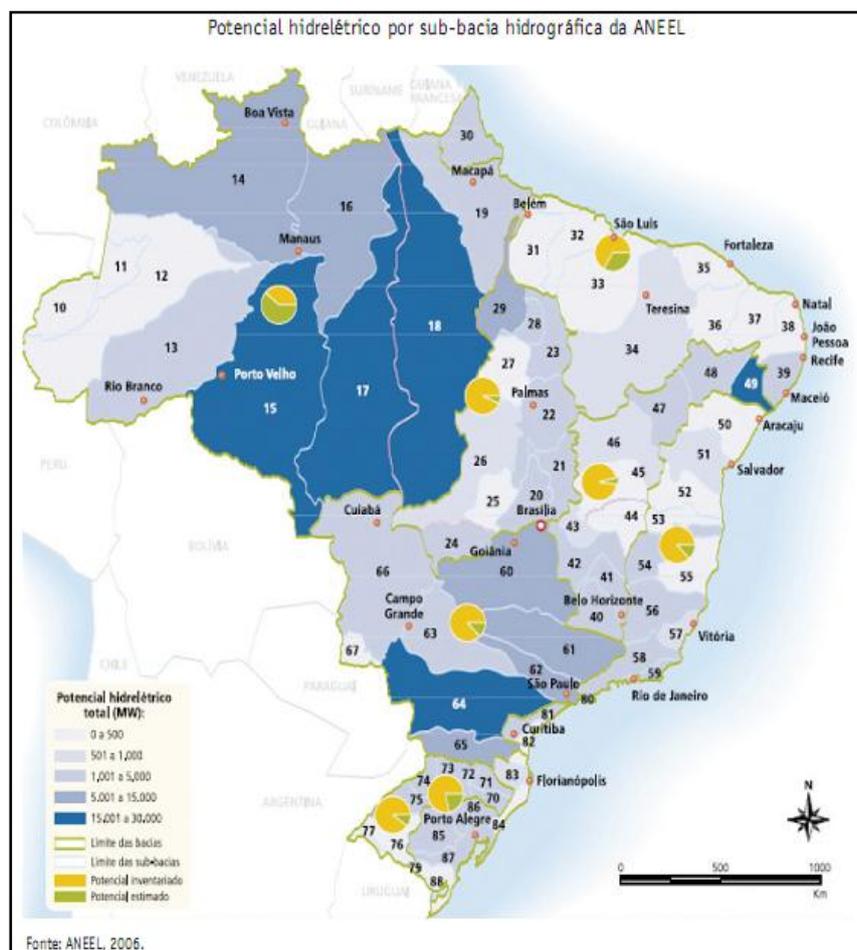
³⁰ É interessante o fato de o Complexo Juruena ter sido contemplado com este apoio, antes do processo de licenciamento ter sido finalizado.

³¹ Por estarem incluídas no PROINFA, essas cinco PCHs acabaram sendo consideradas também como parte do PAC. Além destas, as UHEs Cachoeirão e Juruena também fazem parte deste programa, contando com a participação da Eletrobrás como parceira das obras.

As PCHs do Complexo Juruena funcionarão com uma tecnologia conhecida como “fio d’água”, que trabalha na perspectiva de redução da área alagada, já que não é necessário estocar água para regular a vazão. O volume do reservatório tem pouca oscilação, opera em níveis constantes e tem uma profundidade menor. Com tantos aspectos favoráveis, elas têm apenas um ponto negativo: a ociosidade do sistema em decorrência da diminuição na vazão durante o período de estiagem.

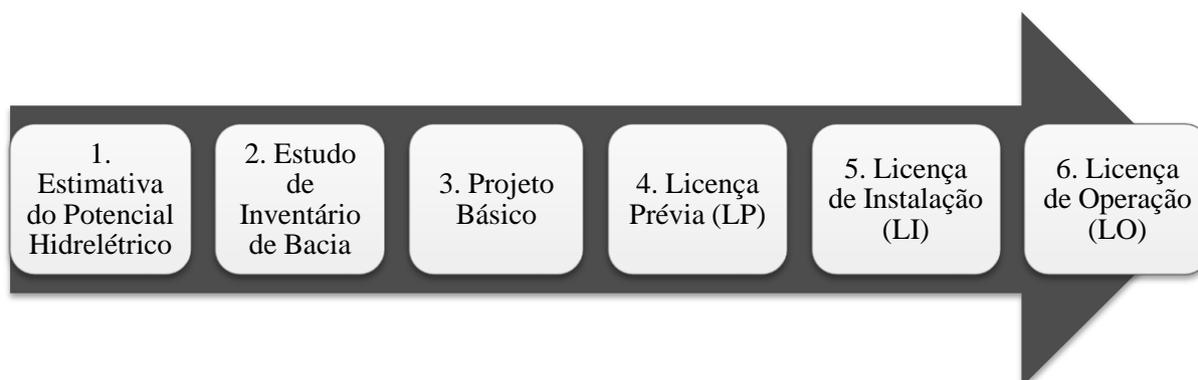
Tendo ocupado praticamente todo o potencial hidrelétrico dos rios da região sul e sudeste, o governo federal investe agora na ampliação dos aproveitamentos nas regiões norte e centro-oeste. O Plano 2015 estimou o potencial hidroelétrico brasileiro em 260 mil MW, dos quais 30% são explorados atualmente. Dos 126 mil MW a explorar, 70% está localizado nas bacias hidrográficas dos rios Amazonas, onde se situa o rio Juruena:

Figura 6 - Potencial hidrelétrico por sub-bacia. Fonte: PDE 2008-2017, (2009).



Em 2001, Blairo Maggi – que na época substituía o Senador Jonas Pinheiro de quem era suplente – enxerga rapidamente as vantagens desses empreendimentos de porte menor. Ele cria a empresa Maggi Energia e inicia, com o aval da ANEEL e em parceria com as empresas Maggi Agropecuária, Linear Participações e Incorporações e MCA – Energia e Barragem³²; a realização de dois estudos de inventário³³, do alto rio Juruena, no trecho à montante da Foz do rio Juina³⁴, com extensão total de 287,05. O estudo de inventário corresponde à segunda etapa do processo que compreende a implantação de uma usina, desde o seu planejamento, até a sua entrada em operação (as PCHs são dispensadas da elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica - etapa intermediária entre o Estudo de Inventário e a elaboração do Projeto Básico), segundo o esquema abaixo:

Quadro 2 - Etapas de implantação das PCHs.



No final de 2002, o Estudo de Inventário da Bacia do Alto Juruena é finalizado e Blairo Maggi se elege governador de Mato Grosso. O estudo resultou na identificação de doze locais, dos quais onze se mostraram economicamente viáveis para a exploração de hidro-energia. A instalação do Complexo Hidrelétrico Juruena visa atender parte da demanda de energia regional e reduzir os custos de produção das empresas da família Maggi. Esses onze empreendimentos fazem parte do chamado Complexo Juruena, composto por duas UHEs e nove PCHs, descritas na tabela abaixo:

³² Juntas estas empresas formam o Consórcio Juruena.

³³ O Estudo de Inventário da bacia do Alto Juruena foi autorizado pela ANEEL em 16 de março de 2001, pelo processo n.º 48500.002970/00-72.

³⁴ O rio Juruena (com extensão de 852 km), integrante da bacia Amazônica, se une ao rio Teles Pires para formar o Tapajós.

Tabela 2 - Empreendimentos do Complexo Juruena, Fonte: AAI (2007).

Nº.	DENOMINAÇÃO	TIPO	POTÊNCIA MW	SUBTOTAL MW
01	Telegráfica	PCH	30,0	
02	Rondon	PCH	13,1	
03	Parecis	PCH	15,4	
04	Sapezal	PCH	16,2	
05	Cidezal	PCH	17,1	91,80
06	Jesuíta	PCH	22,0	
07	Segredo	PCH	21,0	
08	Ilha Comprida	PCH	18,6	
09	Divisa	PCH	9,5	71,10
10	Cachoeirão	UHE	64,0	
11	Juruena	UHE	46,0	110,00
			<u>TOTAL</u>	<u>272,90</u>

Os onze empreendimentos do Complexo Juruena encontram-se distribuídos em 110 km do rio Juruena. O entorno dessa área é ocupado por extensas monoculturas de soja que se intercalam em meio a um conjunto de áreas indígenas localizadas no centro-norte de Mato Grosso. Com exceção da Terra Indígena Uirapuru do povo Paresi, as demais dez terras indígenas consideradas no escopo dos estudos antropológicos realizados pelas consultorias se encontram regularizadas (AAI, 2007).

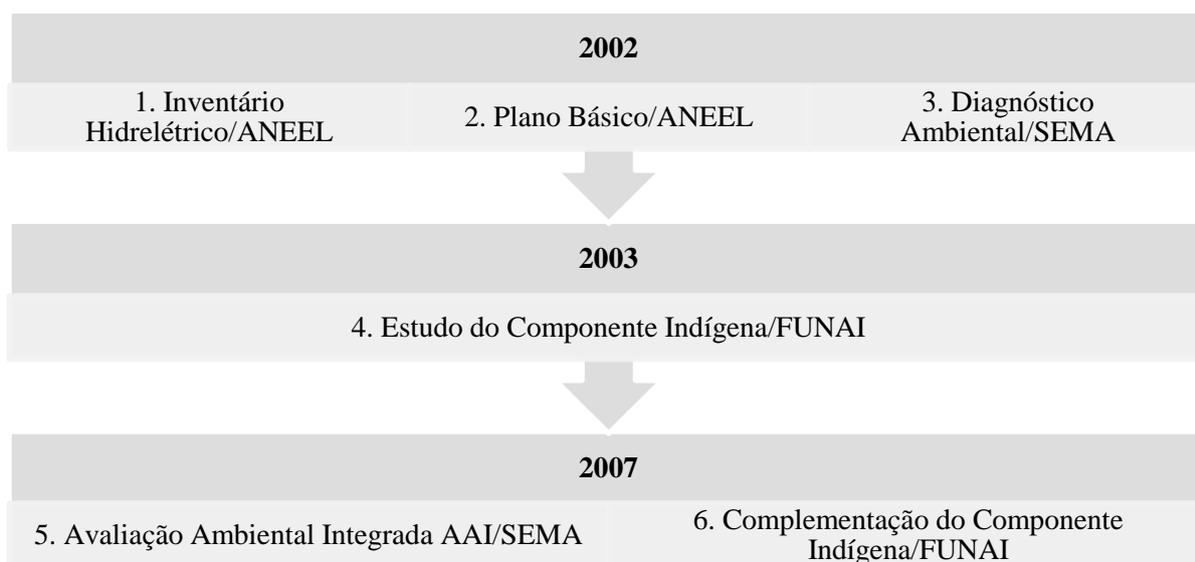
No entanto, o conjunto total de terras indígenas ocupadas pelas cinco etnias soma um total de 17 territórios, alguns deles, localizados fora da bacia do Juruena. Em especial, cabe destacar que os estudos não consideram as áreas em litígio dos povos Myky (Castanhal) e Enawene Nawe (Micro-bacia do rio Preto). A formação do GT para análise das áreas em litígio foi oficializada em agosto de 2007, no entanto esses territórios não são considerados no âmbito do Complexo Juruena, apesar de estarem localizados na bacia deste rio. Segue abaixo a situação jurídica das terras indígenas consideradas no âmbito dos estudos do Complexo:

Em 2006 foi feito um pedido de renovação das licenças de instalação, cuja aprovação foi atrelada a elaboração de uma Avaliação Ambiental Integrada do Alto Juruena visando medir os impactos sinérgicos e cumulativos de todos os empreendimentos do Complexo, segundo recomendação do MPF (NEVES, 2007).

Em 2005, parte das licenças do Complexo Juruena foi colocada à venda pela Global Bank. Nesse contexto, a empresa Juruena Participações³⁵ adquire a responsabilidade por cinco usinas: PCH Cidezal, PCH Sapezal, PCH Telegráfica, PCH Parecis e PCH Rondon. Os demais empreendimentos (PCH Jesuíta, PCH Ilha comprida, PCH Segredo, PCH Divisa, UHE Cachoeirão e UHE Juruena) continuam sob o encargo das empresas Maggi e Linear. Mesmo após o rateamento dos empreendimentos do Complexo, o licenciamento e as negociações das compensações permanecem sendo realizadas de maneira unificada.

Aproveitando de seu capital político e econômico, a família Maggi constrói os caminhos para garantir estes e outros empreendimentos. De maneira didática, Neves (2007) apresenta um panorama das etapas que compuseram, até o presente momento, a implantação de oito das onze obras que juntas formam o Complexo Juruena:

Quadro 3 - Etapas de licenciamento do Complexo Juruena. Fonte: Neves, 2007.



³⁵ O Fundo de Investimento em Participações da Infra Asset Management detém 89,9% desta empresa. Somente as cinco PCHs do grupo Juruena Participações renderão R\$110 milhões por ano em lucros para a empresa. (Venda de energia renderá R\$ 110 milhões por ano, Valor Econômico, 21/11/08).

Observamos o quanto a passagem de Blairo Maggi pelo senado federal e pelo governo de Mato Grosso são imprescindíveis para a consolidação de seus investimentos empresariais. Maggi, já ocupando o posto de governador de Mato Grosso, insere duas UHEs do Complexo Juruena no PAC, obtém apoio do STF para liberar as obras embargadas por uma liminar do MPF em 2008 e consegue também agilizar o licenciamento das obras através da SEMA-MT. Como afirma Neves (2007), “[...] a SEMA-MT representa a esfera estadual que tem interesse na construção das PCHs em benefício de sua federação [...] e, pode-se afirmar também, em benefício do seu atual governador. E boa parte disso aconteceu muito antes dos Enawene Nawe receberem qualquer informação sobre o Complexo Juruena:

No começo nós não sabíamos. Foi depois que o Juscelino trouxe este documento que nós ficamos sabendo. Onze PCHs, ele disse. Quinze no começo e depois onze, ele disse. Mas não sairá logo, ele nos disse. Nós fizemos um documento dizendo que nós não queríamos. A maioria de nós não queria. Nossos velhos e nossas mulheres ficaram com muito medo e muito preocupados. Depois aconteceu mais uma reunião com os Enawene e novamente disseram que eram apenas estudos. Que demoraria a serem feitas. (...) A FUNAI escondeu isso de nós. A FUNAI é que deu autorização sem o nosso consentimento. Se nós tivéssemos autorizado primeiro, então estaria certo. Nós pediríamos para participar dos estudos. (Entrevista, 31 de outubro de 2008).

Foi apenas em 2003, na terceira fase de implantação do Complexo Juruena - a elaboração do Projeto Básico -, que os Enawene Nawe foram oficialmente informados pela FUNAI, sobre o licenciamento dos empreendimentos. Esta deu aval para o início das obras sem o conhecimento (e consentimento) dos indígenas. Na visão dos empreendedores, eles estavam agindo dentro das normas legais, segundo a AAI (2007), ao citar a Lei Federal Nº 5.371/67: “[...] Esse consentimento prévio é dado pela FUNAI que exerce os poderes de representação ou assistência jurídica inerentes ao regime tutelar do índio [...]”. A capacidade de participação dos povos indígenas é restringida pela visão limitadora e tutelar segundo a qual estes não teriam maturidade suficiente para compreender o processo em curso e, por isso, precisariam da ajuda solidária do Estado para a defesa dos seus direitos e interesses num processo de negociação.

A participação secundária dos Enawene Nawe no processo é verificada através da desconsideração destes nas etapas de planejamento. Quando eles foram incluídos no

licenciamento, as empresas envolvidas já haviam desembolsado um grande volume de recursos destinados à realização dos estudos ambientais. Este investimento prévio é um dos elementos utilizados para legitimar as obras, conforme aponta Sigaud:

Uma vez definido que se vai realizar o aproveitamento desta bacia ou daquele rio e tendo já sido firmados os contratos milionários com as empresas e até mesmo adquirido equipamentos pesados e caros, é que se procede então o que se convencionou chamar de “avaliação de impactos sociais”. Trata-se no entanto de avaliar para “minimizar”, “mitigar” ou “neutralizar” impactos” de uma decisão já tomada e em curso, e nunca uma avaliação de “impactos” para ser levada em conta na decisão de construir uma hidrelétrica. (1988, p. 104).

Nesse sentido, o impacto social do empreendimento, apesar de desconsiderado, é sentido por essas populações: incertezas, grande número de viagens e reuniões, falta de informações ou informações fragmentadas, dificuldade para cumprir as obrigações rituais, epidemias trazidas de fora para aldeia, gastos não ressarcidos, entre outras. Nos esforços de legitimar uma obra, as novas tecnologias surgem para minimizar os impactos (não necessariamente os tornando pequenos ou inexistentes), enquanto o pagamento de generosas parcelas em forma de compensações financeiras elimina o percalço indígena. Esse levantamento histórico serve para nos mostrar que muito antes dos Enawene Nawe imaginarem a existência das PCHs, a concepção do que é hoje o Complexo Hidrelétrico do rio Juruena já estava sendo gestada.

CAPÍTULO III - OS ENAWENE NAWE E O COMPLEXO JURUENA

Marcava 12h30 do dia 11 de outubro quando o telefone do ministro Tarso Genro tocou. Do outro lado da linha, o governador Blairo Maggi, de Mato Grosso, narrou uma cena de guerrilha. Cerca de 120 índios da etnia enawenê-nawe invadiram o canteiro de obras da Pequena Central Hidrelétrica Telegráfica, a 430 quilômetros de Cuiabá, e atearam fogo nos alojamentos, escritórios e caminhões. Tarso procurou o presidente da Funai, Márcio Meira, que disse estar a par da situação - mas nada foi feito. As obras para a construção da barragem hoje estão indefinidamente atrasadas. Informada, a ministra Dilma Rousseff reagiu de forma eloqüente. "Não vão me criar mais um bagre justo agora", disse, referindo-se à época em que ambientalistas tentaram embargar a licitação para as hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira. (...) A Secretaria do Meio Ambiente, órgão encarregado do licenciamento, diz que o impacto será pequeno. Indignada, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) enviou cartas para o ministro Tarso Genro e para o presidente da Funai. Não recebeu resposta. "É um ato de vandalismo e violência inusitados", reclama Armando Monteiro Neto, presidente da CNI. "Como se pode construir o desenvolvimento numa situação dessas?" Na terça-feira 11, a CNI enviou mais uma correspondência ao Ministério da Justiça, desta vez pedindo a intervenção da Polícia Federal na região. O pedido foi endossado pela bancada de Mato Grosso no Congresso. "O que eles querem, na marra, é aumentar a demarcação da terra indígena", diz um delegado da PF na região (...). (Índios queimam usina. E a FUNAI aplaude, Isto é Dinheiro, 19/11/2008³⁶).

No capítulo anterior foram descritas as etapas desde o planejamento até o licenciamento do Complexo Hidrelétrico Juruena. Nesta parte do trabalho realiza-se a descrição deste contexto, mas, desta vez, com base nas situações que envolveram a participação indígena, dando foco para as leituras e táticas elaboradas pelos Enawene Nawe ao longo do processo já que, como aponta Sahlins: "[...] o evento é a interpretação do acontecimento, e interpretações variam. [...]" (1997a, p.191). Neste caso, o interesse da pesquisa está voltado para a interpretação indígena acerca desta situação.

Para isso, este capítulo conta, de maneira especial, com a análise dos elementos presentes no discurso indígena através de dados levantados por meio de entrevistas - realizadas no âmbito desta pesquisa -, ou por meio de discursos registrados em depoimentos em jornais; além dos documentos produzidos pelos Enawene Nawe ao

³⁶ Acessado em http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/3372_INDIOS+QUEIMAM+USINA+E+A+FUNAI+APLAUDE, em 20 de outubro de 2009.

longo do licenciamento do Complexo Juruena. Através desse descrição é que virão à tona os argumentos que compravam a hipótese de que as estratégias dos Enawene Nawe no âmbito do licenciamento do Complexo Juruena eram determinadas pelas demandas imediatas de seus ciclos cerimoniais. Dito de outra maneira, tanto a luta pela defesa do território, quanto a negociação dos recursos da compensação (configurada como fonte de renda para obtenção de motores de popa e combustível) estão vinculadas ao processo de harmonização das relações com os *Yakaliti* e *Enoli*, premissa para a garantia da continuidade da existência do grupo.

Os Enawene Nawe dizem que a primeira vez que eles viram uma hidrelétrica foi em 2004, durante uma viagem dos Jogos Indígenas³⁷, na Bahia. Nessa ocasião, o que mais os espantou foi o mau cheiro e o aspecto da água do lago da UHE Machadinho:

Na Bahia nós vimos os problemas causados por PCHs, como rio seco. Também vimos o Tocantins, a água já não corre parece lagoa, a mata também morreu. Quem fez isso? Foi o governo. O rio estava horrível, fedido, peixes morreram, Muito impacto, PCH, soja. (Entrevista, 31/10/2008).

A indigenista da OPAN, Cleacir Sá, aponta que no início os Enawene Nawe tinham muito medo e dúvidas sobre a construção das hidrelétricas no rio Juruena. Ela afirma que eles “[...] imaginavam uma hidrelétrica, uma grande hidrelétrica. Pensavam que ia alagar uma área muito grande do território deles, então uma das preocupações era essa também. O tamanho da área que iria ser alagado [...]” (Entrevista, 27/02/2010).

As mulheres ficaram assustadas. A mitologia local, permeada por inúmeras narrativas de catástrofes e decréscimos populacionais, conta que no passado uma barragem construída por um espírito causou um dilúvio que destruiu quase por completamente todo o povo Enawene Nawe. Enquanto a água ia subindo os corpos iam sendo devorados, um a um, pelos *Yakaliti* e no final, restou apenas um casal sobrevivente conseguiu se salvar ao se abrigar no topo de um morro que subia, conforme subia o nível

³⁷ Os “Jogos dos Povos Indígenas” é uma competição promovida pela FUNAI visando a interação entre as diversas etnias indígenas brasileiras.

da água represada³⁸. Para elas, as hidrelétricas poderiam causar a repetição do dilúvio, algo que causou muito temor. Santos (2003) apresenta uma versão desse mito:

(...) talekolore, que, na condição de líder-avô dos iakayreti, convocou-os todos para construir uma enorme barragem que represasse as águas do rio Juruena. Concluída a barragem, as águas começaram a subir rapidamente, inundando, assim, toda a região a montante. Os Enawene-Nawe morreram afogados, salvando-se apenas um casal virgem (Dalowya e Kamerose), que conseguiu instalar-se no pico mais elevado das morrarias do rio Olowina. (...). Para destruir a barragem que provocou a inundação, o espírito celeste werore fabricou e enviou a formiga kamiralo, dona de insuportável ferroadia, para que picasse as cobras que serviam de amarras à construção. Não suportando seu ataque, as cobras fugiram e a barragem desmoronou-se. As águas baixaram, retomando seu leito normal, e o casal e as espécies animais voltaram à terra firme, reproduzindo-se e repovoando a região. (2003, p. 95 e 96)

Mas até 2003, o Complexo Hidrelétrico Juruena se apresentava aos Enawene Nawe apenas como uma possibilidade remota. Segundo Sá, antes desse ano havia apenas rumores sobre a construção de hidrelétricas no rio Juruena, sem obterem muitas informações a respeito.

Primeiro os Enawene ficaram sabendo que ia ter a história, estavam discutindo essa história da construção da PCH, dessas PCHs, mas não sabiam a localização, nada. E todo mundo era contra naquela época. Ninguém falava em compensação. Mas sabiam que ia acontecer, mas ninguém sabia o que era uma PCH, como que iria ser, onde iria ser. (Entrevista, 27/02/2010).

Os Enawene Nawe dizem que foi apenas durante uma visita na sede da FUNAI em Cuiabá, em 2003, que eles entenderam que não se tratava apenas de boatos, que realmente o processo já estava em curso, segundo informações que receberam de um funcionário do órgão:

Está quase para sair as PCHs no Juruena, o que vocês pensam disso? Perguntou-nos Juscelino. No início ele falou corretamente, nos perguntou: Trará problema para vocês? Desde o início nós sabíamos dos problemas. Ele nos perguntou quais problemas eram esses. Nós dissemos

³⁸ Essa é uma situação exemplar da noção de mito-praxis analisada por Sahlins (1997a), dentro do qual o “esquema cultural” fornece os subsídios para repensar novos eventos, mas também as categorias próprias desse sistema social.

que haveria problemas, que os peixes morreriam e que a água ficaria suja. Essa foi a primeira conversa. Desde o início nós sabíamos dos problemas. Fui eu mesmo que conversei com o ele. Desde o início nós falamos da questão dos peixes para o Juscelino. Fui eu mesmo que falei para ele que aquele é o local onde os peixes nascem. (Entrevista, 31/10/2008).

Com a finalização do Estudo de Inventário da Bacia do Alto Juruena, em 2002, era possível visualizar as possibilidades econômicas de exploração hidroelétrica deste rio. Assim, é dado início à elaboração do Projeto Básico de oito PCHs do Complexo Juruena (Telegráfica, Rondon, Parecis, Cidezal, Sapezal, Ilha Comprida, Segredo e Divisa). Foi nessa fase que os povos indígenas impactados³⁹, objeto de análise dos estudos antropológicos, passam a receber visitas das empresas consultoras e a receber os primeiros esclarecimentos da FUNAI sobre o Complexo.

Em 2003, os Enawene Nawe receberam na aldeia, a visita da equipe da empresa Documento Arqueologia e Antropologia, responsável pela elaboração dos estudos antropológicos e arqueológicos. Apesar de estes estarem voltados para a elaboração do projeto básico dos empreendimentos do Complexo Juruena, nesta ocasião os Enawene Nawe são informados de que se tratavam apenas de pesquisas.

Na época da visita, quem realizou o transporte dos funcionários da FUNAI e da consultoria, foi equipe indigenista da OPAN que atuava em área. O fato de esta aparecer junto aos consultores e funcionários da FUNAI fez com que ela também fosse alvo do clima de hostilidade na recepção dos Enawene Nawe. Segundo Sá: “[...] Os Enawene Nawe foram agressivos, o jeito que receberam a equipe em área. [...]”. (Entrevista, 27/02/2010). Os Enawene Nawe também relembram o episódio:

Logo que eles chegaram quase que nós os atacamos. Nós os agarramos, empurramos e os levamos correndo até a aldeia. Eram os espíritos Yaõkwa que estavam bravos porque eles foram interrompidos. Com isso o antropólogo ficou com medo e não retornou mais aqui. São somente cinco PCHs, eles nos disseram. Somente cinco. É a empresa que quer, não é a FUNAI, nos disse o Juscelino. (Entrevista, 31/10/2008).

³⁹ Até 2006, apenas os Enawene Nawe, os Myky e os Nambiquara eram considerados como povos impactados pelo Complexo Juruena.

Os registros sobre a recepção de forasteiros pelos Enawene Nawe apontam que a distanciamento destes é pontuado pelo seu acolhimento na casa das flautas, ao invés do acolhimento nas casas comunais, como ocorreu com a equipe de consultores. Por outro lado, a visita do grupo se deu durante o ritual *Yaōkwa*, num período cujo anfitrião (o clã *Kawekwalise*), representava a tensa relação dos Enawene Nawe com os *Yakaliti*. O *Yoho*, como é chamado esse período ritual, é o ápice da dramatização no retorno dos pescadores das barragens e simula o confronto de homens e espíritos, bem como o seu apaziguamento através do oferecimento de peixes e bebidas.

Durante essa visita os Enawene Nawe dizem ter enfatizado para o antropólogo que antes de discutir a construção das PCHs eles queriam primeiro garantir a demarcação do *Adowina*. A demanda indígena pela demarcação permeia grande parte do processo de negociação do Complexo Juruena, ficando clara a importância do local para o grupo:

Eles disseram. O que vocês pensam sobre isso? Vocês acham bom? Nós respondemos que não. Antes de tudo nós queremos o Rio Preto. Nós falamos para eles: Nós queremos primeiro o Rio Preto. Nós não queremos que esta história venha antes do Rio Preto. Há muito tempo queremos o Rio Preto e por isso nós dissemos que queríamos primeiro o Rio Preto. Ele nos disse que iria colocar no relatório esta informação e que o Rio Preto seria demarcado antes da construção das PCHs. (Entrevista, 31/10/2008).

No final de 2003 os estudos são finalizados. A conclusão do Laudo Antropológico e Arqueológico (2003), elaborado pela empresa Documento, é incisiva quanto as implicações das obras para os Enawene Nawe:

Entre os grupos diretamente impactados, os Enawenê-nawê se configuram como o grupo mais vulnerável. O pouco tempo de contato contínuo com a sociedade nacional e a relação de entrelaçamento entre sua socioeconomia e sua estrutura social, baseados nos recursos da terra, tornam esta sociedade extremamente vulnerável a possíveis impactos ambientais. (...) que afete também muitos de seus tributários – criatórios de pequenos peixes que se dirigem ao leito principal do Juruena, formando sua ictiofauna. Como já salientado anteriormente, o equilíbrio econômico e social deste grupo está intimamente relacionado com as condições advindas das variações do ciclo ecológico e da oferta de pescado apresentada pelo rio Juruena e seus afluentes. Posto isto, a vulnerabilidade dos Enawenê-nawê a partir da implementação do projeto é extrema, idéia esta compartilhada com a própria população (2003, p.52).

O laudo não omite o fato de que os Enawene Nawe estavam certos em temer as consequências que o Complexo Juruena traria para a sua vida alimentar e cerimonial. A partir do momento em que eles têm acesso aos resultados dos estudos é ampliado o clima de incerteza. O temor dos Enawene Nawe é expressado em algumas falas: “[...] Nós fizemos um documento dizendo que nós não queríamos. A maioria de nós não queria. Nossos velhos e nossas mulheres ficaram com muito medo e muito preocupados [...]”. Algumas mulheres argumentavam sua preocupação em relação ao futuro alimentar dos filhos: “[...] O que os meus filhos vão comer? Eu não quero que os meus filhos comam porcos, nem boi. Essa não é a nossa comida. O peixe é a nossa comida [...]”.

Durante o processo de licenciamento, FUNAI e SEMA-MT não se entendem quanto à abrangência dos impactos e da área considerada como sob influência destes. Por causa disso, apesar de as oito PCHs possuírem Licença Prévia de Instalação, o processo permanece emperrado entre os anos de 2004 e 2005. A suposta pausa no processo é pontuada também pelos Enawene Nawe: “[...] Nós falamos que não queríamos e o processo ficou parado durante um ano. A FUNAI embargou. No início o administrador da FUNAI era bom, o Ariovaldo. Ele embargou por um ano. Mas foi só um ano [...]”. Como vemos, nesse momento os Enawene Nawe ainda acreditavam ter algum poder de influência sobre o processo, posto que na sua leitura, a paralisação deste estava atrelada ao descontentamento do grupo em relação ao empreendimento.

Na visão dos Enawene Nawe, as informações chegavam de maneira imprecisa e fragmentada. A FUNAI assume uma postura controversa durante o licenciamento do Complexo Juruena, pois, apesar de defender dos interesses indígenas, ela não investe forças na realização de um processo amplo de consulta e mantém estes povos à margem do licenciamento, sem esclarecer a dimensão real dos impactos ambientais e antrópicos gerados pelas obras e sem realizar uma discussão aprofundada sobre o plano de compensação⁴⁰. Encarando a situação como um fato consumado e irreversível, a única possibilidade visualizada era a busca por brechas que possibilitassem minimizar os efeitos negativos e garantir recursos indenizatórios mais robustos.

⁴⁰ Já a SEMA-MT, junto aos empreendedores, aparece como um bloco contínuo, favorável às obras.

Ameaçados pela possibilidade das licenças serem canceladas, os empreendedores iniciam uma força-tarefa para agilizar o licenciamento. Nesse momento, sem que os Enawene Nawe sejam informados, a FUNAI firma um Termo de Compromisso com os empreendedores dando anuência para o início das obras diante da garantia da realização de complementações dos estudos e da elaboração de medidas de mitigação e compensação dos impactos, como aponta Neves (2007): “[...] Em janeiro de 2006 é encaminhado a SEMA/MT o Ofício n.º 02/CMAM/CGPIMA/2006, ratificando a anuência concedida pela FUNAI sob o Ofício n.º 504/CMAM/CGPIMA/2005 para o início das obras de cinco PCHs [...]” (Neves, p. 76).

Em 2006, a empresa “MAPPA Engenharia e Consultoria” assume as negociações junto aos povos indígenas com foco na resolução dos conflitos entre os órgãos licenciadores e com a missão de elaborar os “Estudos de Complementação dos Impactos Sociais, Ambientais, Econômicos e Culturais”; ampliando a análise para outras etnias (Rikbaktsa e Paresi), já que até então apenas os grupos Enawene Nawe, Myky e Nambiquara faziam parte dos estudos antropológicos e um plano de compensação⁴¹. Em julho deste ano, funcionários da MAPPA visitaram a aldeia, de acordo com os Enawene Nawe:

Ele conversou conosco dizendo que ele fazia pesquisa. Falou que faria uma pesquisa para os estudos. Ele disse que queria andar no rio, que queria ver as nossas barragens. Nós dissemos que não. Perguntamos o porquê ele queria ver tanta coisa. A reunião só durou um dia porque os Enawene Nawe iam para cidade receber o auxílio maternidade. Nós não queríamos conversar com ele. Nós não queríamos saber de PCHs. (Entrevista, 31/10/2008).

O encontro foi rápido. Os Enawene Nawe afirmaram sua contrariedade considerando que esta declaração seria suficiente para paralisar o processo. Mas ainda em 2006, no mês de dezembro, foi realizada uma reunião na Aldeia Sacre II, da etnia Paresi⁴², para apresentação dos “Estudos de Avaliação dos Impactos Ambientais e Antrópicos das cinco PCHs Telegráfica, Sapezal, Rondon, Paresis e Cidezal”. Nessa

⁴¹ A elaboração da primeira proposta de compensação financeira contou também com o apoio e a participação de funcionários da FUNAI de Cuiabá/MT.

⁴² Desde de a sua inclusão no licenciamento, os Paresi se manifestam como favoráveis ao empreendimento.

ocasião os indígenas foram levados para conhecer a PCH Salto Belo, construída no rio Sacre. O encontro contou com a participação das Administrações da FUNAI de Cuiabá/MT e Tangará da Serra/MT, dos Administradores dos NAL-FUNAI de Juina/MT e Vilhena/RO, além de técnicos do CGPIMA da FUNAI de Brasília.

Quando nós estávamos na reunião do Sacre II nos foi dito: _Olhem as PCHs. Não tem problema nenhum. É assim que queremos fazer. Respondemos que nós sabíamos que terá problemas com os peixes. Vocês fecharão o rio e os peixes terão dificuldade para passar com as PCHs. Nós também dissemos que queríamos a demarcação do Rio Preto. Queremos o Rio Preto, nós dissemos. _Como resolveremos a questão do Rio Preto? Meu sogro também disse isso. Ele nos respondeu que nós tínhamos que seguir dois caminhos separados. Nós respondemos que não. Que queríamos resolver as duas questões juntas. (...) Alguém da PCH, eu não sei o nome dele, ficou muito bravo. Talvez seja Frederico, eu não sei. Essa pessoa ficou imediatamente muito brava. Por que você fala sobre isso? Nós não queremos falar sobre o Rio Preto, ele nos disse. (...) Eles não falaram sobre impacto. Fomos nós que falamos sobre os impactos. Veja bem o que tem ali, nós dissemos para eles. Ali é um local rico em mel, em peixes, nós pescamos muito ali. Também há uma linda cachoeira. (Entrevista, 31/10/2008).

Segundo os Enawene Nawe, os empreendedores mantinham uma linha de argumentação afirmando que os impactos seriam pequenos. Nestes encontros nunca eram abordadas questões como a dimensão dos impactos antrópicos, a implantação das linhas de transmissão para o escoamento da produção da energia produzida e o real impacto em relação à fauna ictiológica. Para eles, os impactos eram apresentados de maneira muito vaga e pouco mensurável.

Os empreendedores argumentavam ainda que os empreendimentos seriam construídos fora das terras indígenas e, desse modo, não haveria necessidade de deslocamentos populacionais em decorrência da formação dos reservatórios. A subestimação dos impactos, segundo autores como Sigaud (1988), é uma estratégia de anulação do impactado, entendidos como entraves ao empreendimento. Os desdobramentos da implantação de uma obra de infra-estrutura para as populações locais começam desde a primeira vez que estas ouvem falar sobre a possibilidade de concretização dos projetos, mesmo que estes estejam ainda numa fase preliminar e que estes planos não passem de mera especulação. No caso dos Enawene Nawe os maiores impactos atingirão a ictiofauna e a qualidade das águas, e não a perda de áreas em

decorrência da formação do lago. Esse fato desdobra numa argumentação que os coloca como “indiretamente” impactados. Por serem impactados de segunda ordem, também deve ser de segunda ordem a atenção dada à resolução dos impactos que recairão sobre eles, como afirma Pinheiro:

Nesse sentido, o significado que se dá ao termo atingido tem variado ao longo do tempo e em decorrência das conquistas alcançadas. O atingido para a indústria elétrica brasileira era apenas o proprietário das áreas inundadas. Dessa forma, não existia o direito dos atingidos, mas sim o direito de desapropriação por interesse público fixado em leis e mantido na criação da ANEEL. (...) Após um relativo avanço, passou a fazer parte do debate a distinção entre o atingido e o inundado. O atingido agora é percebido como inundado, deslocado compulsório ou reassentado involuntário. Mas, apesar da progressão, esta concepção omite os efeitos dos empreendimentos para as populações que não são atingidas pela inundação. (2007, p. 50).

A partir das negociações com a empresa MAPPA os Enawene Nawe passam a receber informações sobre a compensação financeira.

Nesses dois dias de reunião nós ouvimos sobre compensação. Nós ouvimos sobre compensação, mas no começo nós não nos interessamos por isso, pois achamos o valor muito baixo. Eles nos oferecem dois milhões no início. Há pouco tempo o valor foi aumentado para seis milhões. (Entrevista, 31/10/2008).

Aos poucos esta passa a figurar como um elemento importante dentro da argumentação do grupo ao questionar os impactos da obra.

Nós não queríamos. Eles é que ficaram falando muito sobre PCHs. Repetindo a proposta da compensação. Compensação, compensação... Aí nós começamos a pensar e experimentar. Em 2007 nós pensamos, vamos deixar que eles façam as PCHs. Talvez não seja ruim. Por isso passamos a discutir a compensação com o Fabrício. (Entrevista, 31/10/2008).

Foi nesse período que eles dizem ter começado a relevar a possibilidade de aceitar a compensação. Essa aparente contradição foi rapidamente visualizada pelos empreendedores como uma forma de neutralizar os questionamentos que partiam dos indígenas.

Para facilitar a intermediação das negociações com os Enawene Nawe, a empresa Juruena Participações decide contratar um indigenista com fluência na língua enawene nawe⁴³. A empresa buscava estabelecer um canal direto com os indígenas, que interpolasse a FUNAI. Na visão de Baines (2001) isso faz parte de uma estratégia que visa facilitar os acordos entre a empresa e os povos indígenas, situação que esconde um risco ao vetar a participação de outros agentes:

A estratégia é de criar mecanismo que permitem que as empresas entrem em acordos diretos, embora desmedidamente desiguais, com as lideranças indígenas, para fornecer indenizações e programas assistencialistas em troca da exploração predatória dos recursos naturais dos povos indígenas. Assim se pretende criar caminhos para a exploração dos recursos minerais e hídricos em terras indígenas “dentro da Lei”, respaldada numa retórica de autodeterminação indígena e que concilia também exigências ambientalistas para desenvolvimento “sustentável” (2001, p. 13).

Antes de aceitar a proposta, o indigenista consultou os Enawene Nawe. Estes viram uma oportunidade de se fortalecer no processo de negociação através da atuação do deste e decidiram apoiar sua contratação:

Quando o Fabrício nos procurou para nos consultar sobre a possibilidade dele ir trabalhar com o empreendedor nós dissemos que tudo bem. Nós conversamos com ele, nós o conhecemos. Nós pensávamos: o F. conhece nossa cultura, conhece nosso ritual Yaõkwa, conhece nossas roças. Por isso dissemos que ele podia trabalhar com o empreendedor. (Entrevista, 31/10/2008).

Após a reunião na aldeia Sacre II, os Enawene Nawe tentam reafirmar a sua contrariedade ao empreendimento, verbalizada durante a reunião, buscando o apoio do MPF. Até esse momento, os Enawene Nawe parecem não ter certeza de que o dinheiro da compensação daria conta de garantir os itens básicos do seu sistema de reciprocidade

⁴³ Fabrício, citado acima no depoimento de um Enawene Nawe, é um engenheiro florestal com um histórico de atuação junto a este grupo. Ele conheceu a região através da OPAN, por meio da qual teve sua primeira experiência junto ao esse povo. Trabalhando com os Enawene Nawe, ele decidiu se fixar na região, mais exatamente em Brasnorte/MT, onde parte de sua família veio residir, tempos depois. Após a atuação na OPAN, ele passou a trabalhar como Chefe do PIN Enawene Nawe da FUNAI. Fabrício atuou também para a empresa MAPPÁ Engenharia no trabalho de Complementação do Componente Indígena.

com os espíritos, com destaque central para o peixe, conforme trecho do documento abaixo, produzido no dia 14 de dezembro:

(...) Nós conversamos com o pessoal das PCH. Eles nos disseram que a PCH é boa, que não será ruim para nós. Que os peixes não morrerão, que a água não ficará suja, que as árvores não serão derrubadas. Mas nós lhes dissemos: Onde está a OPAN, o IBAMA, a SEMA, o CIMI, o MPF. Nós estamos procurando essas entidades. O que os Enawene Nawe pensam? Não queremos que as PCHs sejam construídas. Os Nambiquaras e os Paresi querem a compensação, mas nós não queremos. Prezamos a água e os peixes. (Entrevista, 31/10/2008).

O posicionamento das demais etnias em relação ao Complexo Juruena merece um esclarecimento. Tanto os Nambiquara, quanto os Paresi, se posicionaram favoráveis ao empreendimento desde as primeiras conversas, argumentando que no contexto atual não é mais possível sobreviver dependendo apenas dos recursos naturais das terras indígenas. Já os Rikbaktsa e os Myky, que no início eram contrários às obras, passaram a negociar a compensação a partir de um acordo estabelecido com a EPE para a realização do Estudo de Inventário da bacia do Juruena, como veremos adiante.

Dias após o encontro na aldeia Sacre II, representantes da FUNAI voltaram a se encontrar com os empreendedores do Complexo Juruena. Diante do presságio do cancelamento das Licenças de Instalação, empreendedores e FUNAI decidem marcar para o mês seguinte uma reunião para anuência dos indígenas em relação aos estudos apresentados e ao programa compensatório, ambos elaborados pela empresa MAPPA.

Conforme o planejado, a reunião acontece em janeiro, em Juína/MT. O documento final da reunião apresenta um suposto consenso acerca de três pontos: renovação das licenças, aprovação dos estudos e programas de compensação e autorização para realização dos estudos das PCHs Segredo, Ilha Comprida e Divisa. A fala dos Enawene Nawe pontua como foi a sua participação durante este encontro:

Em Juína novamente nós falamos sobre o Rio Preto. Talvez a PCH saia antes do Rio Preto e não achamos isso certo. Deveria ser junto. (...) Depois, numa outra reunião, nós já estávamos pensando muito nesta questão das PCHs. Isto não estava certo. O Adegildo nos disse: Se não for assim o Rio Preto não vai sair. Nós perguntamos: O que é isso. Por que é assim? Primeiro o Rio Preto, nós dissemos. Nossa cabeça chegava

a doer por causa dessa questão. Primeiro o Rio Preto nós dizíamos. (Entrevista, 31/10/2008).

Mais uma vez a demarcação do *Adowina* aparece como uma moeda de troca no discurso dos Enawene Nawe. Diante da importância que é a regularização desta parte do território para o grupo, o Complexo Juruena aparecia como um problema menor.

Eles queriam as nossas assinaturas na ocasião. Assinem que as assinaturas são das reuniões, eles nos disseram. Nós não queríamos assinar. A FUNAI nos disse: Não, não é isso. Podem assinar. Essa assinatura não é nada disso. Não é de PCH. Podem assinar. Depois nós acabamos assinando. Eles nos disseram que era somente da reunião. (Entrevista, 31/10/2008).

Algum tempo depois os Enawene Nawe vieram descobrir que a sua assinatura na ata desta reunião havia ratificado a suposta concordância do grupo em relação aos estudos e programas compensatórios apresentados “[...] Eles nos disseram que era apenas a ata da reunião [...]”. (Representante do clã *Kairole*, Sunday Times Magazine, 15/02/2009). Mas mesmo descontentes com o resultado do encontro, eles reconhecem que a gasolina oferecida para o deslocamento até a reunião colaborou para a expedição de pesca do *Yaõkwa* naquele ano.

Um mês depois, uma equipe da MAPPA, junto a representantes da NAL-FUNAI de Juina visita a aldeia para tratar dos desdobramentos da reunião anterior. Nesse encontro os Enawene Nawe reafirmam suas preocupações em relação aos impactos das obras e elaboram o seguinte documento, traduzido por Fabrício:

NÓS ESTAMOS AQUI – SOMOS OS ENAWENE Nawe. NÓS JÁ PENSAMOS. QUEREMOS MUITO QUE A COMPENSAÇÃO SEJA PERMANENTE. NÃO ESTAMOS BRINCANDO. NÃO QUEREMOS TANQUE DE PEIXE, É DIFÍCIL PARA NÓS. CASO VOCÊS CONSTRUAM A BARRAGEM, ELA NÃO ACABA. (...) SE NÃO FOR DESSA FORMA NÃO QUEREMOS QUE CONSTRUA AS BARRAGENS. NÃO QUEREMOS QUE OS PEIXES MORRAM, NÃO QUEREMOS QUE A VEGETAÇÃO ACABE. ENTENDERAM? NÃO CONSTRUAM SOZINHOS, QUEREMOS ESTAR PRESENTES, NÃO QUEREMOS SER ENGANADOS.

A partir de então o pedido de uma compensação permanente passa a fazer parte do discurso enawene nawe. Conscientes de que seu sistema lhes garante a conservação do território suficiente para a garantia do atendimento de suas necessidades, eles passam a ver a possibilidade de acessar os recursos como uma maneira de potencializar o seu próprio mundo. A compensação permanente, vista da ótica indígena, é a possibilidade mais concreta de obter de autonomia ritual, diante de um sistema cerimonial tão dependente de gasolina⁴⁴.

Em maio, indignados com a demora da FUNAI em encaminhar a demarcação do *Adowina*, os Enawene Nawe buscam o apoio de outras etnias da região noroeste de Mato Grosso⁴⁵ para realizar um protesto e bloqueiam uma ponte da MT 170. Com a ação voltada para o litígio fundiário, as exigências relacionadas ao Complexo Juruena ganharam caráter secundário⁴⁶.

Com a constituição do GT da FUNAI para a realização dos estudos da área reivindicada pelos Enawene Nawe ganhou o foco das atenções do grupo durante alguns meses. Nesse período, pouco se falou sobre as PCHs quando, em setembro de 2007 um grande agito toma conta da aldeia. Durante uma pescaria no rio Juruena, um grupo de Enawene Nawe avista o canteiro de obras da PCH Telegráfica e se revoltam com o fato de as obras terem sido iniciadas sem o seu consentimento. Diante do fato, decidem escrever imediatamente para o MPF, SEMA-MT, OPAN e para o IBAMA solicitando esclarecimentos. O documento, de 10 de outubro, diz o seguinte:

Não concordamos com o início da construção das PCHs. Ainda não terminamos de discutir o assunto. Não tivemos resposta do documento que enviamos e as construções já se iniciaram. Será um grande problema

⁴⁴ Basini (2008) escreve que em determinada ocasião na aldeia um não-índio comentou que em cinquenta anos não haveria mais gasolina. Imediatamente os Enawene Nawe passaram a questionar quantos *Yaõkwa* eram 50 anos.

⁴⁵ Para esta ação os Enawene Nawe contaram com o apoio dos Cinta-Larga, Rikbaktsa, Kayabi, Irantxe, Myky e Arara.

⁴⁶ A possibilidade de aceitar os recursos da compensação financeira não minimizou os questionamentos acerca de possíveis mudanças na ictiofauna e na qualidade da água. Mas a reivindicação da demarcação do *Adowina* de maneira associada ao licenciamento das PCHs foi uma estratégia abandonada pelos Enawene Nawe ao longo das negociações. Percebesse que a formação do GT da FUNAI para estudos da área implicou no desaparecimento paulatino desse ponto nos documentos produzidos por eles, não porque tenham desistido de reivindicar a área, mas porque eles aceitam a argumentação dos empreendedores de que os dois processos deveriam ocorrer de maneira desvinculada.

para nós se o peixe acabar. Nós já procuramos o Blairo Maggi em Cuiabá e ele nos disse que viria até a aldeia conversar conosco, mas ele não veio. Por isso queremos que parem a construção das PCHs imediatamente. Não concordamos com o início das obras. Não fomos avisados antes e, por isso, queremos que elas sejam paralisadas. Queremos que antes do início da construção seja realizada uma grande reunião.

Dias depois da descoberta, um incêndio acidental consome toda a aldeia *Halataikiwa* e por algum tempo a atenção dos Enawene Nawe se volta exclusivamente para a reconstrução das casas e viabilização do ritual *Saloma*, desfalcado pela perda do milho queimado no incêndio. Mesmo diante do posicionamento e dos questionamentos indígenas afirmados por meio deste documento, o CGPIMA - FUNAI envia, no dia 24 de outubro, o Ofício nº 231 CGPIMA/DAS/07 ao Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso, dando anuência ao licenciamento de oito obras do Complexo Juruena desde que fosse dado início aos programas compensatórios.

A cada encontro vai ficando mais claro para os Enawene Nawe as restrições de sua participação opinativa no licenciamento do Complexo Juruena. Diante desta perspectiva, com a nova aldeia reconstruída e sem ter recebido respostas dos órgãos procurados em setembro, em dezembro os Enawene Nawe decidem ocupar os canteiros de obras das PCHs alegando que não haviam sido avisados sobre o início das construções e nem firmado uma negociação acerca de possíveis ações mitigatórias ou compensatórias pelos impactos do empreendimento, segundo documento elaborado por eles:

(...) Estamos fechando a PCH porque as obras foram iniciadas sem o nosso conhecimento. Tempos atrás, quando os empreendedores foram na aldeia, nós dissemos para não construírem a PCH, que queríamos que esperassem. Como não fomos avisados do início das construções, estamos fechando o canteiro de obras. Nós enviamos documentos para o Procurador da República, para o IBAMA, para SEMA e para OPAN, dizendo que somos contrários à construção das PCHs, mas ninguém nos respondeu. Nós já fomos para Cuiabá falar com o procurador sobre a realização de estudos independentes. Ele nos respondeu que nos ajudaria na realização destes estudos. Outro motivo do protesto é o fato de a FUNAI ter recebido o recurso da compensação financeira sem o nosso conhecimento. O recurso é do povo Enawene Nawe, não é da FUNAI. Não concordamos que a FUNAI receba esses recursos. Por que os chefes não nos ouvem? Talvez pensem que somos tolos? Se os chefes não resolverem esses problemas, nós não iremos embora.

Contam os Enawene Nawe que realizaram o Saloma para pedir a proteção dos *Enoli* antes de saírem para a ação nos canteiros de obras. Participaram dessa ação todos os homens adultos, as mulheres permaneceram na aldeia. Dizem que no dia 04 de dezembro, por volta das 14 horas, chegaram na beira do rio e pegaram o seu caminhão que foi abastecido em Brasnorte de onde seguiram em direção da aldeia Paredão, da etnia Irantxe, em busca de apoio para realizar a manifestação. No dia 05 eles bloquearam uma estrada de acesso as PCHs, em Sapezal-MT, ocuparam um dos canteiros de obras e mantiveram presos 350 funcionários.

Em decorrência dessa ação, foi realizada no dia 11, uma reunião com a presença de representantes dos empreendedores, da FUNAI, SEMA-MT, MPF, Casa Civil-MT, da OPAN e dos cinco povos indígenas afetados pelo empreendimento. Nesse encontro ficou definido que seriam realizados estudos independentes, mas esses estudos nunca chegaram a se tornar realidade. Para selar o acordo, os empreendedores ofereceram nove mil litros de gasolina aos Enawene Nawe que decidiram, imediatamente, retornar para aldeia e dar início ao *Yaõkwa* com um problema a menos para se preocupar, já que as atividades cerimoniais estavam garantidas com o combustível adquirido nessa manifestação. Esse acontecimento é importantíssimo para a compreensão de como a relação com os empreendedores vai, aos poucos, se tornando a solução para a crise energética do sistema cerimonial enawene nawe.

Após esse episódio, Frederico Muller, coordenador ambiental da Juruena Participações (e ex-Secretário de Meio Ambiente de Mato Grosso), procurou a OPAN, propondo que a ONG assumisse a intermediação dos empreendedores com os Enawene Nawe. Para Baines (2001), a incorporação de ONGs indigenistas ou ambientalistas no processo de intermediação das empresas com os povos indígenas é uma estratégia construída para desonerar governo diante de suas obrigações perante estas populações:

A privatização do indigenismo cresce com a atuação cada vez maior das ONGs indigenistas e ambientalistas, frequentemente em parcerias com grandes empresas, agências multilaterais de empréstimo, e governos nacionais, fortalecendo as desigualdades internacionais e a oposição entre os países doadores e países receptores de programas indigenistas-ambientalistas, e desta maneira isentando os estados nacionais da sua responsabilidade para com os povos nativos (2001, p. 11).

A OPAN não aceitou a proposta, reafirmando a postura de permanecer à parte do processo de licenciamento, sem se declarar oficialmente sobre a implantação do Complexo Juruena. Mas mesmo sem um posicionamento definido, a ONG era, efetivamente, um dos agentes com maior proximidade dos Enawene Nawe, tendo em vista que ela mantém equipes permanentes na aldeia⁴⁷.

Após a manifestação no canteiro de obras, surgiu uma nova dinâmica entre indígenas e empreendedores. Estes passaram a figurar, para eles, como uma fonte inesgotável de alguns recursos, em especial, de gasolina. Dessa maneira, os Enawene Nawe, que desde muito tempo utilizam a região para suas pescarias, passaram a ter uma preocupação a menos já que o retorno era sempre garantido pelo combustível que eles conseguiam angariar no canteiro de obras. O fato de existir um “posto de gasolina” nesse local era reconhecido como um sinal da fartura que brotava do empreendimento. Além da gasolina, sempre que visitavam os canteiros de obras, eles traziam também grandes quantidades de milho e arroz. Esses sinais de abundância e de uma fonte inesgotável de recursos fazem alusão ao tempo mítico, marcado pela facilidade de obtenção dos recursos⁴⁸.

Logo no início de janeiro de 2008, Fabrício foi até a aldeia para negociar com os Enawene Nawe uma proposta de compensação que atendesse melhor as expectativas dos indígenas. Não havia nenhum representante da FUNAI junto ao funcionário da empresa Juruena. Dessa visita resultou uma lista na qual os indígenas apresentavam uma contra proposta para a compensação financeira. Era o sonho da mega-sena: motores de popa, barcos de alumínio, oficina mecânica, mercado, posto de combustível e até um caminhão pipa para apagar possíveis incêndios na aldeia. Pedidos que retomavam um antigo sonho, construído na tentativa de abertura de uma estrada no interior da terra indígena, como aponta os relatos dos indígenas em entrevista citada por Dal Poz:

⁴⁷ Podemos notar a importância da entidade para os indígenas através da presença marcante do nome desta como um dos destinatários da maioria dos documentos elaborados por eles.

⁴⁸ A abundância dos recursos remete também ao *eno*, morada dos *Enoli*, seres celestiais com os quais os Enawene Nawe mantêm uma relação de ancestralidade, como aponta Jakubazko (2003): “[...] Os Enore Nawe vivem uma vida plena e sem doenças, sem velhice, sem restrições, sem morte - convivem com a abundância de alimentos, bem estar, repleta de felicidade definem um ideal do bem viver [...]” (Jakubazko, p.41).

Nas reuniões, o Camilo falava que o André Maggi tinha muito dinheiro para fazer a estrada, e que ia fazer escola na aldeia, mandar dentista, enfermeiro. Também um posto de gasolina. O André Maggi ia pagar um carro para os Enawene-Nawe. O dinheiro dele não ia acabar, ia fazer tudo. (...) Na reunião Camilo disse: ‘Eu sou muito bom. Além dos motores, eu vou construir um posto de gasolina para vocês’. Na reunião, estava presente o André Maggi, junto do Camilo. André Maggi, um velhinho, andou de braço dado com L. e comigo. Foi prometido o posto de gasolina. Camilo, André Maggi, Blairo, filho dele, estavam juntos. Falaram que iam fazer posto de gasolina. (Marikeroseene & Menakaloseene *in* Dal Poz (2006), p. 56 e 57)

Por mais esdrúxula que poderia parecer a situação - e a tal lista -, o funcionário da empresa ouviu atentamente os desejos dos Enawene Nawe, sem deixar nada de fora e também sem vincular a compensação financeira aos impactos ambientais. No final do documento-lista, Fabrício traduz o recado dos Enawene Nawe aos empreendedores:

Escuta, nós pensamos hoje, barragem custa muito caro, cada um queremos R\$3.250.000,00. Total 8 = R\$26.000.000,00. Queremos também um pagamento mensal pela porcentagem de MW gerados. Assim fica perfeito para nós. Entenderam, dessa forma fica perfeito para nós. Se vocês autorizarem, nós concordamos. Entenderam? Decidam rápido, queremos uma resposta rápida. (Ata da Reunião sobre PCH's: Impactos e compensação)

A partir dessa visita alguns Enawene Nawe – em especial os *enetonalasi*, jovens casados com mais de um filho - passaram a acreditar que eles seriam muito ricos, teriam muitos motores e combustível para abastecê-los. Com os nove mil litros de gasolina ganhados dos empreendedores na manifestação em Sapezal-MT e com o sonho dos vinte e seis milhões na cabeça, em fevereiro eles partiram para as barragens de pesca muito alegres e esperançosos⁴⁹.

Em março, os Enawene Nawe recebem, mais uma vez, a visita de Fabrício. Desta vez, a visita aconteceu em uma das barragens de pesca, localizada no *Olowina* (rio Arimena). Fabrício trazia a resposta dos empreendedores à proposta feita pelos indígenas e parece que o recado não agradou. Dias depois, um grupo de pessoas desta barragem (junto a representantes da barragem do *Adowina*) decide ir até Juina, de onde enviam o

⁴⁹ Para os Enawene Nawe, a tristeza atrapalha a pesca de barragem, pois afasta os peixes. Por isso, o clima tem que ser de alegria e de descontração, com muitas histórias e boas risadas.

seguinte documento, produzido no dia 10 desse mês, redigida por um membro do clã *Kairole* e traduzida por um funcionário da NAL-FUNAI de Juina, não identificado:

NÓS SOMOS OS ENAWENE NAWE DE HALATAKIWA. PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS É MUITO FEIO PARA NÓS. FEIO PORQUE VAI SUJAR A ÁGUA QUE BEBEMOS E MATAR OS PEIXES QUE COMEMOS. POR ISSO ESTAMOS TRISTE E PREOCUPADOS. PORQUE ATÉ AGORA A EMPRESA E DEMAIS ENTIDADES NÃO VEIO FALAR DA COMPENSAÇÃO DESSES PREJUÍZOS PARA PAGAR PRA NÓS COMUNIDADES INDÍGENAS. DEPOIS VAI MORRER OS PEIXES, PORQUE NÃO VAI DÁ MAIS PRA FAZER OS RITUAIS DO YANKWA, KATEOKO, SALOMÃ, DEROHI E HOLIDEMA. POR ISSO, NÓS VAI OCUPAR DE NOVO LÁ ONDE ESTÃO CONSTRUINDO AS PCHS. A POLÍCIA FEDERAL PODE IR SÓ PARA ACOMPANHAR. A EMPRESA NÃO PODE CHAMAR A POLÍCIA MILITAR. OS PROBLEMAS DA ÁGUA SUJA E DA FUTURA FALTA DE PEIXE NÃO VAI TRAZER PROBLEMAS PARA VOCÊS, VAI É TRAZER PROBLEMAS É SÓ PARA NÓS ÍNDIOS. POIS OS ESPÍRITOS VÃO FICAR BRABOS COM NÓS, POIS O RIO FICOU SEM PEIXE E AI VAI TRAZER MUITA DOENÇA. O JUIZ NÃO SABE NEM CONHECE DA NOSSA CULTURA, POIS NÓS ENAWENE NÃO ALIMENTAMOS DE CARNE DE BOI, SÓ DE PEIXE NÓS COMEMOS.

Ao perceberem que os empreendedores não estavam dispostos a pagar uma compensação no valor de vinte e seis milhões de reais e conhecendo os efeitos que a manifestação indígena no canteiro de obras tinha surtido, os Enawene Nawe utilizam da associação desses elementos para tentar pressionar as empresas do Consórcio Juruena. Ao mesmo tempo em que questionam os impactos ambientais, cobram o pagamento da compensação como um solucionamento para estes problemas e ameaçam realizar uma nova manifestação.

Sem obterem a resposta desejada dos empreendedores⁵⁰, em maio de 2008, conforme ocorreu em 2007, os Enawene Nawe organizam junto aos demais povos do

⁵⁰ Os empreendedores defendiam o pagamento de um valor vinculado à Lei 9985/2000 (recentemente alterada). Esta lei determinava que o valor da compensação ambiental não pode ser inferior à 0,5% do valor total do investimento. A lei foi regulamentada pelo Decreto 4340/2002 segundo o qual a compensação deveria considerar a amplitude dos impactos. Sendo assim, a proposta defendida pelos empreendedores era no valor de R\$4,3 milhões para ser dividida entre as cinco etnias. Cabe ressaltar que a Lei SNUC foi criada para angariar recursos para UC's, APA's e ARIE's. Esta lei não abrange situações conflagradas pela compensação devida as populações (indígenas e outras) impactadas por um empreendimento.

noroeste de Mato Grosso, um novo bloqueio da ponte sobre o rio Juruena. Mais uma vez, todos os homens adultos saem da aldeia para realizar o protesto, mas desta vez, decidem levar algumas mulheres mais velhas. Levam uma mulher viúva e a esposa do representante máximo do clã *Kaholase*. No manifesto do protesto fica pontuada a reivindicação:

As Etnias ENAWENE-NAWE, RIKBAK TSA, CINTA-LARGA, ARARA, MYKY, IRANTXE, KAYABI, APYAKA E MUNDURUCU. Já mandamos documentos para todas as autoridades para resolver os nossos problemas, mas ninguém resolveu e não atendeu nada, só enrolam, os nossos problemas são: 1 - Falta de atendimento e Assistência de Saúde nas aldeias, nos pólos de saúde e casa de saúde indígenas da região; 2 - Também resolver os problemas das PCH'S que estão construindo no Alto do Juruena, o Juiz já mandou paralisar as obras e até agora não pararam, e nós estamos sendo prejudicados e impactados e não recompensaram os prejuízos causados nas nossas comunidades; 3 - Resolver o problema da compensação dos impactos causados pela PCH Juina/ Rede Cemat (Cinta-Larga); 4 - Fazer estudo de impactos ambientais e compensar os Araras e Cinta-Larga sobre o prejuízos da Construção da Hidrelétrica Dardanelo em Aripuanã, que está em construção; 5 - Queremos que as Prefeituras aplique 40% dos recursos do ICMS-ECOLÓGICO diretamente nas Aldeias. Por isso nós queremos que venham aqui atender as nossas reivindicações as Autoridades Seguintes: Presidente da FUNASA, Empreendedores das Empresas de Energia Citadas Acima, SEMA (Secretário), IBAMA, FUNAI (Setor de Meio Ambiente), Ministério Público Federal de MT e PROCURADOR (Advogado) da FUNAI, GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PREFEITOS DE SAPEZAL, COMODORO, JUINA, ARIPUANÃ, JUARA, BRASNORTE E COTRIGUAÇU. (Manifesto das etnias ENAWENE-NAWE, RIKBAK TSA, CINTA-LARGA, ARARA, MYKY, IRANTXE, KAYABI, APYAKA E MUNDURUCU⁵¹; 05/07/2008, grifo nosso).

Durante as manifestações na ponte os Enawene Nawe ficaram sabendo de uma notícia que os deixou muito animados: uma liminar do MPF havia paralisado as obras das PCHs com o argumento de que a SEMA-MT havia descumprido os procedimentos legais do licenciamento ao desconsiderar a exigência dos estudos de EIA e RIMA e ao deixar a FUNAI à margem do processo. Por causa dessa decisão judicial os Enawene Nawe decidiram verificar in loco, se as obras haviam realmente sido paralisadas. No canteiro de obras eles foram informados por funcionários que estas continuariam a não ser que o

⁵¹ Acessado em <http://telmadmonteiro.blogspot.com/2008/07/pchs-no-rio-juruena-manifesto-das.html>, em 20 de outubro de 2009.

MPF usasse de força policial para barrá-los. Eles tentam realizar uma denúncia, mas o MPF exigiu, para tal, que o descumprimento fosse comprovado por fotografias ou filmes.

Os Enawene Nawe mal tiveram tempo de buscar apoio para efetivar a denúncia. No mesmo dia eles receberam a notícia de que as obras haviam sido liberadas. A alegria durou pouco. O Presidente do STF, Ministro Gilmar Mendes, liberou a continuidade das obras, em meio a polêmica denúncia do jornal “O Globo”, segundo o qual, dias antes da decisão, o ministro havia se encontrado com o governador Maggi. Segundo sua decisão:

(...) No caso, entendo que está devidamente demonstrado o fundamento de aplicabilidade do instituto da suspensão, visto que a decisão impugnada, ao determinar a imediata suspensão de licenças ambientais concedidas pela SEMA-MT para a construção de pequenas centrais elétricas ao longo do rio Juruena, com isso paralisando as obras até que realizado EIA/RIMA pelo IBAMA, representa grave risco de lesão à ordem, à economia e à saúde pública do Estado. Para se chegar a esta constatação, basta observar que as obras se iniciaram há mais de cinco anos, se considerada a data em que concedida a licença de instalação, bem como o seu adiantado estágio (fls. 251/276), com cortes de terreno já efetivados e que certamente se perderão pela ação do tempo. Também merece atenção os efeitos deletérios ao próprio meio ambiente pela manutenção de grande área desmatada e cavada, podendo até mesmo assorear o próprio rio em que se realiza a obra, caso impedida sua continuidade. (...) (Suspensão de liminar 246-5, 18/06/2008).

Os questionamentos dos Enawene Nawe se somavam com os do MPF, levantando um clima de insegurança e ameaça à continuidade das obras. No entanto, ao passo que a contestação indígena – não necessariamente pautada por uma contrariedade em relação às usinas, mas sim firmada na luta pela valorização de um modelo diferenciado de uso e significação do rio Juruena - ganhava destaque, ela era sistematicamente desmontada pela propaganda do “pagou-levou”, na qual a compensação financeira figurava como elemento legitimador do empreendimento.

No dia 07 de julho, vinte Enawene Nawe foram para Brasnorte se encontrar com funcionários da empresa Juruena Participações⁵². A reunião que estava agendada para as 15 horas, na Câmara Municipal da cidade, acabou sendo realizada às 13 horas na casa de Fabrício. Nessa reunião foi informado que o Plano Básico Ambiental (PBA) da

⁵² O representante da empresa nessa reunião foi Izanoel dos Santos Sodré, que até 2007 era o coordenador da CGPIMA-FUNAI.

compensação ela construção de oito PCHs seria refeito, tendo em vista que o elaborado anteriormente não foi aprovado pelas comunidades indígenas, contradizendo afirmações anteriores do processo que apresentavam a anuência destes. Os empreendedores fizeram a oferta de negociarem com os Enawene Nawe de maneira isolada das demais etnias, mas a proposta não foi aceita. Mais uma vez estava em pauta o que Baines (2001) aponta como a utilização do discurso da autodeterminação indígena para justificar o estabelecimento de acordos diretos entre indígenas e agentes interessados na exploração de recursos do seu território. Neste caso os empreendedores utilizam de seu intermediário falante da língua enawene nawe para tentar consolidar um canal de negociação com o grupo de maneira independente da mediação realizada pela FUNAI.

Mas os Enawene Nawe decidem não aceitar a negociação direta com os empreendedores, exigindo destes apoio para promover um encontro com a participação de das demais etnias impactadas para que juntas elas tomassem uma decisão coletiva em relação à confecção do novo PBA⁵³.

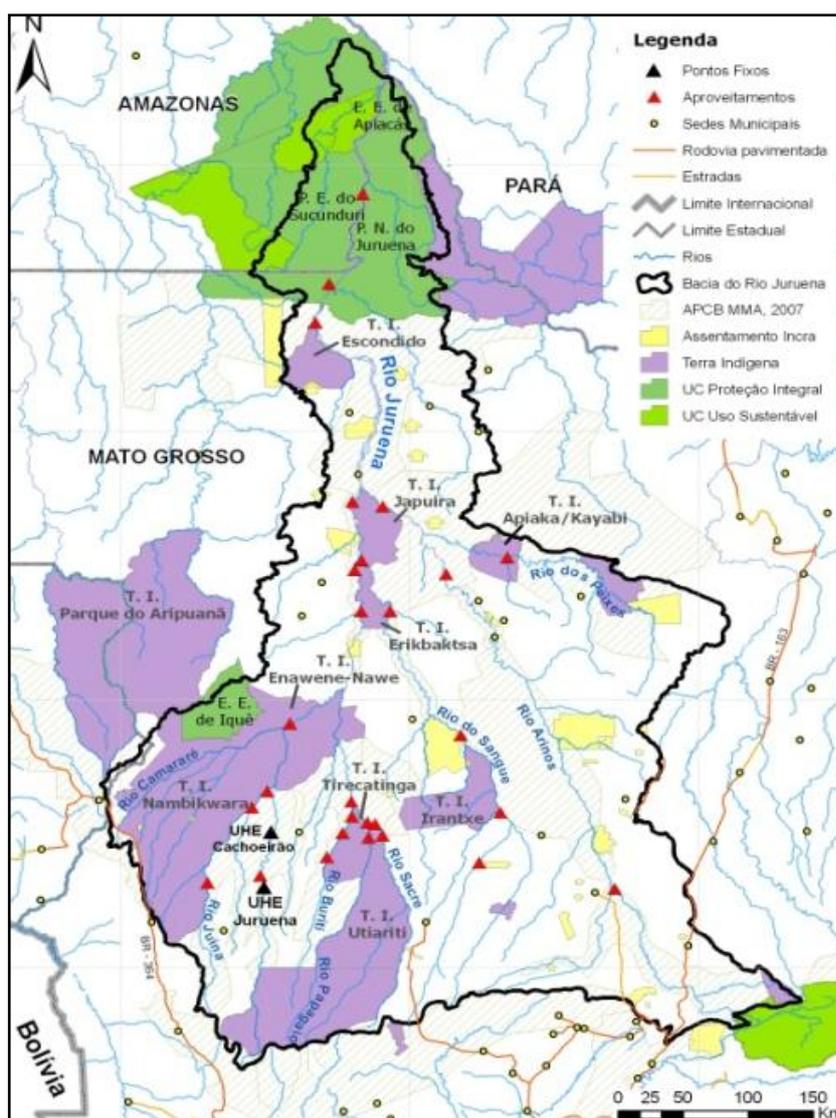
No final do encontro, os Enawene Nawe seguiram em seu caminhão rumo a um posto de combustível nas margens da MT 170, onde Fabrício, exibia, para quem quisesse ver, um pacote de notas de cem reais (segundo os Enawene Nawe, num total de dez mil reais) utilizado para custear o combustível que enchia de felicidade os olhos e os galões de plástico que armazenavam a gasolina do retorno dos indígenas para a aldeia, afinal, como aponta Basini (2007): “[...] La gasolina es la bisagra que permite varios pasajes: el de su economía ritual, cada vez más aprimorada, que no para en exprimir distancias, geografías y velocidades; y la llegada a otros espacios o nichos urbanos donde precisamente ésta se halla guardada. [...]” (Basini, p.31).

Dias após esse encontro direto entre empreendedor e indígenas, os Enawene Nawe são convocados para outro encontro, desta vez com a EPE e com o CGPIMA-FUNAI. Outros povos indígenas da região também foram chamados para a reunião, mas ao contrário do habitual, as reuniões com cada etnia foram realizadas separadamente, em diferentes dias da semana. Este encontro tinha como objetivo, solicitar a autorização de

⁵³ A proposta de se construir um novo plano de aplicação dos recursos provenientes da compensação financeira foi acatada pelos empreendedores e pela FUNAI e uma nova proposta foi aprovada em 2009. Cabe ressaltar que dos seis milhões oferecidos aos indígenas, apenas 150 mil reais foram direcionados para a realização de monitoramentos ambientais.

entrada das equipes da EPE nas terras indígenas para elaboração do Estudo de Inventário das bacias dos rios Aripuanã e Juruena⁵⁴. Um dos locais de interesse destes estudos está localizado no interior da Terra Indígena Enawene Nawe, numa corredeira conhecida como “Caixão de Pedra”, próximo ao local onde o missionário Cañas foi assassinado.

Figura 8 - Pontos Inventariados pela EPE.



Durante essa reunião ficou claro que estava sendo apresentada para os Enawene Nawe uma proposta de acordo extra-oficial por parte do funcionário do CGPIMA. Nas palavras dele: “[...] Entregar um dedo para não perder um braço [...]”, fato que levantou

⁵⁴ Os Estudos de Inventário destas bacias estão previsto no PAC e no PDE 2008-2017, e são considerados estratégicos para a ampliação da oferta de energia nos próximos anos.

um questionamento: o porque a reivindicação dos Enawene Nawe para a demarcação da micro-bacia do rio Preto, que vinha sendo realizada desde o final da década de 90, foi tão prontamente encaminhada no período em que ganha força os debates e planos de expansão da fronteira energética na região noroeste de Mato Grosso? Isso não parece ser um simples acaso na visão de Baines:

A recente iniciativa por parte do governo brasileiro no sentido de acelerar a demarcação e a regularização das terras indígenas, sobretudo na região amazônica onde há grandes riquezas minerais e de biodiversidade, principalmente através do PPTAL, enquadra-se neste contexto global de facilitar os interesses de grandes empresas em terras indígenas em troca de programas assistencialistas. Neste sentido, a atuação do governo federal em apressar a regularização das terras indígenas na Amazônia tem como objetivo principal a “regularização” da implantação de grandes projetos de desenvolvimento regional que incidem e incidirão nelas”. (...) Pressões dentro do Congresso indicam uma tendência no sentido de efetivar a regularização das terras indígenas na região amazônica para facilitar a “regularização” dos interesses de grandes empresas mineradoras e de aproveitamento de recursos hídricos. (2001, p. 11 e 12)

Em sua fala, o funcionário do CGPIMA enfatizava sua visão de que a regularização fundiária da Terra Indígena Enawene Nawe só se efetivaria com a concessão dos indígenas em relação às obras do PAC⁵⁵, situação que irritou os Enawene Nawe, de acordo com o relato:

Fui eu mesmo que falei. Ele nos disse: _O governo, o exército quer mais PCHs e outras barragens maiores. E nós respondemos: _Não. Nós não queremos. Fui eu mesmo que falei que nós não queríamos que eles entrassem em nosso território. Essa terra não é de vocês. Eles nos disseram que tudo bem, que não entrariam na terra indígena. Foi ele que nos disse que hoje o governo quer construir muitas PCHs. Nós temos antropólogos, ele disse. Somos pesquisadores da EPE. Ele conversou conosco, um senhor de meia idade. A EPE conversou conosco. O funcionário da EPE que conversou conosco. (...) Vocês mentem. Nós já sabemos disso, nós dissemos. Eu também disse. Por isso nossa resposta é não. Primeiro o Rio Preto. (Entrevista, 31 de outubro de 2008).

⁵⁵ Essa desconfiança foi se afirmando nos discursos de alguns representantes do CGPIMA que em 2009, segundo os Enawene Nawe, chegaram a ligar diretamente no orelhão da aldeia apresentando essa proposta de barganha sem garantias formais, ou seja, a autorização das obras no rio Juruena e da realização do Estudo de Inventário, pela EPE, em troca da agilização do processo de demarcação do Adowina.

Nesta ocasião a FUNAI apresentou um mapa (ANEXO 01), que viria causar muita polêmica tempos depois. Este apresentava os planos do governo federal para a construção de outras 66 hidrelétricas (entre PCHs e UHEs) na bacia do Rio Juruena, informação que deixou os Enawene Nawe assustados e apreensivos. Instalou-se o temor de que a aceitação do Complexo Juruena culminaria na abertura do caminho para efetivação de todas essas obras previstas, como aponta a reportagem do jornal “O Eco”⁵⁶:

Durante uma das apresentações dos representantes da Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente da FUNAI (CGPIMA) aos enawene nawe, que ocorreu no dia 11 de julho, foram mostrados os mapas ilustrados com triângulos coloridos, que representam a localização dos aproveitamentos hidrelétricos antes e depois da suspensão, sem especificar os nomes dos rios ou demais detalhes de interesse dos índios. A eles só foi dito o número de usinas suspensas. Tantos projetos próximos às terras indígenas provocou surpresa generalizada. Ainda mais para os enawene, que já têm tido dores de cabeça suficientes ao brigarem contra complexo de dez usinas no alto rio Juruena (...) (Índios contra hidrelétricas, O Eco, 18/07/2008).

Ainda na tentativa de viabilizar os estudos de inventário do Juruena, a FUNAI e a EPE usaram de outra estratégia. Durante essa reunião, os Enawene Nawe afirmam terem sido informados que caso recusassem a entrada da EPE na terra indígena, eles perderiam o direito à compensação financeira do Complexo Juruena. Segundo um depoimento:

Se houver estudos do rio Juruena os seis milhões saem rápido, ele disse. Sabe o César, advogado da FUNAI? Ele nos disse, se o empreendedor fizer os estudos do rio Juruena, primeiro estudo depois os seis milhões sairão para vocês. Se vocês fizerem um projeto, no mês que vem. Vocês terão primeiramente, 300 mil. Ele nos disse. Se não sair este outro estudo, os seis milhões não vão sair, ele no disse. O Fabrício explicou para nós, fazendo a tradução, se não houver esse outro estudo os seis milhões não sairão. Mas nós não queríamos saber disso. Não queríamos saber de compensação. Nós pensamos os empreendedores não estão agindo direito, não queremos assim. Nós não queremos esse estudo, nós dissemos. Vamos jogar isso fora. (Entrevista, 31 de outubro de 2008).

Os Enawene Nawe pareciam irredutíveis. Ainda na tentativa de viabilizar a realização do estudo o funcionário da EPE apelou para o seguinte argumento: “[...] Ele

⁵⁶ Acessado em <http://www.oeco.com.br/reportagens/37-reportagens/2297-oeco28577>, em 20 de outubro de 2009.

nos disse que quanto maior fosse o impacto maior seria a compensação também. [...]” (Entrevista, 31 de outubro de 2008). A estratégia de utilizar as compensações para ocultar o cerceamento da participação dos povos indígenas é analisada por Andrade & Castro:

É preciso estar alerta, e manter posição crítica em relação a esta política de monetarização de valores simbólicos e políticos que hoje se configura no governo, e que mal esconde, na verdade, o fato de os povos indígenas não terem voz, nem serem considerados nas decisões governamentais. (1988, p. 20).

Mesmo diante da possibilidade de angariar recursos e benfeitorias para a terra indígena através da negociação com a Casa Civil, como fizeram os Rikbaktsa⁵⁷, e do suposto risco de “perder” o *Adowina* e a compensação; os Enawene Nawe concluíram que já tinham problemas demais com as PCHs no Juruena, e que aceitar novos estudos significaria, futuramente, mais dificuldades, como afirmam ao jornal “O Eco”:

“O governo federal só está querendo crescer. Crescem usinas, crescem lavouras. Mas matam nossa terra, nossos peixes e árvores. Isso é muito complicado. Nós já temos problemas demais. Por isso não vamos deixar que entrem na nossa área para fazer pesquisa. Por que só pesquisador da EPE tem que ir pra lá? (...) “Eu já avisei que ninguém vai entrar. Se alguém aparecer lá, o problema vai ser deles”, encerrou o representante enawene. (Índios contra hidrelétricas, O Eco, 18/07/2008)

A associação com o discurso ambientalista mostra a busca pelas melhores opções, nos diferentes tipos de discursos oferecidos pela sociedade nacional, para traduzir o seu próprio discurso. Como aponta Albert (2002), “[...] o discurso ambientalista, longe de ser uma mera retórica de circunstância, passou a ser o meio de simbolização intercultural adequado à expressão e à validação de uma visão do mundo e de um projeto político [...]” (Albert, p.22), neste caso, o projeto dos Enawene Nawe. A apropriação de uma argumentação ambientalista, seja para questionar os impactos do Complexo Juruena, ou para justificar um maior aporte financeiro como compensação pelos danos ambientais; faz parte do que Albert (2002) classificaria como um:

⁵⁷ Segundo o jornal “O Eco”, os Rikbaktsa permitiram a realização do estudo em suas três Terras Indígenas (Erikpaktsa, Japuira e Escondido) em troca de uma série de condições, entre elas a abertura de estradas e a implantação do programa “Luz para todos” nas aldeias (Índios contra hidrelétricas, 18/11/2008).

(...) processo político-cultural de adaptação criativa que gera as condições de possibilidade de um campo de negociação interétnica onde o discurso colonial possa ser contornado ou subvertido. A intertextualidade cultural do contato nutre-se tanto desta etnopolítica discursiva quanto das formas retóricas (negativas ou positivas) pelas quais os brancos constroem "os índios". Porém, ela não se limita apenas às imagens recíprocas de índios e brancos. A auto-definição de cada protagonista alimenta-se não só da representação que constrói do outro, mas também da representação que esse outro faz dele: a auto-representação dos atores interétnicos constrói-se na encruzilhada da imagem que eles têm do outro e da sua própria imagem espelhada no outro (2002 p.05).

A contrariedade dos indígenas em relação à entrada da EPE estremece a FUNAI, pressionada pela Casa Civil do governo Lula a viabilizar a realização dos estudos. A situação também coloca em desarmonia a parceria que os Enawene Nawe mantêm com a NAL-FUNAI de Juina. Em meio a essa situação uma novidade chega para aumentar a polêmica. A FUNAI divulga um parecer (Lima, 2008) que apresenta várias contestações à AAI realizada pela consultoria JPG, sobre o efeito sinérgico das obras do Complexo Juruena. A conclusão do laudo é contundente quanto a validade dos estudos realizados pelos empreendedores:

Portanto, é o entendimento deste parecerista que, o risco ambiental advindo da implementação de todos os empreendimentos supracitados no Rio Juruena não foi devidamente mensurado na Avaliação Ambiental Integrada aqui avaliada. (...) Já foi relatado informalmente à FUNAI por indígenas da etnia Enawenê-Nawê, inclusive, que após o início da instalação de cinco PCHs no Rio Juruena, a qualidade de água degradou, assim como a quantidade de peixes diminuiu. Segue que é minha forte recomendação que seja suspensa a outorga do direito de uso dos recursos hídricos para fins de aproveitamento do potencial hidrelétrico dos empreendimentos supracitados, e que sejam efetuados estudos de impacto ambiental detalhados para determinar a viabilidade ambiental dos mesmos. (...) (2008, p.28).

Um dos pontos mais polêmicos do debate entre o parecerista da FUNAI e os empreendedores, diz respeito à suposição de que o rio Juruena já possui barreiras naturais ao processo migratório da ictiofauna. Os empreendedores argumentam que um salto, com 24 metros de altura, seria um fator natural de limitação ao processo migratório dos peixes

e que, por isso, a construção do Complexo não acarretaria em alterações desta dinâmica, afirmação questionada por Lima:

De fato, a cachoeira impede a subida de peixes, sejam migratórios ou não, e provavelmente a descida de alevinos. Não impede, entretanto, a descida de nutrientes e material orgânico necessários para a manutenção da biota à jusante. A modificação qualitativa e quantitativa destes recursos à montante da cachoeira irá certamente afetar a biota a jusante da mesma. O estudo também indica que as lagoas marginais, tanto à montante quanto à jusante, serão impactadas. Estas lagoas marginais são importantes criadouros de peixes, portanto a alteração das suas características irá afetar as diversas populações de peixes, independentes da queda d'água de Cachoeirão, mas sim pela implementação das PCHs e UHEs. (2008, p. 26)

Após o encontro com a EPE os Enawene Nawe retornam para a aldeia e retomam os debates internos sobre o como se posicionar nos próximos encontros com a FUNAI para discussão acerca do Complexo Juruena. Nesse ponto das negociações todas as demais etnias impactadas estavam se posicionando favoráveis ao licenciamento desde que fosse garantido o pagamento da compensação financeira. Em decorrência dessa situação os Enawene Nawe decidem também aceitar a indenização, no entanto, apenas pela contração de cinco⁵⁸ dos onze empreendimentos que já estavam em construção no rio Juruena e que contavam com a liberação do STF. A partir de então eles passam dias na aldeia discutindo como aplicar os recursos da compensação.

No início de setembro os cinco povos impactados pelo Complexo Juruena são chamados pela FUNAI, para uma reunião que tinha o objetivo definir a compensação financeira. Os Enawene Nawe enviaram uma comitiva com trinta representantes, a maioria deles, jovens casados com até três filhos. Algumas mulheres jovens e com filhos completavam o grupo. Eles apresentam a sua versão de como foi o encontro:

Primeiro os outros índios se reuniram entre eles. Eles não se esconderam, nós vimos. Os outros índios também numa reunião separada da qual nós não participamos. Eles retornaram e a reunião com todos foi iniciada e foi anunciada a divisão de um milhão para cada etnia, eles disseram. Um milhão dividido para cinco. (...) Nós ficamos muito preocupados. Os outros índios não terão muitos impactos, nós dissemos para eles. Tudo

⁵⁸ As cinco PCHs consideradas pelos Enawene Nawe nesse momento eram as de propriedade do grupo Juruena Participações:

bem, eles disseram. Eles se sentaram. Tudo bem? Perguntaram novamente. Mas nós respondemos que não, apenas nós Enawene. Vários deles assinaram a ata, mas nós não assinamos. Os Paresi nos disseram: Assinem também. Nós respondemos: Espere, queremos pensar melhor primeiro. No dia seguinte conversamos com a FUNAI e eles falaram do aumento de um milhão. A Tania nos perguntou por que apenas os Enawene não haviam assinado a ata. Ela nos disse que se os Enawene não assinassem não seria liberada a compensação. Não seriam liberados os cinco milhões. Os Enawene não assinaram. Talvez não saia a compensação de jeito nenhum, disse. Os outros índios ouviram e ficaram imediatamente tristes. (...) Um Paresi nos disse: O que vocês querem? Vocês não terão muito impacto, vocês estão longe. Nós teremos muitos impactos, nós dissemos. Por isso queremos um milhão e meio. Os Nambiquara disseram que eles também. Eles disseram que tudo bem, vamos aumentar para seis milhões. Cinco PCHs apenas, nós dissemos. Cinco apenas. Não queremos oito. Cinco apenas, nós dissemos. Queremos o cancelamento das licenças. Cinco apenas com seis milhões de compensação. Tudo bem, os outros índios disseram. O pessoal da FUNAI retornou, nós anunciamos a decisão e o Rodrigo ficou muito preocupado. Ele nos disse que oito PCHs já tinham licença. Nós questionamos por que ele não havia explicado antes que oito PCHs já tinham licença e ele ficou com vergonha. Ficou vermelho de vergonha. Por que você não nos falou das oito PCHs? (Entrevista, 31/10/2008).

A pressão dos demais grupos indígenas foi determinante para o posicionamento dos Enawene Nawe durante o encontro. No final a reunião resultou numa proposta de compensação financeira no valor de seis milhões - sendo um milhão e meio para os povos Enawene Nawe e Nambiquara -, pela construção de oito centrais hidrelétricas. Na realidade, quando aceitaram o acordo os Enawene Nawe pensavam que estavam discutindo sobre apenas cinco obras, e depois descobriram que as outras estavam incluídas, uma situação observada com desagrado por eles: “[...] Cada vez que íamos para uma reunião, os números mudavam. Primeiro foi cinco barragens, depois oito, depois onze. Eles mentiram para nós. Nós escrevemos para as autoridades, fomos às reuniões, mas nada acontecia, ninguém nos escutava. Por isso ficamos com raiva [...]” (Representantes do clã *Kairole*, Sunday Times Magazine, 15/02/2009).

Nessa reunião ficou combinada a realização de um novo encontro com a participação dos empreendedores, que seria realizado em Cuiabá, entre os dias 20 e 23 de setembro - remarcada para 06 de outubro - para a formalização do aval dos povos indígenas à construção de parte do Complexo Juruena. Nessa oportunidade seria

apresentada, aos empreendedores, a contraproposta dos povos indígenas relatada no trecho da Ata da reunião:

(...) A assembléia já esclarecida e após avaliarem e compararem as médias dos valores compensados por outros empreendimentos, chegaram a conclusão que o valor deveria ser alterado de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) para R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), sendo o valor de consenso de todas as etnias impactadas. (...) Os “Royalty” permanentes serão discutidos e definidos na próxima reunião do dia 23 de setembro em Cuiabá. (...)

Os Enawene Nawe retornaram para a aldeia e houve muita confusão por causa das decisões tomadas pelo grupo que os representou neste encontro. A decisão tomada coletivamente pelos Enawene Nawe na aldeia foi pela aceitação das cinco PCHs pelas quais se exigiria uma compensação em forma de pagamento permanente. Nem todos concordaram com a proposta de compensação conforme havia ficado combinado com as outras etnias, o que gerou um clima de desentendimento interno.

Nos debates sobre a compensação financeira do Complexo Juruena demandava-se dos Enawene Nawe uma posição coletiva, o que gerou uma celeuma interna já que em determinados momentos, não existia unidade sobre a decisão a ser tomada. Por detrás dessa existe uma heterogeneidade com relevante importância interna. Partindo de premissas da democracia, o estado espera sempre um posicionamento único, representativo do posicionamento do povo diante de uma situação determinada. Ignora-se a diversidade de opiniões internas que podem existir diante do mesmo fato.

Impulsionados pelo clima de articulação com as demais etnias, o grupo de Enawene Nawe decide retomar as negociações com a EPE, segundo o documento elaborado em 03 de setembro, traduzido por um funcionário da NAL-FUNAI, não identificado:

Nós povo indígena Enawene -Nawe da aldeia Halataikwa, hoje pensamos também que a EPE teve autorização para desenvolver as pesquisas próximo dos canoeiros Rikbatsa, sabemos que o complexo do Rio Juruena não é só dos canoeiros, este Rio passa pela área Enawene – Nawe, nós também vamos autorizar as pesquisa, mas queremos compensação para nosso povo (...) nossa solicitação o combustível solicitado e para realizar o ritual Yaõkwa que para nosso sustento (...).

A lista de reivindicações inclui ainda motores de popa, barcos, utensílios domésticos (entre os quais, 600 colheres e 450 agulhas), roupas, etc, itens para agradar toda a população. No entanto, no retorno do grupo para aldeia houve muita discussão e um grupo de *enetonasali*, sob o comando de um grupo expoente de *sotakatali* e outros homens de prestígio interno, se deslocaram imediatamente para Juina visando desfazer a autorização. Para tal, eles elaboraram o seguinte documento em 08 de setembro:

Nós povo indígena Enawenê-Nawê, pensamos que o documento que nós fizemos no dia 03 de setembro de 2008 estava errado, porque levamos uma cópia deles para aldeia e o nosso povo olhou e não aceitou porque não pensou nas PCHs só pensou no ritual Yaokwa, ai ele pensou, os chefes Enawenê-Nawê não querem a entrada da EPE em nossa área (...). Se a EPE entrar hoje em nossa área nós vamos pegar todas as coisas, motores e barcos deles e levar para aldeia, inclusive as pessoas também.

A implantação do Complexo Juruena se imbrica com a realização do Estudo de Inventário do rio Juruena e as duas questões se tornam um bloco único na visão dos Enawene Nawe.

No dia 20, a empresa Juruena envia Fabrício para a aldeia. Ele foi acompanhado de seu irmão, apresentado aos indígenas como candidato a assumir o cargo de Chefe do PIN Enawene Nawe⁵⁹. Tudo em família, o fato é que as boas oportunidades do mercado indigenista eram visualizadas como forma de consolidar sua capilaridade nos setores público e empresarial. Fabrício era mensageiro de um recado enviado por Frederico Muller: se eles aceitassem incluir a PCH Jesuíta no bolo da proposta firmada em seis milhões, quando da construção das UHEs Cachoeirão e Juruena, eles seriam recompensados com o tão desejado pagamento permanente. Ele também informou o cancelamento da reunião que aconteceria em Cuiabá. O recado tirou os Enawene Nawe do sério, conforme trecho da Ata da reunião realizada na aldeia, em 21 de setembro:

(...) resolveram suspender a elaboração do programa de compensação pelos seguintes motivos: o acordo inicial do estudo era para cinco PCH's, depois se estendeu para oito PCH's, agora querem incluir mais PCH's e UHE's. Até agora não se definiu o valor da compensação. Também não

⁵⁹ A carta nº 049/PRES/Funai/2008, de 23 de maio, do Presidente do órgão, Marcio Meira aos Enawene Nawe; apresentava a sua resposta positiva em relação à indicação de Fabrício para voltar a exercer a função de Chefe do PIN Enawene Nawe, o que não chegou a acontecer.

querem que vá representantes da empresa na aldeia para falar do assunto. Só é válido se for responsáveis pelo empreendimento, junto com a FUNAI, SEMA, MPF e IBAMA.

Houve uma longa conversa no centro da aldeia e a decisão, ao final desta, era de que nenhum deles, sob hipótese alguma, deveria participar de reuniões com os empreendedores até que eles obtivessem alguma resposta ou posicionamento dos órgãos públicos licenciadores. Eles afirmaram que só retomariam as negociações se representantes destes órgãos, dos empreendedores e do MPF fossem até a aldeia.

Mesmo cientes de que a compensação financeira do Complexo Juruena garantiria as demandas mais imediatas dos rituais (indispensáveis para a continuidade da sua própria existência); os Enawene Nawe sempre tiveram em mente que as consequências diretas do empreendimento determinarão um novo contexto que implicará diretamente no conjunto cerimonial desse povo, como aponta Rodgers:

(...) os peixes fazem parte de uma concepção profunda de geografia fundada e habitada pelos temíveis e poderosos espíritos subterrâneos, e não há como destruir seu habitat natural sem consequências extremamente desastrosas. Portanto, medidas de mitigação e compensação, do ponto de vista de uma cultura como essa, na verdade não compensam nem mitigam a continuidade de toda uma relação fundante da densa máquina social, estética e ecológica como a que está em jogo para os Enawene Nawe (...) a perda de diversidade de peixes e da salubridade do rio, pode sim significar a destruição de seus ritos complexos e conseqüentemente da vitalidade de sua cultura e da vivacidade tão característica e reportada desse povo. (Enawene Nawe pedem moratória para novos licenciamentos de hidrelétricas em Mato Grosso, Notícias Sócio-ambientais, 28/10/2008).

Este paradoxo é reconhecido na fala do *enetonasali* do clã *Kairole*: “[...] Nós pensamos que se tivermos o dinheiro e as represas forem construídas, nós vamos perder o peixe e os rituais e tudo o que é mais precioso para nós. Tudo o que teremos é o dinheiro, que vai acabar, e depois? [...]” (Sunday Times Magazine, 15/02/2009).

No dia 03 de outubro foram realizadas as eleições municipais para prefeito e vereador. Um grupo de dez Enawene Nawe se deslocou até Juina para votar. O interesse deles era grande na mudança do quadro político do município. Em Cuiabá, desde o dia 02 de outubro, um Enawene Nawe acompanhava os indigenistas da OPAN no trabalho de

tradução de um material audiovisual coletado pela equipe da ONG Survival, que seria utilizado para uma nova Campanha de apoio à demarcação do *Adowina*.

No domingo à tarde, dia 03, o Enawene Nawe estava bastante ansioso. O telefone da OPAN tocava a cada meia hora, sempre outro Enawene Nawe que queria conversar com ele. Depois de algum tempo ele contou o que estava acontecendo: funcionários da NAL-FUNAI de Juina haviam dito que grupo de Enawene Nawe que estava na cidade deveria participar da reunião, no dia 06 de outubro em Cuiabá, para debater o pagamento da compensação junto aos empreendedores e que se por acaso eles não participassem desse encontro, perderiam definitivamente os recursos da indenização. Temendo que isso fosse verdade, o grupo decidiu partir em direção a Cuiabá.

A notícia da desobediência do pessoal que estava em Juina em relação ao que havia sido decidido coletivamente por todos chegou até a aldeia por meio do sistema de radiofonia da FUNASA e criou um grande alvoroço por lá, mesmo antes de a reunião começar. O pessoal da aldeia temia que o grupo que se deslocou até Cuiabá tomasse uma decisão que não correspondesse a estratégia decidida por eles após a visita de Fabrício.

A reunião foi iniciada pelo Rodrigo, do CGPIMA⁶⁰. Ele abriu sua fala apresentando um histórico do licenciamento do Complexo Juruena e abordando o parecer do biólogo da FUNAI que aponta falhas nos estudos apresentados pelos empreendedores. Outra representante do CGPIMA, Tânia, disse que era importante todos saberem que não existia a obrigatoriedade de se estabelecer um acordo nesta reunião e que se os indígenas desejassem, eles poderiam aguardar os pareceres de estudos independentes realizados pela FUNAI para estabelecer um acordo compensatório de acordo com os impactos esperados pelos empreendimentos. Enfim, ela abriu o precedente para que os indígenas exigissem que a compensação financeira fosse atrelada à uma medição mais precisa acerca dos impactos.

Em seguida, Frederico Muller, da empresa Juruena, rebateu as críticas dando a versão dos empreendedores sobre os estudos e contestando a qualidade do parecer e do parecerista da FUNAI. Ele deixou bem claro: [...] "Eu vim aqui pra falar de dinheiro,

⁶⁰ Os participantes dessa reunião ocultaram dos Enawene Nawe o fato de, dias antes, ter sido realizado um encontro em Brasília com a participação do CGPIMA e do Ministério Público Federal para tratar de desdobramentos do Parecer da FUNAI que apontava erros nos estudos ambientais do Complexo Juruena.

mesmo que a FUNAI não goste disso! [...]". Muller anunciou a que vinha e então fez sua contra-proposta aos indígenas. Ele pretendia incluir a PCH Jesuíta na proposta das etnias, que pediram seis milhões como compensação pela construção de oito PCHs.

Depois dos empreendedores foi a vez da SEMA-MT se pronunciar a respeito, através do Secretário Adjunto, Salatiel Araújo. Ele fez duras críticas a FUNAI e os seus argumentos eram idênticos aos do representante dos empreendedores.

No final falaram os índios. O primeiro a falar foi um Paresi. Ele foi categórico em sua fala: “[...] Não queremos saber de discutir impactos. Não queremos ouvir história. Paguem nosso dinheiro. Nós queremos que vocês liberem o dinheiro da compensação. Não queremos mais discutir problemas! [...]”. Argumentou que o acordo já estava firmado e o valor da compensação seria o que ficou definido em Juina. Que caso os empreendedores quisessem, eles poderiam incluir a PCH Jesuíta, desde que pagassem o que foi acordado, ou seja, seis milhões. Os outros indígenas que falaram na sequência acompanharam o discurso do Paresi. Um representante do povo Nambiquara resumiu a posição do seu povo numa frase: “[...] É tudo Maggi, é André Maggi, é Blairo Maggi, e você Frederico, você é Frederico Maggi. Pague logo a gente e resolva o problema. Tira a mão do bolso Frederico! [...]”. O pronunciamento claro e direto deste Nambiquara levou todos os presentes na sala aos risos.

Quando os Enawene Nawe se pronunciaram (eles se manifestaram em português), dois jovens foram até a frente da plenária com o mapa que eles ganharam nas reuniões com a EPE e falaram que este era o grande problema para eles hoje.

Eu peguei o mapa e entreguei ao empreendedor. Os outros índios ficaram bravos conosco. Nós pensamos que nós já estamos brigando por causa das discussões sobre a compensação. Então, quando a compensação sair nós teremos muito mais brigas. O que faremos? (Entrevista, 31/10/2008).

Isso gerou o maior tumulto. As outras etnias ficaram muito nervosas e começaram a insinuar que pessoas da OPAN – presentes na reunião para fazer a tradução - é que convenceram os Enawene Nawe a voltar atrás no acordo feito em Juina. “[...] Esse pessoal das ONGs é que ficam colocando coisa na cabeça dos índios que não sabem falar bem o português. Porque estava tudo acertado em Juina, os Enawene Nawe aceitaram a compensação de seis milhões e agora não querem mais [...]”.

Ao final da reunião os Myky, Paresi, Nambiquara e Rikbaktsa assinaram a proposta de seis milhões por oito PCHs. Os Enawene Nawe não aceitaram o acordo e saíram da reunião antes do seu encerramento tentando deixar clara a sua posição contrária às negociações, atitude que enfureceu os favoráveis ao acordo⁶¹.

O Frederico nos viu indo embora e começou a gritar pedindo que esperássemos, que assinássemos a ata. Nós dissemos para ele que não íamos assinar. Que há muito tempo atrás ele nos procurou, que não estava certo isso. Nove PCHs, não estava certo pra nós. Tem 78 PCHs previstas na bacia do Juruena. Nós já sabemos, pois vimos os mapas. O que vocês viram? Ele nos disse. Ele também nos disse que as outras PCHs eram de outra empresa. Outra empresa que nada. Você também, eu lhe disse. Você é como empregado do governo. Você é empreendedor, dissemos. (Entrevista, 31/10/2008).

De acordo com Gluckman (1987), “[...] Quando os conflitos se mostram maiores que cooperação desejada e obtida, as relações sociais desses grupos tornam-se violentas. [...] (Gluckman, p.294), mesmo que, na visão dos Enawene Nawe, os agentes interessados na exploração de energia na bacia do rio Juruena seriam parte de uma categoria externa as unidades sociais que os constituem. Ainda assim, a afirmação de Gluckman auxilia na compreensão dos desdobramentos da situação acima relatada.

Segundo os Enawene Nawe na volta para aldeia houve ainda mais confusão, com a revolta pelo fato do grupo de onze pessoas ter descumprido a decisão coletiva de não participar de nenhuma reunião sobre esse assunto, fora da aldeia. Foi nesse contexto de incertezas e de desentendimento com as demais etnias impactadas que os Enawene Nawe decidem cometer o ato que marcou a ALTA TENSÃO entre indígenas e empreendedores. No dia 11 de outubro, aproximadamente meio dia, o telefone na sede da OPAN tocou. No outro lado da linha, a funcionária do CGPIMA comunicou o fato: os Enawene Nawe haviam incendiado o canteiro de obras da PCH Telegráfica e, segundo ela, caminhavam rumo ao canteiro de obras da PCH Rondon para realizar novo ataque. A reportagem do jornal “O Eco” narra os acontecimentos daquela manhã de sábado:

Na manhã do dia 11 de outubro, os índios enawenê nawê mostraram que nem tudo está caminhando conforme desejam os empreendedores do

⁶¹ Muller exigiu que o posicionamento dos Enawene Nawe fosse omitido na Ata da reunião, mas apesar de seu protesto, ficou registrada a contrariedade deles em relação ao acordo firmado.

complexo hidrelétrico do rio Juruena (MT). Por volta das 8h, 42 barcos chegaram de surpresa ao canteiro de obras da PCH Telegráfica (30MW), a menos de 20 quilômetros da terra indígena, com 120 índios. Eles expulsaram os funcionários da usina, em estágio inicial de construção, e atearam fogo em alojamentos, escritórios, caminhões e oficinas. Em três horas de manifestação, estava tudo incendiado, conforme revelam imagens que já circulam na internet, atribuídas aos empreendedores. (...) Em novo encontro, desta vez na presença de representantes dos empreendedores Maggi Energia e Juruena Participações no início do mês de outubro, os enawene foram os únicos a voltar atrás. Em conversas na aldeia, refletiram sobre os impactos das usinas, que se somaram à surpresa da nova proposta dos empreendedores, a de que esse mesmo valor cobrisse não cinco, mas oito empreendimentos. Em protesto, eles se retiraram da reunião. “A gente viu no mapa da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) que tem muito mais usinas previstas para a região. Não são só essas aí. Elas vão nos prejudicar”, disse um deles. (...) (Assalto à central hidrelétrica, O Eco, 14/10/2008⁶²).

Contam que muitas pessoas participaram da manifestação. Entre essas, homens e mulheres, jovens e adultos cujos nomes são preservados para evitar tentativas de criminalização do ato que os Enawene Nawe consideram político, e não delinquente. “[...] Todo mundo deu o dinheiro da venda de miçangas e pulseiras para comprar diesel [...]” (Representante do clã *Kairole*, Sunday Times Magazine, 15/02/2009).

Disseram ainda que eles haviam combinado que um deles levaria uma câmera para registrar a ação. No entanto, no momento dos fatos a tensão da situação fez com que o cinegrafista indígena esquecesse sua missão, e ele acabou não registrando nada. Alguns homens do clã *Anihali* se recusaram a participar da ação na PCH Telegráfica, pois temiam as represálias que poderiam acontecer em decorrência da manifestação.

Os Enawene se reuniram na aldeia. Nós estávamos em Juina. Os Enawene levaram a gasolina. Nós mesmos que compramos, não foi a Funai. Fomos nós. Pegamos um pouco de cada um. Um deu quinhentos reais, outro deu trezentos reais, outro deu duzentos reais. Nós juntamos. Nós não procuramos a Funai. Nós não conversamos com a OPAN nem com a Funai. Ninguém sabia. Vocês não sabiam. O Mario Lucio também não sabia. O Antonio Carlos também não sabia. Alguns Enawene foram para Juina e nós conversamos que a reunião não havia sido boa, que não tinha saído a compensação e por isso íamos queimar a PCH. Nós ficamos muito bravos. (...) Por isso queimamos a PCH, surgiu briga com os outros povos, por isso, também, queimamos. (Entrevista, 31/10/2008).

⁶² Acessado em <http://www.oeco.com.br/reportagens/37-reportagens/19949-assalto-a-hidreletrica>, em 20 de outubro de 2009.

Houve muita polêmica a respeito do que poderia ser o real motivo da ação dos Enawene Nawe. Na tentativa de explicar a situação, a maioria dos jornais entrevistou os empreendedores e representantes da SEMA-MT e da FUNAI, ignorando a versão indígena sobre os fatos.

Por que nós queimamos? Os Enawene me procuraram pelo telefone e disseram que o A. C. tinha dito que era para ir dez Enawene. Eu falei com ele e ele autorizou a ida de onze. Nós chegamos em Cuiabá e conversamos entre nós sobre compensação. Nós conversamos que se não fosse liberada a compensação nós não conversaríamos. Nós fomos para a reunião e ouvimos as propostas de nove PCHs por seis milhões ou oito PCHs por quatro milhões e novecentos mil. Pensamos que não estavam certas estas alterações. Nove PCHs por seis milhões, com a jesuíta inclusa. Porque isso, nós dissemos. Nós autorizamos cinco e hoje oito já estão liberadas. Nós assinamos apenas por cinco PCHs, não por oito, nem por nove. Nós pensamos e concluímos que não era certo o que estava sendo feito. (...) Vamos queimar, nós pensamos. Nós saímos da reunião e os outros índios pediram que nós esperássemos, que conversássemos com os empreendedores. Mas nós saímos mesmo assim. (...) Por isso queimamos a PCH, surgiu briga com os outros povos, por isso, também é que queimamos. (...) Com a soja foi o governo o responsável, PCH também, boi também. O que nós vamos fazer? Nós só comemos peixe, mel. Como vamos fazer o Kateoko, o Yaõkwa? Por isso decidimos queimar. (Entrevista, 31/10/2008).

Entidades e órgão governamentais iniciaram imediatamente uma guerra de “notas de esclarecimento” que tentavam gerar explicações para a ação dos indígenas. A nota da empresa Juruena alegava que a implantação do Complexo Juruena atendia todas as prerrogativas estabelecidas pela legislação. A nota da FUNAI, preocupada em esclarecer o aparecimento repentino do mapa com as 77 obras previstas para o Juruena, tratou de enfatizar a separação entre os estudos da EPE e o licenciamento do Complexo. Nesse, como em outros momentos, a OPAN prefere manter o silêncio e não se pronuncia publicamente sobre o fato. A visão da ONG aparece apenas em algumas reportagens, como a do jornal Valor Econômico (Resistência de índios põe em xeque projeto de hidrelétricas no MT, de 21/11/2008), na qual o coordenador da entidade questiona a atuação do órgão indigenista oficial durante o processo: “[...] o encaminhamento da questão junto aos índios foi mal conduzido pela FUNAI [...]”. Os Enawene Nawe, por sua vez, ficam aguardando a possibilidade de se pronunciar oficialmente para dar a sua

versão sobre o acontecimento, algo que ocorre apenas em dezembro, com a visita de uma jornalista do *The Sunday Times* à aldeia *Halataikiwa*.

A situação gerou um impasse para os Erawene Nawe que, por um lado, sentiam-se enganados, dizendo que sempre que aceitavam um acordo, na hora de formalizá-lo os eles eram alterados. Por outro lado, o impasse gerou um mal-estar entre eles e as demais etnias envolvidas no processo de licenciamento. “[...] Os outros índios vivem uma vida muito diferente. Eles não dependem dos peixes como nós, eles plantam soja, vivem como se vive nas cidades e estão mais longe das barragens [...]”. O clima era intensificado com a construção de um argumento que os apontava como um empecilho para fechar o acordo com os demais povos indígenas.

Nós ficamos muito bravos porque os outros índios disseram que era uma ONG que tinha convencido os Erawene. E por isso ficamos muito bravos. A FUNAI e os empreendedores também disseram isso. Foi uma ONG que disse isso para os Erawene, eles disseram. Nós dissemos que não foi nenhuma ONG que conversou conosco. Que fomos nós mesmo que decidimos. Que nós não somos bobos. Vocês não são donos do rio. Vocês têm apenas as cabeceiras. Por que vocês querem nove PCHs? Os outros índios nos responderam: Deixem fazer as nove PCHs, nós queremos os seis milhões. Os outros índios nos disseram. Não, nós respondemos. Nós não queremos nove PCHs. Vocês não são os donos dos rios, nós é que comemos peixes, vocês não conhecem a nossa cultura, nós é que conhecemos. Eles nos chamaram de bobos. Nós brigamos com os outros índios e por isso ficamos chateados. Foi assim que falamos. O que nós faremos agora? Nós brigamos com os outros índios. Por que não estamos mais organizados? (Entrevista, 31/10/2008).

Relatos dos Erawene Nawe apontam para relações históricas destes com os demais grupos indígenas da região e, segundo as informações, essas relações se deram em diferentes sentidos. Apesar de um contexto atual turbulento no relacionamento com os Nambiquara em decorrência de saques realizados por grupos erawene nawe e da utilização controversa, por parte destes, de território nambiquara para plantio de milho (além de um passado recente permeado por inúmeras situações de conflito direto), dizem os Erawene Nawe que num passado distante estas relações eram amistosas, marcadas por visitas mutuas e realização conjunta de determinados rituais. Em relação aos Myky, registros recentes da MIA e de OPAN também demonstram uma situação tênue dentro da

qual, a prática da pilhagem realizada pelos Enawene Nawe aparece como elemento desagregador dos dois grupos.

Aos Rikbaktsa eles atribuem um contexto ataques sistemáticos no qual prevalece a supremacia guerreira destes antigos inimigos que, atualmente, se articulam com os Enawene Nawe no âmbito da pauta do movimento indígena regional. E finalmente os Paresi são entendidos como uma espécie de parentes distantes por congregarem de uma proximidade na língua e de aspectos da cosmologia.

Colocar diferentes grupos indígenas em conflito tem sido uma estratégia utilizada desde o início da colonização portuguesa no Brasil. Mas, na situação em questão, o desespero dos Enawene Nawe tinha um motivo a mais – que para eles está acima das relações com os outros povos. A ameaça da falta de peixe (preconizada pelas análises ambientais) colocaria em risco a tênue relação com os *Yakaliti* e, com isso, todos estariam condenados à morte: “[...] Se o peixe morre, todos nós morreremos, nós (Enawene Nawe) morreremos, mas vocês brancos também morrerão! [...]” (Representante do clã *Kairole*, Sunday Times Magazine, 15/02/2009).

O relato dos Enawene Nawe aponta que houve uma grande euforia na aldeia no retorno do grupo que havia incendiado o canteiro de obras da PCH Telegráfica. Os que não foram queriam saber todos os detalhes do que havia ocorrido. O grupo retornou para a aldeia com seus troféus de guerra confiscados do inimigo, para reinventar seu próprio mundo, como diz Sahlins:

Retornando de proezas que transcendiam as fronteiras culturais e comunitárias, os homens traziam troféus de guerra ou de caça: bens ganhos em pilhagens ou nas trocas, visões, canções, danças, amuletos, curas e cultos, objetos familiares ou insólitos que pudessem ser consumidos, sacrificados, trocados ou variamente distribuídos para renovar e desenvolver as formas indígenas de vida (1997b, p.16).

É notável a concentração destas manifestações em determinados períodos específicos, como o bloqueio na ponte da rodovia MT 170 em maio (2007/2008), num momento que corresponde ao fim do cumprimento das etapas rituais prescritas no ritual *Yaõkwa*, na etapa após o retorno das barragens de pesca; e as ações nos canteiros de obras, em dezembro de 2007 e outubro de 2008, durante o ritual *Saloma*. Jakubazko

(2003) afirma que a concentração dessas ações em determinados períodos não deve ser compreendido como uma mera coincidência:

(...) os ataques sucedidos por mortes estão associados ao ritual Salumã. Coincidência ou não, empreender ataques não parece ocorrência aleatória entre os Enawene Nawe. As decisões de como, quando, e quem empreende a ação, são tomadas através das conversas noturnas em acampamentos, ou em reuniões feitas no pátio central se estão na aldeia. Estas reuniões geralmente acontecem sempre que as consideram necessárias, quando boatos ou situações emergenciais atingem maiores proporções. É um momento onde todos falam ao mesmo tempo, e se alguém fala sozinho, sendo ouvido pelos demais, é parte de um grupo de oradores preferenciais - que incluem novos a cada geração. (2003, p.95).

Na aldeia eles ficaram aguardando a reação de seu ato, mas dias depois, eles começaram a se preocupar. Apesar da seriedade da circunstância, nem a FUNAI, nem os empreendedores os procuraram para solucionar a situação. Diante da falta de notícias, decidiram enviar uma comissão até Juina para eles mesmos estabelecerem um canal de comunicação para solucionar o conflito. Entre o grupo de cinco pessoas estavam o Enawene Nawe com melhor fluência no português e o expoente o clã *Aweresese*, uma espécie de “príncipe”. Para o grupo, sua ação era uma tentativa limite de dar visibilidade para o problema e buscar uma solução definitiva para a situação.

O que pensamos antes de queimar a PCH? Fizemos várias manifestações e o governo não nos atende. Nós fechamos a BR de Juina, na ponte. É estrada federal, é do governo. E o governo não nos atendeu. Depois ocupamos a PCH, e o governo não nos atendeu. Novamente fechamos a ponte e o governo não nos atendeu. Por isso também ficamos com raiva. Não ficamos bravos só com as PCHs, quando fechamos a ponte queríamos os estudos, saúde também, o Rio Preto e o governo não sabe de nós. Por isso ficamos zangados. Nós queríamos, queríamos os estudos... Governo é o dono, vamos queimar nós decidimos. O governo não é certo, por isso queimamos. Lá longe a terra estava estragada a água também fedida... O Blairo Maggi não está certo, ele quer que os peixes morram, quer a água estragada e não pensa em nós. Acho que ele viu nosso rio bonito e pensou: “Agora será a vez desse rio”. Por isso também ficamos bravos. (Entrevista, 31/10/2008).

Na fala dos Enawene Nawe está exposta a conexão que eles fazem entre empreendedores e governo, algumas vezes se referindo a estes dois grupos como se eles fossem um bloco único. Ainda apresentam uma visão de que este processo em curso no

rio Juruena já ocorreu em outras regiões anteriormente e que agora o governo teria escolhido o noroeste de Mato Grosso para impulsionar seus planos de futuro para a sociedade não-indígena:

Veja aqui em Mato Grosso ainda é um pouco bonito, tem terra indígena. O governo pensou agora é a vez daqui, o Juruena é bonito, vamos fazer PCH. Ficamos bravos. O que este governo está pensando? Vamos estragar esse rio? (Entrevista, 31/10/2008).

Em Juina, a comissão solicitou para a FUNAI que viabilizasse a ida de 84 representantes Enawene Nawe para Brasília para um encontro com o Presidente do órgão, o antropólogo Marcio Meira, em busca de soluções para o impasse.

NÓS, ENAWENE Nawe, ESTAMOS AQUI NA FUNAI DE JUINA, LIDERANÇAS REPRESENTANDO TODA A NOSSA COMUNIDADE, (...) QUEREMOS UMA REUNIÃO COM AS AUTORIDADES COMPETENTES PARA RESOLVER OS PROBLEMAS DAS PCH'S, QUEREMOS QUE ESTA REUNIÃO SEJA LÁ NA NOSSA ALDEIA, (...) QUEREMOS QUE VENHA PARA ESTA REUNIÃO, O PRESIDENTE DA FUNAI, O MINISTRO DO MEIO AMBIENTE, PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, PRESIDENTE DA SEMA-MT, SEXTA CÂMARA E FUNAI JUINA E MPF/MT. (...) SE É DIFÍCIL A VINDA DESSAS AUTORIDADES PRA CÁ, ENTÃO PROVIDENCIE O NOSSO DESLOCAMENTO ATÉ ESTAS AUTORIDADES QUE PODEM SER AI MESMO EM BRASÍLIA-DF, SENDO QUE PARA FICAR REPRESENTATIVO AS DECISÕES DE UMA REUNIÃO NOSSO DESLOCAMENTO SERÁ DE 84 LIDERANÇAS ENAWENE Nawe. (...) QUEREMOS RESPOSTA RÁPIDO, SE NÃO HOVER LOGO ESTA REUNIÃO NÓS IREMOS BOTAR FOGO NAS OUTRAS PCHS RONDON, PARECIS, SAPEZAL E CIDEZAL. (...)

Nos dias 04 e 05 de novembro um grupo de 84 Enawene Nawe participou de reuniões em Brasília. Homens e mulheres, jovens e idosos; a reunião mobilizou a ida do alto escalão de chefias internas. Muitos Enawene Nawe queriam participar desse momento, seja pela importância política que ele representava, seja pelos trezentos reais de ajuda de custo oferecidos aos viajantes. Entre aluguel de ônibus, despesas de alimentação, hospedagem e ajuda de custo, estima-se que o encontro pode ter custado por volta de cem mil reais, conta paga pelos empreendedores.

Na reunião participaram o presidente da FUNAI e representantes da Casa Civil, ANEEL, EPE, e OPAN. Representantes do Complexo Juruena se revoltaram quando os Enawene Nawe não permitiram a sua participação no encontro financiado por eles. No fim os empreendedores tiveram que acompanhar tudo do lado de fora da sala.

Com tanto investimento em jogo, a disposição em resolver as pendências com os índios levou a empresa a bancar a ida dos 84 Enawenê Nawê a Brasília no início do mês. A empresa gastou R\$ 169 mil em hospedagem, alimentação e transporte para os índios, e não pôde participar da reunião. Os índios não quiseram. (Venda de energia renderá R\$ 110 milhões por ano, Valor Econômico, 21/11/08).

Um detalhe não habitual marcou o encontro. Diferentemente das manifestações, quando os Enawene Nawe seguiam com os corpos pintados de jenipapo e carregando consigo os cocares de pena de mutum, associados aos cerimoniais de referencia aos *Enoli*; nesta ocasião eles optaram por portar os cocares amarelos, utilizados em rituais ligados aos *Yakaliti*. Pode-se dizer que eles vestiram a roupa de gala para este evento tão importante.

Os Enawene Nawe disseram ao presidente da FUNAI: “[...] Nós perguntamos por que a FUNAI está a favor das barragens. O presidente disse que a decisão foi tomada pelo seu antecessor e que ele pensava que estavam fora da terra indígena. Ele prometeu mandar paralisar a obra [...]” (Representante do clã *Kairole*, Sunday Times Magazine, 15/02/2009).

Desta reunião resultou uma pauta na qual a FUNAI se comprometia a viabilizar a realização de estudos independentes para diagnosticar, de maneira mais precisa, a dimensão dos impactos do Complexo⁶³. O não cumprimento deste acordo é apontado,

⁶³ No dia seguinte a reunião, os representantes da EPE presentes no encontro assinaram um memorando dizendo que os compromissos firmados não seriam cumpridos tendo em vista que as decisões foram tomadas sob a pressão de um grupo grande de indígenas armados, como aponta reportagem do jornal Valor Econômico: “[...] A assinatura do documento foi feita sob a pressão de um grande número de índios armados, nervosos e tensos, segundo relatos de participantes. Essa situação levou o diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman, a enviar um ofício ao presidente da Funai, Márcio Meira, questionando a legitimidade da representação da Aneel no evento, em que um técnico assinou o documento em ambiente de confronto entre um número reduzido de agentes públicos e muitos índios mobilizados.[...]” (Resistência de índios põe em xeque projeto de hidrelétricas no MT, Valor Econômico, 21/11/2008).

pelos Enawene Nawe, como um elemento importante na sua decisão de aceitar a compensação financeira do Complexo Juruena, como veremos adiante.

No dia 10 de novembro oito representantes enawenenawe se encontram com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, que não fez questão de omitir o seu interesse enquanto empreendedor de parte do Complexo Juruena. O recado do governador foi claro: “[...] Vamos visitar uma PCH e eu mostrarei para vocês que não é tão ruim assim [...]”. Mas a resposta dos Enawene Nawe não agradou: “[...] Apenas cinco, nós aceitamos apenas cinco PCHs. Não queremos oito, nem onze. [...]”. O recado foi dado em português, já que Maggi sugeriu que eles se pronunciassem em língua estrangeira para evitar a tradução. “[...] Ele não é apenas o governador, ele é o chefe de soja e dono de algumas das obras. Ele não se preocupa com os animais, plantas, árvores, índios. Ele está apenas preocupado com dinheiro [...]”, sintetizou *Kawali* em entrevista ao *Sunday Times Magazine*.

A alta tensão das negociações entre os Enawene Nawe e os agentes interessados na produção de energia na bacia do Juruena (empreendedores e governo) se caracteriza pela pressão sobre populações que pagam o ônus para o crescimento do Brasil. Enquanto um grupo de Enawene Nawe se encontrava com o governador em Cuiabá, outro grupo procurava o apoio da Sexta Câmara em Brasília, para tentar embargar as obras no Juruena. Ao retornar da capital do país, esse grupo se encontra em Cuiabá com o juiz José Pires, responsável pela análise de uma das liminares do MPF, pedindo a paralisação das obras do Complexo Juruena. Mas o encontro foi desanimador para os indígenas, questionados pelo magistrado com a seguinte pergunta: “[...] Pode uma população de 530 habitantes impedir o progresso de 180 milhões de habitantes? [...]”.

Em dezembro surge a oportunidade de os Enawene Nawe se pronunciarem publicamente sobre a manifestação, o que ocorre com a visita da jornalista Christina

Lamb, do jornal *The Sunday Times*⁶⁴, numa atividade apoiada pela *Survival International*⁶⁵.

Os Enawene Nawe aguardavam ansiosos para a chegada da jornalista⁶⁶, momento para o qual se pintaram de jenipapo. No porto da aldeia, o barco encostou com a margem do rio tomada por homens com o rosto todo preto e portando seus arcos e flechas. Apesar do clima de tensão, a recepção, como é de costume, foi calorosa. Ao descobrirem a função desempenhada por ela, os Enawene Nawe ficaram ainda mais empolgados. Finalmente eles teriam a chance de explicar com detalhes, os motivos de sua ação na PCH Telegráfica. E quem colheria as informações seria nada menos do que uma mulher destemida, amiga do exército, que encarava as bombas e tiros nas coberturas de guerra. Foi nesse contexto que eles contaram a sua versão do conflito:

Passamos seis a oito dias planejando o ataque. Algumas pessoas ficaram com muita raiva e queriam ir e matar os brancos. Eles disseram que se não fosse assim, não iria resolver nada, eles iam simplesmente voltar atrás e começar a trabalhar novamente. Mas nós concordamos que não seria assim, só se eles tentassem nos matar primeiro. Chegamos lá por volta de 08 horas, apontando os nossos arcos e flechas, gritando e gritando para assustar. A primeira coisa que fizemos foi tirar as rádios dos guardas e cortar os cabos de telefone para impedir a comunicação. (Representante do clã Kairole, *Sunday Times Magazine*, 15/02/2009).

O mestre de cantos falou para a jornalista que as coisas não iam bem. Apresentou relatos de efeitos nocivos que a construção das obras do Complexo Juruena tem trazido para o seu povo. Que a terra carregada pela água estava causando o assoreamento do rio e alguns buracos, considerados moradas de *Yakaliti*, estavam ficando cheios de areia. A

⁶⁴ Desde agosto de 2008, a *Survival International* cogitava a possibilidade de enviar um correspondente do jornal britânico, *The Sunday Times*, para uma visita a aldeia Halataikiwa. A proposta era realizar uma reportagem abordando a realidade de um dos tantos povos indígenas brasileiros e comemorar os quarenta anos de fundação da organização inglesa. Mas entre uma coisa (proposta) e outra (viagem) aconteceu a ação do Enawene Nawe na PCH Telegráfica.

⁶⁵ Utilizando de uma estratégia diferenciada da OPAN, a *Survival* apostou na exposição do contexto de implantação do Complexo Juruena como uma medida de tornar público os impactos do empreendimento sobre os Enawene Nawe.

⁶⁶ Lamb é correspondente de guerra do jornal, divide o seu ano entre o tempo que passa com a família em Londres e o tempo que passa no Afeganistão. Como ela já morou no Brasil, acabou sendo escalada para realizar essa pauta.

consequência disto já estava sendo percebida pelos membros do clã *Kairole*, entre os quais, várias crianças, tinham sido acometidas por fortes diarreias⁶⁷.

Mas a despeito dos desdobramentos da ação realizada pelos Enawene Nawe na PCH Telegráfica – e das promessas da reunião realizada com uma comitiva de 84 pessoas junto à FUNAI, em Brasília -, de fato o isolamento político em relação as demais etnias e a falta de alternativas para encaminhar a situação foram, aos poucos, se tornando decisivas nas estratégias tomadas pelo grupo deste ponto em diante.

Em fevereiro de 2009, como tem sido regra nos últimos anos, os Enawene Nawe se deslocaram num grupo grande de pessoas para Juina em busca de angariar recursos para custear a pescaria de barragem do ritual *Yaõkwa*. Após inúmeras tentativas juntos aos seus parceiros (FUNAI, Prefeitura de Juina, OPAN) e sem ter conseguido sucesso nas negociações os Enawene Nawe receberam uma proposta irrecusável diante da situação de extrema necessidade: os empreendedores ofereceram seis mil litros de combustível e apresentam um pedido de retomada das negociações para liberar as obras do complexo Juruena, ao que os Enawene Nawe respondem em forma de documento enviado para a FUNAI-Brasília, MPF, OPAN, Grupo Maggi e Grupo Juruena; no dia 06 de fevereiro, intitulado como ‘CARTA DA COMUNIDADE ENAWENE-NAWE’ e traduzida por um funcionário (não citado) da NAL-FUNAI de Juina :

Nós Povo Indígena Enawene-Nawe, estamos reunidos para **YAOKWA (RITUAL DE PESCARIA)**, até o final do mês de Abril, mas estamos solicitando junto da **FUNAI DE BRASÍLIA-DF**, que providencie, uma reunião com os empreendedores do grupo Maggi e Juruena das 08 PCH’s do complexo do Juruena, para voltarmos a discutir as propostas compensatórias referente aos empreendimentos da PCH’S do Rio Juruena. Queremos marcar esta reunião no dia 30 de Março DE 2009, junto dos empreendedores e representantes das outras Etnia (**RIKBAK TSA, MYKY, PARECIS E NAMBIQUARA**), afetos no processo das PCH’s no Rio Juruena, a reunião definira a questão das 08 PCH’S em processo de construção, mas não aceitamos a construção das 84 PCH’S com o governo pensa.

Nesse momento parece ter sido selada a posição dos Enawene Nawe em relação às obras no Juruena. Por mais que essas pudessem colocar em risco os recursos

⁶⁷ A reportagem intitulada como “O povo que não se resigna”, deu visibilidade internacional para a questão. A partir de sua divulgação, os Enawene Nawe passaram a figurar como um dos grupos ícones da luta contra barragens.

pesqueiros tão necessários à sua vida, de outro lado essa parecia se consolidar como a maneira mais real de garantir os aportes financeiros necessários para a realização das pescarias e expedições de coleta inseridas nos rituais. Os recursos advindos do Complexo Juruena aos poucos se consolidavam como os mais afiançados para os Enawene Nawe.

No final do mês, como fazem todos os anos, os homens se dividiram em grupos pelo território para realizar as barragens de pesca do ritual *Yaōkwa*. Parte dos homens, os membros dos clãs *Aweresese* e *Lolahese*, permaneceram na aldeia cumprindo suas obrigações de anfitrião do ritual que já havia sido desempenhada no ano anterior, e, como manda a regra, exercia o segundo ano no ciclo bienal nesta função. Os demais clãs se espalharam por cinco barragens de pesca, em diferentes rios. Mesmo separados em lugares distantes, os Enawene Nawe mantinham a comunicação para organizar a sua participação na reunião com os empreendedores e FUNAI, agendada para março.

Algumas pessoas que estavam na barragem do *Olowina* promoveram a passagem de uma lista que circulou por todas as outras barragens e também pela aldeia, na qual os interessados em adquirir um motor de popa através dos recursos da compensação, deveriam anotar o seu nome⁶⁸. Essa prévia antecipava que a decisão deles já estava tomada. Coincidentemente, nesse mesmo período passou a ser cogitada a contratação, pelos empreendedores, do indígena responsável pela tal lista.

No início de abril ocorreu, enfim, a reunião que selou o acordo entre indígenas e empreendedores. Os Enawene Nawe contam que o encontro foi tenso, que as demais etnias temiam que eles pudessem, a qualquer momento, voltar atrás em sua decisão. Após assinar a Ata, eles chamaram os representantes dos outros povos e lhes disseram:

Pronto, nós assinamos. Vocês não terão problemas, nós é que teremos. Vocês estão longe dos empreendimentos, nós é que dependemos dos peixes para sobreviver. Os empreendedores dizem que os impactos serão pequenos. E se não forem? Por isso, se os problemas forem muito grandes, vocês terão que nos ajudar a resolvê-los. (Entrevista, 04/04/2009).

⁶⁸ Percebe-se a participação determinante dos indígenas ligados à barragem do *Olowina* no processo de negociações, em alguns momentos, polarizando o posicionamento em relação ao grupo da barragem do *Adowina*.

Frente à pressão das demais etnias envolvidas no licenciamento do Complexo Juruena, do não cumprimento das promessas realizadas pelo presidente da FUNAI durante o encontro em Brasília, mas principalmente, estando muito próximo de se concretizar o sonho da autonomia financeira necessária para a plena execução dos rituais; os Enawene Nawe decidem seguir o mesmo caminho dos Paresi, Nambiquara, Rikbaktsa e Myky. Nessa reunião os Enawene Nawe aceitaram oficialmente a compensação financeira no valor de um milhão e quinhentos mil reais associada a uma proposta definida anteriormente entre FUNAI, empreendedores e um grupo de Enawene Nawe ligados à barragem do *Olowina*⁶⁹ que garantiria, durante pelo menos dois anos, a plena realização das expedições de pesca e coleta prescritas nos cerimoniais enawene nawe.

Neste caso, assim como na análise de Gluckman (1987), o dinheiro foi um elemento determinante de coesão social num sistema com interesses diversos (e algumas vezes divergentes).

A decisão de aceitar estes recursos gerou fissões internas entre grupos favoráveis ao recebimento da compensação e grupos contrários às obras. Mesmo assim, os Enawene Nawe mantiveram a estratégia de manter uma postura única em suas representações externas, situação que, em determinados momentos, foi utilizada por grupos internos em busca de ascensão, para legitimar externamente posicionamentos sem anuência interna.

Após essas negociações a empresa Juruena decide contratar um Enawene Nawe para realizar a intermediação das negociações do Complexo⁷⁰. O indígena contratado (*enetonasali* do clã *Kairole* e do grupo da barragem do *Olowina*) assume, a partir de então, uma situação controversa. De um lado é pressionado por seu povo a reivindicar as demandas indígenas junto à empresa, mas, de outro, é pressionado pelos patrões que tentam eliminar o contraponto indígena que, a todo momento, “atrapalharia” o processo.

Segundo Gluckman (1987), “[...] Mudanças na participação em grupos e em relacionamentos capacitam os indivíduos a agirem de acordo com valores diferentes e até mesmo contraditórios. [...]”. O indígena contratado, a despeito de sua posição ambígua,

⁶⁹ Mesmo após a assinatura do PBA que consolidou “oficialmente” a trégua dos indígenas, eles mantiveram reivindicações para a realização de estudos independentes e do pagamento de uma compensação permanente, mantendo uma postura de defesa do sistema cultural (peixe-gasolina).

⁷⁰ A contratação ocorreu de forma extra-oficial, já que apesar de ele ser remunerado mensalmente pela empresa Juruena Participações, não existe um contrato de trabalho estabelecido em regime de CLT. Este mesmo indígena foi eleito para a função de representante enawene nawe no Conselho Gestor para acompanhar a execução do PBA.

não abandonou a pauta política do seu povo nos debates junto aos empreendedores, o que não evitou os comentários sobre certa disputa incipiente entre os líderes com reconhecimento interno e novas formas de representação política, criadas a partir de relacionamentos externos, situação agravada pela morte recente dois dos maiores expoentes do povo Enawene Nawe, como veremos a seguir. A contratação deste Enawene Nawe, segundo a visão do próprio grupo, poderia criar um canal de legitimação de posicionamentos não prescritos pela estratégia coletiva do povo, criando uma chefia com reconhecimento externo, mas sem legitimidade interna.

Para Sahlins (2004), a sociedade ocidental tem a necessidade de determinar chefes quando se relaciona com grupos indígenas: “[...] a primeira inclinação das pessoas da cidade é “encontrar o chefe” – uma necessidade tão compelida que os chefes nômades devem ser inventados se ainda não existem. [...]”. O forjamento de novas formas de representação de maneira sobreposta aos arranjos locais é analisado por Arruda:

A intermediação protecionista, por sua vez, exercida tanto pelos jesuítas quanto pelo Estado (...) solapam a autonomia dos grupos locais e do povo como um todo. Além disso, no espaço interior vai tentar continuamente impor um ‘príncipe’, seja pela criação dos ‘capitães’ como chefes de aldeias, seja pela invenção do ‘chefe geral’ (...) (2003, p.08).

No período da assinatura do PBA e nos meses seguintes, uma série de acontecimentos sequenciais atingiu de forma avassaladora a vida dos Enawene Nawe. Durante as barragens, uma epidemia de malária atingiu mais de 35% da população. Nesse mesmo período, três crianças faleceram (as três eram netas de importantes *sotakatali*) e a pescaria de barragem do *Yaōkwa* foi um fiasco, pois, segundo os Enawene Nawe, os *Yakaliti* estavam segurando os peixes nas cabeceiras dos rios⁷¹. Pela primeira vez o ritual é realizado com peixe congelado comprado pela FUNAI.

Desesperados com a possibilidade de ter que retornar para a aldeia com pouca quantidade de peixe, uma comitiva da barragem do *Olowina* decide apelar para que a FUNAI comprasse o pescado. No começo a estratégia não agradou a todos, algumas

⁷¹ Segundo Santos & Santos (2008): “[...] Por conduzirem os peixes para o interior das armadilhas, os iakayreti recebem em troca o sal vegetal e alimentos à base de milho, mandioca e peixe (que só os humanos são capazes de produzir) servidos nas grandes cerimônias rituais no pátio da aldeia [...]” (Santos & Santos, p. 05).

expoentes clânicos da barragem do *Adowina* preferiram aguardar um pouco mais para ver se a quantidade de peixe na barragem aumentava. Mas a quantia irrisória de pescado, capturado a cada dia, fez com que todos acatassem a estratégia da compra.

Finalizando o período de catástrofes, ocorre o falecimento súbito de dois grandes *sotakatali*, em mortes rápidas e enigmáticas⁷². Ambas as mortes tiveram interpretações de outra ordem, associadas às ações dos *Yakaliti* e *Enoli*, mas também ao uso de veneno, algo que gerou um clima de hostilidade entre grupos enawene nawe⁷³.

Poderíamos esperar que diante de tantos flagelos os Enawene Nawe associariam o seu aval à construção do Complexo Juruena (colocando em risco os seus recursos pesqueiros) ao conjunto de acontecimentos que os abateu. Mas não é isso que acontece. Mesmo diante de uma situação extrema e da convergência de catástrofes de dimensões imagináveis, eles preferem associar os acontecimentos à quebra ou descumprimento de regras sociais, e não a construção das PCHs. A epidemia de malária, as mortes e a falta de peixe foram associadas à fúria dos *Yakaliti* que estariam insatisfeitos com a falta de oferecimentos, em especial, das distribuições compulsórias, realizadas pelos indivíduos de maneira desvinculada dos cerimoniais.

Retornando para a aldeia, com o peixe comprado e a compensação engatilhada para o início da aplicação dos recursos financeiros, deu-se início a um processo longo de tomada de decisões sobre a utilização destes. Os Enawene Nawe instalam uma caixa de som e um microfone no centro do pátio para debater o que seria feito com a compensação. As conversas duraram quatro dias. Strathern (1998) questiona se o aumento na quantidade dos bens teria implicações diretas para o aumento das relações de reciprocidade que permitem absorver esses recursos:

O que seria a inflação em uma economia da dádiva, baseada na produção consumptiva? Presumivelmente, acarretaria mudanças nas taxas de reprodução das relações. A inflação em uma economia da dádiva poderia, assim, ser definida como um aumento na quantidade de coisas, bens ou dinheiro, em detrimento da capacidade que as relações têm de absorvê-las, ou seja, de se reproduzirem por meio delas. As relações expandem-se para acompanhar a crescente circulação das coisas. Podem se expandir

⁷² Um deles, do clã *Aweresese*, faleceu em junho de 2009 em decorrência de uma picada de cobra, o outro, do clã *Anihali*, faleceu menos de um ano depois em decorrência de um câncer.

⁷³ O clima de acusações foi intensificado com a proximidade entre a morte dos dois maiores referenciais do povo Enawene Nawe.

mediante a intensificação das interações, reproduzidas, por assim dizer, a cada novo momento de objetivação ou atualização. O resultado não é, necessariamente, “mais relações”; pelo contrário, a premissa subjacente da reciprocidade ou das relações de obrigação pode simplesmente ser evocada com maior frequência e segundo um nível mais elevado de demandas internas. Então, o que é passível de aumentar são as ocasiões em que as relações são ativadas. (1998, p. 17 e 18).

As conversas para decidir sobre a aplicação dos recursos tomaram quatro dias inteiros com participação ativa de homens e mulheres debatendo o assunto no pátio da aldeia. Muitos estavam descontentes com a proposta que havia sido acordada com os empreendedores, em março. A proposta de adquirir 25 motores de popa e 25 barcos de alumínio não atendia às expectativas de todos que desejavam obter o seu veículo náutico por meio do PBA. No final dos debates, duas caminhonetes 4x4 foram excluídas da proposta para dar lugar a mais 26 motores de popas (reivindicação dos jovens) e de utensílios domésticos (reivindicação das mulheres). No final das contas a proposta incluiu um acréscimo de 51 veículos à frota náutica dos Enawene Nawe, o que significa maior necessidade de combustível.

Esses debates foram seguidos de uma rodada pública onde os *Sotaliti* tomam posse do microfone para anunciar que os *Yakaliti* pretendem fazer a cobrança de antigas dívidas não pagas. Eles seguem, casa por casa, apontando quebras de regras que geraram dividendos agora reivindicados pelos espíritos, o que nos indica que os apontamentos de Strathern (1998) podem nos indicar um caminho possível para o desdobramento oriundo do inchaço de recursos que o PBA significou para os Enawene Nawe, suscitando um inchaço de dividendos:

A escalada decorre não apenas da quantidade de bens de consumo disponíveis, mas da capacidade de essas relações crescerem e se expandirem em intensidade, variedade e atualização. Tal possibilidade, por sua vez, deriva do fato de tais relações dizerem respeito à continuidade dos bons sentimentos — mantendo um fluxo de sentimento entre parentes (1998, p.22).

Em alguns estudos que abordam os impactos de obras de infra-estrutura sobre populações indígenas (Leal, 2006) destacam-se os comentários que enfatizam o quanto as compensações têm sido generosas ao garantir uma melhor qualidade de vida através da privatização de serviços que legalmente são obrigação do Estado oferecer, tais como

saúde e educação. Baines (2001) enfatiza que essa não é uma mera coincidência. Por trás destas boas intenções, esconde-se o triste cenário de ineficiência do estado nacional no cumprimento do seu papel:

As concessões, por parte do governo, de “autodeterminação” aos povos indígenas, junto com cortes em recursos para projetos sociais de saúde, educação e desenvolvimento comunitário, criam situações em que os índios terão poucas opções a não ser negociar diretamente com as grandes empresas que têm interesses econômicos em suas terras. (2001, p. 12 e 13)

O pacto entre indígenas e empreendedores intensifica a relação entre estes. Com o acordo compensatório firmado e a contratação de um indígena pela empresa Juruena, os dois grupos se aproximam, situação que determinados grupos enawene nawe apontam como uma aliança estratégica com setores de poder da sociedade não-índia. Por outro lado, como a sua posição se tornou determinante para a conclusão do impasse entre indígenas e empreendedores, para os Enawene Nawe, trazendo o domínio da situação para as suas mãos. Sendo assim, participar (e autorizar) as obras seria uma estratégia de manter o controle sobre determinado contexto, um processo próximo apontado por Albert (2002), segundo o qual, após um período de “simbolização etnocêntrica”, os povos indígenas passariam para uma “simbolização relativista” da sociedade brasileira. Seria então “[...] uma passagem da "resistência especulativa" (discurso sobre o outro para si) à "adaptação resistente" (discurso sobre si para o outro): de um discurso cosmológico sobre a alteridade a um discurso político sobre a etnicidade [...]” (Albert, p.05).

Como era de se esperar, inevitáveis conflitos tem vindo a tona com o descontentamento de alguns Enawene Nawe diante do uso da compensação. Estes recursos não são pequenos, no entanto são finitos. O aumento da frota náutica preconiza o aumento do volume de combustível necessário para a realização das ações que visam apaziguar a ira dos *Yakaliti*. Diante dessa situação, os empreendedores já anteciparam, aos indígenas, a sua moeda de barganha para que garantir o licenciamento, sem maiores polêmicas, das demais usinas previstas para o Complexo Juruena (PCH Jesuíta e UHEs Cachoeirão e Juruena): continuar atendendo as demandas rituais dos Enawene Nawe através de novas compensações por novos empreendimentos.

Determinados grupos familiares à procura de ascensão interna, buscam a elevação de seu status social através do estabelecimento de relações externas estratégicas no bojo da implantação do Complexo Juruena. A gerência dos recursos financeiros garante para determinados indivíduos sem autoridade interna, uma posição de destaque suplantada por formas inovadoras que surgem a partir do relacionamento com diferentes frentes da sociedade e do Estado brasileiro; um ponto central para um povo que tem na concepção de união de diferentes clãs em uma única aldeia, o cerne de seus cerimoniais e da sua política.

A descrição da sua participação durante o licenciamento do Complexo Juruena nos leva a perceber que, para eles, o item fundamental e determinante em termos do processo de tomada de decisão é, sem dúvida, a garantia da realização de seus cerimoniais, com destaque para a execução do *Yaõkwa*, o mais longo destes. Para os Enawene Nawe, a possibilidade de uma autonomia financeira que garantia a realização dos rituais (por meio do acréscimo na frota náutica e da aquisição de combustível) era uma questão muito mais emergencial e problemática diante dos “previsíveis” riscos que a implantação do Complexo Juruena poderia trazer.

Essa observação converge com a análise de Jakubazko (2003) ao abordar a tentativa frustrada de abrir uma estrada ilegal no interior da terra indígena. Segundo ela: “[...] em nenhum momento os rituais dos Enawene Nawe estiveram ameaçados, ao contrário, permanecem prioritários, bem como reguladores da ordem social e da vida dos Enawene Nawe [...]” (Jakubazko, p.112).

Os recursos financeiros da compensação vêm para sanar um déficit imediato e periódico dos cerimoniais enawene nawe - que desde 1997 passou a operar dentro da lógica da gasolina e dos motores de popa. Seja cogitando a possibilidade de diminuição da ictiofauna (prenunciada pelas análises ambientais), ou a possibilidade de adquirir autonomia de renda (que tem como pano de fundo a realização das pescarias e coletas rituais, movidas à gasolina); o fato é que o que está em jogo é sem dúvida a manutenção de um modo de vida próprio, baseado na harmonização das relações entre homens e espíritos, que só pode ser alcançada por meio da realização dos cerimoniais. Esse parece ser o ponto crucial, determinante para as escolhas dos Enawene Nawe, de maneira próxima à análise de Sahlins:

Os Inuit não querem abrir mão de seus trenós motorizados, nem os nativos de Fiji de seus motores de popa; mas querem utilizá-los para seus próprios fins, como, por exemplo, visitar os parentes. Eles querem englobar a ordem global em suas próprias ordens cosmológicas (1997b, p.30).

Para os empreendedores, o pagamento da compensação encerrou o “impasse” indígena ao empreendimento, de acordo com a reportagem do Diário de Cuiabá: “[...] O consenso agora dá trégua à polêmica deflagrada entre índios desde o ano passado devido ao temor de possíveis danos ambientais. [...]” (Índios dão trégua a PCHs no Juruena, Diário de Cuiabá, 06/04/2009). Mas, se para as empresas, a assinatura do PBA colocou um “ponto final” na história, para os Enawene Nawe esse enredo ainda compreende mais um capítulo. Como aponta Neves (2007), esse acordo de paz pode não ser tão duradouro quanto desejam os empreendedores já que “[...] Os conflitos são contínuos e evolutivos, com a permanência das PCHs depois da construção e a solicitação das comunidades indígenas por “royaltes” sobre a energia produzida [...]” (Neves, p. 94). Como dizem os Enawene Nawe: “[...] As PCHs ficarão para sempre. [...]”, motivo que os faz sonhar com o *manetanasali* (pagamento permanente).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a compreender os elementos centrais no processo de tomada de decisão dos Enawene Nawe diante da implantação do Complexo Hidrelétrico Juruena. A escolha do tema analisado teve como alvo a promoção do debate sobre situações em que planos governamentais - e a lógica desenvolvimentista que historicamente guia os processos de apoderação da Amazônia - geram situações críticas para as populações indígenas que, em meio a esse processo, são compelidas a repensar o seu próprio sistema social a partir das alterações engendradas nas paisagens tradicionalmente ocupadas por elas.

A inovação desta abordagem está no fato dela lidar com empreendimentos (no caso as PCHs) que até pouco tempo atrás eram tidos como inofensivos tanto do ponto de vista ambiental, quanto social. Por outro lado, a antropologia tem concentrado esforços no estudo de projetos incidentes sobre terras indígenas, enquanto que na situação em análise, as obras estão localizadas fora da área demarcada, mas dentro do território de ocupação imemorial dos Enawene Nawe. Centralizando a investigação no discurso deste grupo ao longo do processo de licenciamento do Complexo Juruena, veio à tona a concepção de que o olhar indígena enxerga problemas, mas também oportunidades na situação em questão; o que os faz desenvolver mecanismos para lidar com esta ambiguidade.

A primeira tarefa desta monografia foi a compreensão do sistema social enawene nawe, em especial dos elementos que, dentro desta estrutura, foram decisivos no diálogo que o grupo estabeleceu no âmbito do licenciamento do Complexo Juruena. Em seguida explanou-se sobre as etapas desde o planejamento, até o licenciamento das obras, abrangendo as estratégias políticas para viabilização do empreendimento em um cenário de forte contestação indígena. Por fim, foi realizada a descrição da situação sob análise, com foco na participação dos Enawene Nawe ao longo do processo.

A aparente contradição que envolve a opção deste grupo indígena por negociar os recursos da compensação financeira, mesmo diante dos riscos que o empreendimento representa para recursos centrais da sua vida (em especial, o peixe), mostra que, para além de um discurso ambiental, para eles, o que está em primeiro lugar são as obrigações imediatas para com os *Yakalit*, ou seja, a realização de seus cerimoniais. Sem as músicas

e sem o oferecimento de comidas e bebidas, a ira desses seres pode ser levantada, levando à morte todo o povo Enawene Nawe e, desse modo, a compensação serviria para garantir as demandas mais emergenciais do ritual - motores para quem não tem e gasolina em abundância para todos. O pagamento permanente seria o ingrediente final desta receita de autonomia ritual. A possibilidade de ter acesso ao recurso pesou no outro lado da balança, num panorama em que a realização das obrigações com os espíritos depende de uma grande demanda por gasolina, necessária para a realização dos cerimoniais. Assim, os Enawene Nawe decidiram, como dizem, “experimentar” essa nova oportunidade.

Mas ao analisar o processo percebe-se que esse não é o único fator determinante. Ao descrever os posicionamentos dos Enawene Nawe diante do licenciamento e instalação do Complexo Juruena, vêm à tona três outros elementos extremamente relevantes para as opções e táticas do grupo. Em primeiro lugar, grupos e indivíduos em busca de ascensão interna se aproveitam de oportunidades oferecidas pelo contexto para cunhar novas modalidades de status interno, pautadas no relacionamento com órgãos licenciadores, mas especialmente, com os empreendedores. Nesse ponto figura o destaque associado à gestão da interlocução e dos recursos financeiros do PBA.

Em segundo lugar, os Enawene Nawe optam pela estratégia de trazer para o seu próprio mundo, as situações inusitadas que surgem no relacionamento com frentes da sociedade brasileira. “Participar” e “autorizar” as obras no rio Juruena, figura como uma tentativa de manter, mesmo que simbolicamente, o controle de uma situação que, na prática, eles tinham chances reduzidas de comandar.

Por fim, a pressão das demais etnias envolvidas no licenciamento em certas situações foi determinante para a tomada de decisão dos Enawene Nawe. Nas falas destes fica claro o incomodo que eles sentem ao assumir um posicionamento que não é compartilhado pelos outros povos indígenas impactados. Este é também, oficialmente, o elemento central no discurso enawene nawe ao justificar a anuência deles ao Complexo Juruena.

Mas se ao longo do processo a escolha dos Enawene Nawe oscilava entre a estima pelos recursos colocados em risco pelo Complexo e a possibilidade de equacionar a balança financeira dos cerimoniais, a partir de 2008 a história ganha uma nova dimensão quando, durante uma reunião com a EPE, eles são informados de que o

governo federal planeja a implantação de um total de 77 obras na bacia do rio Juruena⁷⁴. A mudança de uma visão micro para uma visão macro – ou seja, de um panorama que oscilava entre 5 e 11 obras para uma previsão de 77 - provocou uma mudança de visão de determinados grupos internos que passaram a ter um olhar regional diante das do efeito sinérgico das obras e das perspectivas futuras que poderiam colocar em risco os cerimoniais, em especial, a baixa pesqueira.

Entender o paradoxo que o Complexo Juruena representa para os Enawene Nawe é ponto fundamental para a apreensão das estratégias e posicionamentos destes ao longo do licenciamento das obras. Só se compreende o risco corrido por eles ao avaliar as obras, quando se percebe o risco constante que envolve a realização dos seus rituais. Tempos atrás, boa parte do que eles precisavam para a realização destes cerimoniais estavam ao alcance, nos estoques salvaguardados pelo território, com relativas limitações impostas por conflitos com outros grupos indígenas. Recentemente, a aproximação de frentes colonizadoras – e a conseqüente degradação da região – colocam em alerta o nível de segurança de alguns desses recursos. Mesmo com a demarcação da Terra Indígena Enawene Nawe, e apesar da sua notável conservação, os Enawene Nawe dependem, ainda hoje, de muitos recursos que são acessados apenas fora do território demarcado.

Os Enawene Nawe operam com a lógica da fartura, e não com a lógica da escassez e da racionalidade, típicas do sistema capitalista. A máquina ritual impõe um movimento constante de oferta e consumo, que determinam a aquisição, uso e esgotamento dos recursos em períodos curtos. A mesma lógica opera a relação com bens industrializados, feitos para serem obtidos e aproveitados sem restrições ao uso. Ao contrário das reservas do território, a gasolina demanda uma nova dinâmica para ser acessada. A partir do momento em que o combustível ganha destaque central na cena ritual, a demanda por renda adquire um caráter determinante para a harmonização das relações entre homens e espíritos. Por fim, o incremento de 51 motores de popa à frota náutica dos Enawene Nawe justifica a busca do grupo pela obtenção de um pagamento permanente. Enfim, tudo a serviço dos cerimoniais.

⁷⁴ Desse total, trinta tiveram seu projeto suspenso através de uma negociação entre a FUNAI e a ANEEL que resultou no Despacho 2443/08.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

JGP Consultoria e Participações

2006 AAI – COMPLEXO JURUENA. Volume 01.

ALBERT, Bruce

2002 O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza In Albert, B. & Ramos, A. Pacificando o Branco. Cosmologias do contato no norte amazônico. São Paulo: Editora UNESP.

ARRUDA, Rinaldo

2003 Representação e participação indígena nos processos de gestão do “campo indigenista”: Que democracia? in Revista ANTHROPOLÓGICAS, ano 7, volume 14 (1 e 2): pps 35-45.

BAINES. S. G.

1993 Censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari, Série Antropologia, Brasília, vol. 148, UnB.

2001 As Terras Indígenas no Brasil e a “Regularização” Da Implantação de grandes Usinas Hidrelétricas e projetos de Mineração na Amazônia

BASINI, José E.

2003 O povo que nunca dorme. Ensaio sobre vitalismo enawene nawe. Mimeo, Arquivo OPAN: Cuiabá-MT.

2007 Cabeza de motor. Ensayos sobre mecano-canibalismo. In GUIGOU, L. N. (org.) Trajectos Antropológicos, Montevideu-Uruguay, Editora Nordan Comunidad.

COSTA, Romana Maria Ramos.

1985 Cultura e contato: um estudo da sociedade Paresí no contexto das relações interétnicas. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DAL POZ, João

2006 OS ENAWENE-NAWE e a estrada SAPEZAL-JUINA – MPF (Laudo antropológico – Processo 1998.36.00.005807-4). Juiz de Fora/MG.

DOCUMENTO ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA

2003 Complexo Juruena: Diagnóstico Antropológico e do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural. Volume 01.

GLUCKMAN, Max.

1987 Análise de uma situação social na Zululândia moderana. In: FELDMANN-BIANCO, Bela (Org.) Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo : Global, p. 227-305.

JAKUBASZKO, Andrea

2003 Imagens da alteridade: um estudo da experiência histórica dos Enawene Nawe. São Paulo/SP: PUC (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Marcelo Gonçalves de

2008 Parecer Técnico 020/2008 – CMAM/CGPIMA/DAS/FUNAI: Análise da Avaliação Ambiental Integrada da Bacia do Alto Juruena, 30 fls, FUNAI.

LISBÔA, Thomaz A.

1985 Os Enawene Nawe: primeiros contatos. São Paulo/SP: Editora Loyola.

MAPPA Engenharia e Consultoria

2006 Estudo complementar do Diagnóstico Antropológico das oito PCHs do Complexo Juruena. Brasília.

NEVES, Iane A.

2007 Conflitos institucionais em empreendimentos do setor hidrelétrico: estudo de oito pequenas centrais hidrelétricas/PCHs na bacia hidrográfica do rio Juruena, no estado de Mato Grosso. Universidade Católica de Brasília: Brasília.

OPAN/GERA

1995 Estudos das potencialidades e do manejo dos recursos naturais na área indígena Enawene Nawe. Cuiabá/MT: OPAN-UFMT/GERA.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile

2007 Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países. Campinas/SP: UNICAMP (Dissertação de mestrado).

REZENDE, Ubiray M. N.

2006 Apontamentos Sobre a Escrita Enawene-Nawe (Aruák). Mimeo: Rio de Janeiro-RJ: UFRJ.

RODGERS, Ana Paula L.

1996 Descantando caminhos - da ecologia musical enawene nawe (reflexões preliminares). http://abaete.wikia.com/wiki/Descantando_caminhos_-_da_ecologia_musical_enawene_nawe_%28reflex.

2006 Carta ao Procurador da República Mário Lúcio Avelar acerca da importância da Micro bacia do Rio Preto aos Enawene Nawe . 13 pp., (Mímeo).

SANTOS, Gilton M.

2003 Da Cultura à Natureza: um estudo do cosmos e da ecologia dos Enawene-Nawe. São Paulo/SP: USP (Tese de Doutorado).

2004 Diagnóstico socioambiental das terras indígenas do noroeste de Mato Grosso. Cuiabá: GERA/UFMT, PNUD, FEMA/MT.

SANTOS, Gilton M. & SANTOS, Geraldo M.

2008 Homens, peixes e espíritos: a pesca ritual dos Enawene-Nawe. Campo Grande/MS: Revista Tellus, ano 08, n. 14, p. 39-59.

SILVA, Marcio F.

1998 Tempo e espaço entre os Enawene Nawe. São Paulo/SP: Revista de Antropologia da USP.

2008 A Evolução da População Enawene-Nawe: passado recente e tendências. Mimeo, Arquivo OPAN, Cuiabá-MT.

2010 Sobre a recente divisão da população Enawene-Nawe em duas aldeias. Mimeo, Arquivo OPAN, Cuiabá-MT.

SAHLINS, Marshall

1997a Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

1997b “O pessimismo sentimental - Parte II”, in Mana 3 (2): 103-150, UFRJ: Rio de Janeiro-RJ.

2004 Cultura na prática. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

SOUZA, Narci dos Santos

2009 Rio Juruena: Constituição do território de um povo. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

STRATHERN, Marilyn

1998 Novas formas econômicas: um relato das terras altas da Papua-Nova Guiné. In Mana 4 (1): 109-139, UFRJ: Rio de Janeiro-RJ.

VALADÃO, Virgínia.

1995 Yãkwa: o banquete dos espíritos. Vídeo Cor, NTSC, 75 min. Produção: CTI-SP; OPAN.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo & ANDRADE, Lúcia. M. M. de.

1988 Hidrelétricas do Xingu: o estado contra as sociedades indígenas. In SANTOS, L. A. O. & ANDRADE, L. M. M. (orgs.), As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas, São Paulo, Comissão Pró-Índio de São Paulo.

ANEXO 1

